



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA:**

O trabalho dos vendedores ambulantes da passarela do Natal shopping e do Via Direta.

Joilma de Deus Oliveira

Natal/RN  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Joilma de Deus Oliveira

**TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA:**

O trabalho dos vendedores ambulantes da passarela do Natal shopping e do Via Direta.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Denise Câmara de Carvalho.

Natal/RN  
2009

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA  
Divisão de Serviços Técnicos

Oliveira, Joilma de Deus.

Trabalhadores por conta própria: o trabalho dos vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e do Via Direta / Joilma de Deus Oliveira. - Natal, 2009.

90 f. : il.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Denise Câmara de Carvalho.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

1. Serviço Social - Dissertação. 2. Trabalho informal - Dissertação. 3. Mercado de trabalho - Dissertação. 4. Desemprego - Dissertação. I. Carvalho, Denise Câmara de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 364.23(043.3)

**JOILMA DE DEUS OLIVEIRA**

**“TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA: o trabalho dos vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e do Via Direta”**

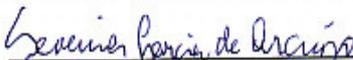
Dissertação apresentada à Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Aprovado em 28/12/09

**BANCA EXAMINADORA**



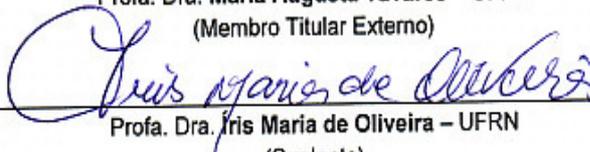
Profa. Dra. Denise Câmara de Carvalho - UFRN (orientadora)



Profa. Dra. Severina Garcia de Araújo - UFRN  
(Membro Titular Interno)



Profa. Dra. Maria Augusta Tavares - UFPB  
(Membro Titular Externo)



Profa. Dra. Iris Maria de Oliveira - UFRN  
(Suplente)

Dedico esse trabalho aos meus pais, João e Margarida, que mesmo diante de sua pouca instrução, me ensinaram e me instigaram a superar os meus maiores obstáculos, dando-me sempre o suporte necessário para percorrer esse árduo caminho.

## AGRADECIMENTOS

Ao término desse trabalho, são necessários alguns agradecimentos, em relação, ao apoio emocional e acadêmico de algumas pessoas ao longo desse processo, que se fizeram indispensáveis, tornando a solidão das horas de estudo mais suave.

A Deus, por ter-me dado a coragem, a saúde e a determinação necessários para enfrentar tamanho desafio, e por ter representado refúgio nas horas de angústia.

Com muito carinho, aos meus pais, João e Margarida, que sempre me apoiaram emocional e financeiramente para a construção de mais um sonho. E que, apesar de não terem “contato”, com o mundo acadêmico, confiaram e acreditaram que mais essa etapa seria fundamental para o meu crescimento profissional. A vocês, o meu muito obrigada.

Ao meu irmão muito amado, agradeço por sempre ter-me ouvido quando o falar era fundamental para renovar minhas forças e organizar minhas idéias.

A Raulison, meu noivo, amor e amigo, sou grata pelo companheirismo, atenção e dedicação, sem os quais eu não teria concluído esse trabalho.

A toda a turma da Pós Graduação em Serviço Social 2007.1, em especial às colegas Ednara Gonçalves e Suzanny Bezerra, companheiras de discussão, com as quais pude compartilhar conhecimentos e alegrias.

À Professora Denise Câmara de Carvalho, orientadora da dissertação, por todo apoio dispensado ao meu trabalho, e por ter considerado minhas limitações e particularidades, quando necessitei realizar algumas alterações, para enfim poder concluir essa dissertação.

Às Professoras Irís Maria de Oliveira e Severina Garcia pelas contribuições dadas ao participarem da Banca de Qualificação.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social que contribuíram para esta formação.

Aos demais funcionários, representados na pessoa de M<sup>a</sup> Lúcia da Silva (Secretaria da Pós-Graduação), a quem tantas vezes recorri em busca de informações e solicitações.

Agradeço ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro recebido durante os 03 meses de bolsa.

A todos serei sempre grata.

Há homens que lutam um dia, e são bons;  
Há outros que lutam um ano, e são melhores;  
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;  
Porém há os que lutam toda a vida  
Estes são os imprescindíveis

**Bertold Brecht**

## RESUMO

O presente estudo objetiva apreender as condições de trabalho dos vendedores ambulantes situados nas calçadas de dois shoppings de Natal/RN – Natal Shopping e Via Direta, analisar a sua inserção na informalidade e estudar o alcance da suposta autonomia proporcionada pelo trabalho por conta própria, em seus aspectos econômicos e sociais analisando a importância que a condição de “donos de seus próprios negócios” tem para os camelôs, como alternativa à não submissão à figura do patrão, que representa a exploração de uma classe sobre a outra. Os aspectos teórico-metodológicos que dão suporte a este estudo se pautaram na discussão sobre a reestruturação produtiva, considerando seus efeitos para o mundo do trabalho, apontando o desemprego como um dos elementos potenciadores dos processos excludentes que instigam os trabalhadores a se inserirem no mercado informal. A informalidade apresenta-se como estratégia de sobrevivência e como parte integrante da reprodução do capital. Esta pesquisa foi realizada sob uma perspectiva crítica, tendo sido utilizadas abordagens quanti-qualitativas. Os resultados desse estudo formatam indagações que proporcionaram ao longo do processo de pesquisa a caracterização sócio-econômico dos trabalhadores, sujeitos deste estudo, e de como os vendedores expressam a sua condição de trabalhadores por conta própria, e a percepção que os mesmos possuem sobre sua forma de inserção no mercado informal.

**Palavras chave:** Trabalho, Informalidade, Mercado de trabalho formal/informal, e Desemprego.

## ABSTRACT

This study aid to understand the work conditions of street vendors located on the sidewalks of two malls in Brazil Northeast Natal / RN - Both malls Natal Shopping and Via Direta, to analyze their inclusion in the informal economy and to study the supposed autonomy provided by work as self-employment in its both aspects economic and social analyzing the importance on the condition of "masters of their own business" has for the street vendors, as an alternative to not submission to the figure of the boss, that represents the exploitation of one class over another. The theoretical and methodological aspects that support this study was aimed in discussion on the restructuring of production, considering its effects on the world of work, pointing to unemployment as one of the potencies element of excluded processes that exciting workers to engage in the informal market. Informality is presented as a survival strategy and as integrating part of the reproduction of capital. This research was conducted under a critical perspective, which has been utilized quantitative and qualitative analyses. The results of this study format questions that provided during the research process the socio-economic characterization of workers, main cause of this study, and how street vendors express their status of workers as self-employed for their work, and the perception that they have on their form of inclusion in the informal market.

**Keywords:** street vendors; informality; formal and informal market of work; unemployment.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ART. – Artigo

BNDES – *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*

CAP. – Capítulo

CATRE – Centro de Aplicações Táticas e Recompentamento de Equipagens

CD – *Compact Disc*

Ceasa – Central de Abastecimento do Rio Grande do Norte

CFPM - Centro de Formação de Pilotos Militares

CLT – *Consolidação das Leis do Trabalho*

*CPMF – Contribuição Provisória a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Crédito e Direitos de Natureza Financeira*

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

DVD – Digital Video Disc

EUA – Estados Unidos da América

FAB – Força Aérea Brasileira

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

Funpec – Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura

GIA – Grupo de Instrução Aérea

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPMF – Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira

KM – Kilômetro

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PD – População Desocupada

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PLR – Participação nos Lucros e Resultados

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

PO – População Ocupada

Prodetur – Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste

RMN – Região Metropolitana de Natal

RN - Rio Grande do Norte

Semur – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

SM – Salário Mínimo

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## LISTA DE FIGURAS

### FOTOS

<b>01</b> – Praça Gentil Ferreira, 2009	91
<b>02</b> – Praça Gentil Ferreira, 2009	91
<b>03</b> – Imagem Frontal do Camelódromo	92
<b>04</b> – Lateral do Camelódromo do Alecrim, às 6:00 h, ainda com seus <i>boxes</i> fechados	92
<b>05</b> – Avenida Coronel Estevam, às 6 h 30 min. Ao fundo, diante das lojas, a extensão de barracas usadas pelos camelôs que se alastram de forma irregular, por toda a avenida	93
<b>06</b> – Imagem frontal do Natal Shopping. Na parte inferior da ilustração, vendedores e alguns usuários que aguardam o transporte público	101
<b>07</b> – Vista frontal do Shopping Via Direta	102
<b>08</b> – Vista frontal do Shopping Via Direta, contemplando as rampas da passarela	102
<b>09</b> – Calçada do Natal Shopping	102
<b>10</b> – Vendedor de batatinhas, trabalhando na calçada do Natal Shopping	103
<b>11</b> – Ambulante expondo suas mercadorias, nas estruturas de proteção da Passarela que liga o Natal Shopping ao Via Direta	103

### CARTA IMAGEM

<b>01</b> – Bairro de Cidade Alta, Município de Natal/RN	88
<b>02</b> – Bairro de Cidade Alta, Município de Natal/RN	95
<b>03</b> – Bairro de Cidade Alta, Município de Natal/RN	100

## **LISTA DE GRÁFICOS:**

<b>01</b> – Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs de acordo com o sexo	106
<b>02</b> – Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs de acordo com a faixa etária	108
<b>03</b> – Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs conforme procedência	113
<b>04</b> – Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs quanto à região administrativa em que residem	117
<b>05</b> – Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs quanto ao estado civil	119
<b>06</b> – Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs quanto a realização de outras atividades rentáveis	122
<b>07</b> – Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs de acordo com a renda mensal	124
<b>08</b> – Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs conforme à jornada diária de trabalho	127
<b>09</b> – Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs que trabalham aos finais de semana	129
<b>10</b> – Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs quanto à contribuição para a Previdência Social	130
<b>11</b> – Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs em relação ao tempo que trabalham nessa atividade	133
<b>12</b> – Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs quanto à intenção em mudarem de ocupação	137

## LISTA DE TABELAS

<b>01</b> – Vendedores ambulantes/Camelôs segundo a escolaridade	65
<b>02</b> - Anos de estudo das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais, Brasil e Grandes Regiões 2005 (em %)	66
<b>03</b> – Indicadores do Mercado de Trabalho de Natal (2000)	82
<b>04</b> – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas (População Ocupada)	83
<b>05</b> – Relação dos vendedores ambulantes/camelôs entre sexo e escolaridade	110
<b>06</b> – Relação dos vendedores ambulantes/camelôs quanto a sua faixa etária e a sua intenção em voltar a estudar	112
<b>07</b> – Relação dos vendedores ambulantes/camelôs quanto à procedência e faixa etária	115
<b>08</b> - Relação entre a situação habitacional e faixa etária dos vendedores ambulantes/camelôs	118
<b>09</b> – Relação dos vendedores ambulantes/camelôs segundo a renda e a situação habitacional	119
<b>10:</b> Relação entre Estado civil e Faixa Etária dos vendedores ambulantes/camelôs	120
<b>11</b> – Relação entre faixa etária dos vendedores ambulantes/camelôs e o seu número de filhos	120
<b>12</b> – Distribuição dos itens comercializados pelos vendedores ambulantes/camelôs entrevistados	123
<b>13</b> – Distribuição dos assalariados por níveis de rendimento Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)	125
<b>14</b> – Relação entre renda mensal e o número de dias que os vendedores ambulantes/camelôs trabalham por semana	128
<b>15</b> – Relação entre os vendedores ambulantes/camelôs que já tiveram sua carteira de trabalho assinada e sua faixa etária	132

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	15
<b>2</b>	<b>CRISE DO CAPITAL NO MUNDO DO TRABALHO: A ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA</b>	28
<b>2.1</b>	<b>O desemprego como disseminador de processos excludentes</b>	29
<b>2.2</b>	<b>Trabalho, desemprego, expectativas dos trabalhadores ambulantes, no cenário atual</b>	38
<b>3</b>	<b>A INFORMALIDADE DO TRABALHO: A PRECARIZAÇÃO SOB NOVA ROUPAGEM</b>	50
<b>3.1</b>	<b>Trabalho informal – alternativas e precarizações</b>	51
<b>3.2</b>	<b>O trabalho por conta própria – uma das faces da informalidade</b>	61
<b>4</b>	<b>TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA: O TRABALHO DOS CAMELÔS DA PASSARELA DO NATAL SHOPING E DO VIA DIRETA</b>	74
<b>4.1</b>	<b>O contexto do mercado de trabalho em Natal/RN</b>	75
<b>4.1.1</b>	<i>O emprego/desemprego na Região Metropolitana de Natal</i>	80
<b>4.2</b>	<b>O trabalho dos camelôs em Natal RN</b>	85
<b>4.3</b>	<b>O trabalho na rua – os camelôs da passarela do Natal Shopping e Via Direta</b>	104
<b>4.3.1</b>	<i>Rendimentos, jornada de trabalho e a atividade do vendedor ambulante nas ruas.</i>	121
<b>4.4</b>	<b>A aviltante e/ou ilusória autonomia do trabalho por conta própria</b>	135
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS</b>	149
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	156
<b>7</b>	<b>APÊNDICES</b>	170

## **1 INTRODUÇÃO**

## 1 INTRODUÇÃO

No contexto da crise capitalista, nos anos 1970, emergiu uma série de alterações na forma de acumulação do capital, advinda da reestruturação produtiva, identificando-se como uma série de transformações, devido à crise econômica presente a partir desta década. Para apreender esse contexto, faz-se necessário refletir sobre esse processo, indicando a justificativa usada pelo capital para desregular uma estrutura construída ao longo dos anos pelos trabalhadores, bem como a acentuada flexibilização das relações trabalhistas, eclodindo numa crescente informalização do trabalho.

Tais reformulações se adequavam às exigências do mercado, substituindo a produção em massa, a linha de montagem e o controle do tempo de produção, propostos pelo Fordismo, adotando parâmetros da acumulação flexível, caracterizada por um novo modelo de produção, pautado na "[...] flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo [...]" (ANTUNES, 2006a, p. 29).

Essa demanda por novos processos foi verificada por meio de alterações no modelo de produção. O Toyotismo adota, para responder a um mercado cada vez mais exigente e contornar as crises econômicas, técnicas como: a polivalência - um só trabalhador operando várias máquinas, o aumento na produção sem aumentar o número de trabalhadores; uso do Kanban - modelo de gestão usado nos supermercados dos Estados Unidos da América EUA, o qual busca produzir em pequena escala para haver a reposição dos itens de acordo com as suas vendas, uma vez que os mercados passam a exigir produtos diferenciados e em pequena escala. (ANTUNES, 2006a).

Essa reestruturação, além de intensificar a produção da mais-valia a ser apropriada pelos capitalistas, acarretou um desequilíbrio no mundo do trabalho, ao submeter os operários aos novos padrões impostos pelas empresas, que passaram a ofertar: trabalho precarizado, baixos salários, contratações temporárias e irregulares, exigindo, por outro lado, que os trabalhadores produzissem numa escala maior, uma vez que deveriam manter os altos níveis da produção, com o mesmo número de operários, pois:

Esse processo de ‘modernização da produção’ vem redundando, contraditoriamente, na recriação de formas de trabalho antigas, como o trabalho a domicílio, o trabalho familiar, o não reconhecimento de direitos sociais e trabalhistas e, fundamentalmente, um maior índice de desemprego estrutural. Trabalhar com mais eficiência, com moderna tecnologia e alta qualificação da força de trabalho nos setores de ponta da economia, implica

uma redução da demanda de trabalhadores e expulsão de mão-de-obra. (IAMAMOTO, 2003, p. 32).

Antunes (2006), ao fazer referência a essa intensificação, cita Gounet (1991), pois o mesmo fala sobre o sistema de luzes usado no Toyotismo, no controle dos tempos da produção. O funcionamento é similar ao de um semáforo, no qual a luz verde equivale ao funcionamento normal; a laranja é igual à intensidade máxima; e quando oscila para o vermelho significa que a produção deve diminuir o ritmo. Para o autor, este sistema serve para elevar continuamente a velocidade da produção, pois, comumente predominam as cores verde e laranja (ANTUNES, 2006a).

Em meio à ameaça do desemprego, os trabalhadores se submetem ainda às grotescas desconstruções de direitos constitucionais, como carteira assinada, salário família, férias, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outros, que levaram anos para serem conquistados. E assim,

O crescimento de ocupações assalariadas sem registro formal e não-assalariadas, em pequenas empresas, deu maior amplitude aos segmentos econômicos pouco organizados e à precarização do mercado de trabalho, simbolizando um quadro recente de piora no padrão de uso e remuneração da força de trabalho. (POCHMANN, 2002, p. 52).

Adotando essas medidas, a flexibilização proposta pelo novo padrão de acumulação do capital ultrapassa a matriz produtiva e atinge também o mundo do trabalho. Suas conseqüências são justificadas em nome da recuperação do capital/mercado, pois há argumentos neoliberais que culpabilizam o “suposto excesso de segurança aos trabalhadores” como um dos inibidores de novas contratações. A esse respeito Antunes (1996) analisa que:

Não é preciso dizer que esse sistema de flexibilidade do trabalho supõe a flexibilidade (ou desmontagem) dos direitos do trabalho. Um sistema de produção flexível supõe direitos do trabalho também flexíveis, ou de forma mais aguda, supõe a eliminação dos direitos do trabalho, e se o trabalhador tem direitos ‘rígidos’, essa rigidez dos direitos conquistados ao longo de décadas obsta essa flexibilidade produtiva que necessita do trabalhador disponível (ANTUNES, 1996, p. 81).

Destacamos que várias dessas modificações repercutiram diretamente nas condições de trabalho, por alterarem não só a produção, mas, sobretudo, as formas de exploração sobre os trabalhadores. Um exemplo elucidativo é a interferência direta das empresas sobre os sindicatos, visto que essa relação contribuiu para sufocar as reivindicações dos operários por

maiores salários e mais vagas no mercado. Após a derrota de alguns líderes sindicais, na década de 1950, que protestavam contra demissões em massa na Toyota, as empresas aproveitaram o contexto e criaram o sindicalismo de empresa, de caráter repressivo e cooptador, cujo ideário transmite o universo patronal (ANTUNES, 2006a).

As alterações qualitativas na forma de ser do trabalho estão relacionadas com a questão anteriormente citada, pois, uma vez reduzido o número de trabalhadores nas indústrias, esses são levados, pela exigência do mercado, a qualificarem-se, ao passo que também se desespecializam. Esse fato parece contraditório, mas se explica pela necessidade de um trabalhador polivalente (ANTUNES, 2006a).

O Toyotismo não rompe apenas com a histórica relação um homem uma máquina, difundindo a polivalência dos trabalhadores. Mas, sobretudo, desespecializa-os, tornando-os aptos a assumirem inúmeras funções.

No Toyotismo todas as técnicas usadas convergem para a qualidade e a intensidade da produção, nas empresas que seguem esse modelo, por ser estabelecida uma horizontalidade – o controle da produção nas mãos dos próprios trabalhadores – ao ser detectada a ocorrência de baixa produtividade de um dos membros do grupo, os demais assumem a missão de manter o mesmo grau de produtividade. Ou seja, redobram seu dispêndio de trabalho. Antunes (2006) exemplifica o referido contexto, usando o modelo da Toyota:

A Toyota trabalha com grupos de oito trabalhadores. Se apenas um deles falha, o grupo perde o aumento, portanto este último garante a produtividade assumindo o papel que antes era da chefia. O mesmo tipo de controle é feito sobre o absenteísmo (ANTUNES, 2006a, p. 37).

Diante desse contexto reformulado pelo Toyotismo, Antunes (2006a) informa que eclodem as metamorfoses no mundo do trabalho – transformações econômicas, sociais, políticas e culturais responsáveis pelo retrocesso nas condições de vida dos trabalhadores.

Elencando as inúmeras “faces” apresentadas pela questão do trabalho, temos, *a priori*, a desproletarização do trabalho fabril, industrial – representada pelo desemprego que vem se agravando face à automação, à robótica, à microeletrônica estimulando a redução do trabalho manual nas indústrias (ANTUNES, 2006a).

A subproletarização é outra desregulamentação presente no universo trabalhista, no qual o mesmo se precariza, tornando-se parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, envolvido por baixas remunerações e desrespeito às condições de trabalho, desconstruindo as

leis trabalhistas. Essas características formatam a "economia informal", que será melhor abordada na seção 3 deste estudo.

A heterogeneização do trabalho, na qual há o predomínio da figura masculina vem sendo substituída pela presença das mulheres. Todavia, essa substituição deve ser vista com cautela, pois uma observação desatenta pode julgá-la como simplesmente benéfica para as mulheres. É verdade que o aumento do número de vagas no mercado para a mulher deve ser considerado como um avanço. Entretanto, os seus determinantes devem ser contestados, haja vista que

Essa mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho, possibilitou também a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, em trabalhos 'domésticos' subordinados ao capital (ANTUNES, 2006a, p. 53)

Em que pese alguns avanços no momento contemporâneo, mesmo que as mulheres apresentem o mesmo nível de qualificação dos homens, sua remuneração, em geral, é inferior.

Aprofundando essa discussão, Antunes (2006a) aponta o processo de assalariamento dos setores médios, decorrente da expansão do setor de serviços, os quais englobam desde o pequeno e o grande comércio, as finanças, os seguros, o setor de bens imóveis, a hotelaria, os restaurantes e até os serviços pessoais, de negócios, de divertimentos, da saúde, os serviços legais e gerais. Aqui, deve-se considerar o aumento dos postos de trabalho, porém, sem que esteja necessariamente presente a qualidade desses empregos, no que tange à legislação trabalhista.

Observamos que, com a Reestruturação Produtiva, há um aumento do desemprego, delineando-se como uma grave problemática, considerando o que nos afirma Marx (1982), que o trabalho é uma categoria central para os seres humanos, por ser elemento fundante na construção do ser social. E essa gravidade é ressaltada principalmente se enfatizada a contemporaneidade, pois percebemos que o desemprego acarreta problemas sociais, por condenar à pobreza e à situação de miséria, milhões de trabalhadores que não conseguem garantir seus mínimos sociais, devido à ausência de qualquer tipo de renda.

No Brasil, os resultados desse desequilíbrio foram acentuados devido às baixas de crescimento econômico, aos altos níveis de inflação, assim como ao aumento da concentração de renda, registrados a partir dos anos 1980. Isto porque que a teoria desenvolvimentista do "crescer o bolo para depois reparti-lo", na prática, não mostrou resultados, agravando a situação econômica dos trabalhadores, pois perante baixos salários, ficava mais difícil

enfrentar as constantes altas de preços das mercadorias. Com isso, houve o acentuado crescimento da desigualdade social, da pobreza e de processos excludentes (Martins, 1997), acompanhados de novas formas de exploração, uma vez que a sociedade tende a refletir esses resultados, pois são em seu cerne que se desenvolvem as raízes do domínio do capital sobre o trabalho, determinando a eclosão de um conjunto de situações que dizem respeito às manifestações contemporâneas da questão social.

Para esta pesquisa, numa perspectiva analítica no que se reporta ao estudo do trabalho dos vendedores ambulantes<sup>1</sup> situados nas calçadas dos *shoppings* Via Direta e Natal Shopping, tomamos como indicações, categorias centrais de análise, aqui definidas: trabalho, informalidade, desemprego, mercado de trabalho formal e informal.

A princípio, para uma melhor apreensão da temática fez-se necessário apresentar a categoria trabalho, adotando como direcionamento o conceito em Marx (1982), que vê o trabalho como uma atividade que envolve o homem e a natureza, pela qual o homem, seguindo determinações de um processo previamente idealizado, transforma a natureza através de instrumentos,<sup>2</sup> elementos também produzidos pelos homens, que se interpõem entre esses e a natureza, configurando uma das características do trabalho, que seria sua direção para um determinado fim, uma vez que, o trabalho é atividade projetada, teleologicamente direcionada, ou seja, conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito que a executa (NETTO; BRAZ, 2007).

O trabalho, para Marx (1982) classifica-se como um processo específico do homem. A citada relação com a natureza é distinta da relação existente entre esta e os animais irracionais, pois o trabalho não é indicado por condicionalidades genéticas e/ou instintivas, como no caso que leva a abelha a produzir sua colméia, garantindo, mesmo que inconscientemente, a perpetuação de sua espécie.

---

<sup>1</sup> Durante o decurso desse trabalho, foram usadas como sinônimos as denominações: vendedor ambulante e camelô. Apesar da expressão “vendedor ambulante” transmitir a idéia de “mobilidade”, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, ambas as definições se aplicam àqueles trabalhadores que “vendem suas mercadorias em vias e logradouros públicos”, fixos ou transitando por essas localidades. A diferença apontada entre os vendedores que trabalham nas ruas é que o “[...] camelô permissionário de ponto fixo” é que este último possui licença governamental para atuar em um determinado ponto, como é o caso dos feirantes, ou mesmo dos camelôs cadastrados pelos órgãos responsáveis por esse controle. Esses: “[...] vendem mercadorias nas vias públicas, em pontos fixos, sob permissão governamental; compram e preparam mercadorias para venda; organizam o local de trabalho, dispondo as mercadorias em feiras livres, bancas, quiosques e barracas, para atender os compradores que procuram esse tipo de mercado. (MINISTÉRIO..., 2009a).

<sup>2</sup> Netto; Braz (2007) observam que a própria construção e/ou escolha do instrumental a ser utilizado no processo de trabalho já realça a subjetividade dessa atividade, visto que tal escolha refletirá as opções do trabalhador: “[...] A criação de instrumentos de trabalho, mesmo nos níveis mais elementares da história, coloca para o sujeito do trabalho o problema dos meios e dos fins (finalidades) e, com ele, o problema das escolhas: se um machado mais longo ou mais curto é ou não adequado (útil, bom) ao fim a que se destina (a caça, a autodefesa, etc.)” (2007, p. 32).

Para os seres humanos, os determinantes que instigam a transformação da natureza são outros. E em geral, estão atrelados à satisfação de suas necessidades, sejam elas orgânicas ou espirituais:

No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança da forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou (MARX, 1982, p. 205).

É destacado por Marx (1982) que o trabalho é uma atividade mútua, no sentido em que, ao passo que o homem age sobre a natureza, concomitantemente, atua também sobre si mesmo.

[O homem,] atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza [...] Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 1982, p. 202)

Tal dinamicidade revela a interação entre sujeito (homem) e objeto (natureza), determinada pela finalidade planejada teleologicamente pelos indivíduos. É a partir dessa auto-transformação que ocorre o desenvolvimento humano, revelado, sobretudo, na forma de como os homens se organizaram socialmente. O próprio desenvolvimento do uso dos meios de trabalho ilustra as mudanças ocorridas ao longo dos anos no cerne do trabalho, bem como apontam para a transformação do ser social, elemento presente na construção da sociedade.

É importante mencionarmos que foi por meio da transformação proporcionada pelo trabalho que o homem, na relação com os outros homens e com a natureza, atingiu a condição de ser social, diferenciando-se dos seres naturais. Netto; Braz (2007) caracterizando as particularidades do ser social observam que

Só ele [ser social,] é capaz de agir teleologicamente, só ele se propõe finalidades e antecipa metas – em suma, só ele dispõe da capacidade de projetar. Só ele cria produtos e artefatos, representações e símbolos que ganham objetividade na medida em que concretizam projetos e, assim, têm uma existência que transcende a(s) existência(s) singular(es) do(s) seu(s) criador(es) (p. 41).

Tal importância é ainda exaltada ao considerarmos que o trabalho é um dos elementos fundantes da atividade econômica, pois além de envolver a produção e distribuição dos valores de uso, é a única mercadoria que ao ser consumida gera mais-valia, elemento indispensável para extração do sobre-trabalho da classe trabalhadora pela classe capitalista.

Durante o decurso dessa pesquisa foram analisados alguns dos desdobramentos da categoria trabalho, por entendermos como crucial no tocante à discussão sobre a informalidade do trabalho, visto que a força de trabalho é a única mercadoria pertencente aos trabalhadores, e que a partir de sua venda, garante-lhes o suprimento de suas necessidades, a aquisição dos valores de uso.

E considerando essa importante característica do trabalho, a seguir, explicitamos de que forma sua ausência vem atingindo a classe trabalhadora, uma vez que a falta de postos de trabalhos formais, se tornou incontrolável nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, devido a uma série de determinantes – incremento tecnológico, reestruturação produtiva, aumento da jornada de trabalho e, sobretudo, baixo dinamismo do parque produtivo – que vêm alterando as condições sócio-econômicas dos trabalhadores de uma forma geral.

Sob esse prisma, abordaremos algumas das formas de trabalho precarizado como: subemprego, contratações temporárias, atividades atípicas, presentes na informalidade, destacando dentre as ocupações por conta-própria, o trabalho dos vendedores ambulantes.

Os indivíduos inseridos na informalidade sofrem precarizações agudas, pois como não conseguem vender sua força de trabalho, não podem contar com uma remuneração fixa no final do mês. Lutam diariamente, rendendo-se ao subemprego, desenvolvendo as mais inusitadas formas para assegurar o seu sustento. Vitimados por uma sociedade marcada por processos excludentes, tentam, constantemente, ocupar as lacunas encontradas no subemprego. Porém, nem sempre a inclusão precarizada vivenciada por esses trabalhadores contempla o nível de inserção esperada pelos indivíduos, qual seja, aquela que os inseriria econômica e socialmente (MARTINS, 1997).

Dentre os trabalhadores que se encontram na informalidade, os vendedores ambulantes/camelôs se constituem sujeitos dessa pesquisa. Estes possuem a singularidade de obter o seu sustento por meio da comercialização de mercadorias nos espaços públicos, atividade que os torna alvo de uma série de processos excludentes (MARTINS, 1997), como por exemplo, os referentes à negação dos direitos trabalhistas, bem como a estigmatização por parte de uma parcela da sociedade, como populares, representantes do poder público local e dirigentes de alguns estabelecimentos comerciais, que os vêem como “incômodos”, por

ocuparem espaços destinados a outros fins. Ao delimitarmos a discussão em torno dos camelôs, focalizamos como a precarização do trabalho se concretiza junto aos mesmos, por se tratar de um trabalho aviltante, desenvolvido, em geral, nas ruas, exposto a uma série de adversidades, e à margem de direitos trabalhistas.

Esse estudo tendo como foco o trabalho dos vendedores ambulantes presentes nas “bases”<sup>3</sup> da passarela que liga dois dos grandes *shoppings* de Natal – Via Direta e Natal Shopping situados na Avenida Salgado Filho, Conjunto Mirassol, Bairro de Lagoa Nova<sup>4</sup>, no contexto da precarização das relações de trabalho, aborda, sobretudo, o alcance da suposta autonomia proporcionada trabalho por conta própria. Em seus aspectos econômicos e sociais, além dessa atividade não os contemplar com os direitos trabalhistas, ainda os “obriga” a ser os seus próprios patrões, uma vez que sua renda é subordinada ao ritmo de trabalho traçado pelos mesmos.

Buscamos, com esta pesquisa, desvendar também a percepção que os “donos de seus próprios negócios” têm de si mesmos como trabalhadores por conta própria, principalmente, considerando essa forma de trabalho como alternativa à não submissão à figura do patrão, que representa a exploração de uma classe sobre a outra.

O despertar para o estudo e o aprofundamento desta temática – o trabalho informal e os sujeitos nele envolvidos é decorrente de nossa participação no período da graduação, quando atendendo à solicitação dos trabalhos de campo da disciplina de Pesquisa em Serviço Social, realizamos uma abordagem junto aos catadores ambulantes de materiais recicláveis, objetivando apreender quais os determinantes que motivavam esses sujeitos a desenvolver tal atividade.

Posteriormente, na disciplina de Seminário Temático sobre Pobreza e Exclusão Social, houve uma segunda aproximação com a temática do trabalho informal, pois nesse momento desenvolvemos uma atividade embasada no trabalho dos vendedores ambulantes, comparando a comercialização feita por esses e a comercialização efetuada por vendedores legalizados – os do interior dos *shoppings* em Natal – demonstrando como as relações mercantis se apropriam das mais inusitadas “brechas” para se desenvolver.

---

<sup>3</sup> Por “bases” entende-se aqui as estruturas da passarela, suas pilastras e suas rampas de acesso.

<sup>4</sup> Ambos os *shoppings* ficam de frente um para o outro, paralelamente, estando separados pela Avenida Senador Salgado Filho. Esses, por sua vez, são interligados por uma passarela que viabiliza a passagem dos pedestres nos dois sentidos opostos da via, visto essa receber um alto fluxo de veículos. Os camelôs foram se instalando nas bases dessa passarela, e se espalhado por toda a calçada desses *shoppings*. Há tentativas de se instalarem no próprio percurso da mesma, mas nesse caso, a fiscalização da Prefeitura Municipal de Natal tem sido mais coercitiva.

Após essa breve aproximação com a atividade dos vendedores ambulantes/camelôs desenvolvida nas calçadas desses *shoppings*, o próprio cotidiano a apresentava como uma expressão da questão social que poderia ser aprofundada e desvelada, uma vez que ao transitar-se pelo local, vê-se o esforço diário dos camelôs, ao deslocarem-se com suas mercadorias para assim as arrumar em suas barracas, em seus carros de mão, em suportes com telas para exposição de seus produtos. Os vendedores ambulantes vão construindo, a cada novo dia, em meio ao vai-e-vem de pedestres, seu local de trabalho, situado em poucos metros de calçadas. Esses trabalhadores ficam expostos à violência das ruas, à poluição sonora provocada pelo tráfego de veículos, bem como às intempéries do tempo.

A pesquisa por nós desenvolvida apresenta-se relevante, por abordar elementos de uma das estratégias fomentadas pela classe trabalhadora para fugir do desemprego, visto que esse registra na sociedade a invasão das mais deletérias formas de subempregos – contratos temporários, terceirizações, sub-proletarizações, entre outras.

O objetivo geral deste estudo foi construído no sentido de apreender e analisar o trabalho dos vendedores ambulantes, e sua inserção na informalidade. Para sua consecução, definimos objetivos específicos, tais quais: analisar até que ponto o trabalho por conta própria, em seus aspectos econômicos e sociais, oferece condições de atender às necessidades básicas dos vendedores ambulantes; analisar a importância que o trabalho de “donos de seus próprios negócios” tem para os vendedores, principalmente como alternativa à não submissão à figura do patrão, que representa a exploração de uma classe sobre a outra; e caracterizar os vendedores ambulantes sob os aspectos sócio-econômicos deste segmento.

Esses objetivos foram perqueridos durante todo o processo de pesquisa, tendo como fito desvendar a realidade dos trabalhadores na informalidade e as contradições de seu cotidiano.

Com os resultados deste trabalho almejamos contribuir com estudos futuros, considerando-se que a discussão sobre a precariedade das relações de trabalho se delineia como tema instigante, em distintas áreas do conhecimento, destacando-se aqui, o Serviço Social, como profissão que se insere no debater e intervenção concernente as expressões da questão social. Além de que a precarização das relações de trabalho atingem diretamente a sociabilidade das pessoas, e necessita ser estudada, pois como anuncia IAMAMOTO (2003) e NETO; BRAZ (2007), a produção e reprodução da vida material vão além do atendimento às necessidades imediatas – comer, beber, ter habitação, entre outras –, afetando inclusive o

próprio desenvolvimento humano, visto que é através do trabalho que se constrói o ser social<sup>5</sup>, distinguindo os homens dos demais animais, por sua capacidade teleológica de criação e por sua singularidade para se socializar. Ou seja,

Quando se fala em produção/reprodução da vida social não se abrange apenas a dimensão econômica – freqüentemente reduzida a uma óptica economicista –, mas à reprodução das relações sociais de indivíduos, grupos e classes sociais. Relações sociais estas que envolvem poder, sendo relações de luta e confronto entre classes e segmentos sociais, que têm no Estado uma expressão condensada da trama do poder vigente na sociedade (IAMAMOTO, p. 26, 2003).

Os aspectos teórico-metodológicos que deram sustentação a esta pesquisa se fundamentaram em uma perspectiva crítica, em estudos de autores embasados na tradição marxista, destacando-se entre eles: Antunes (2006a), Alves (2001), Pochmann (2002), Cacciamali (1983), Tavares (2004), entre outros.

Os instrumentos e técnicas utilizados foram de caráter quanti-qualitativos, tais quais formulários e entrevistas. Em termos da pesquisa documental, fez-se levantamento de dados nos cadastros da Secretária Municipal de Serviços Urbanos, responsável pelo controle dos vendedores ambulantes na cidade do Natal. O universo da pesquisa consta de 30 entrevistados<sup>6</sup>, que se constituíram os sujeitos deste estudo.

Ao refletir sobre a pesquisa, pontuamos sobre a abordagem teórico-metodológica pela qual optamos, ao situar criticamente que o estudo buscou, no âmbito da discussão sobre o mundo do trabalho informal, desvelar o contexto em que vivem os vendedores ambulantes, tendo como procedimentos teórico-metodológicos a articulação de técnicas qualitativas e quantitativas, como já mencionadas anteriormente, sob uma perspectiva crítica e numa dimensão de totalidade.

Em um primeiro momento, a pesquisa englobou a revisão de literatura, para aprofundar o conhecimento sobre as categorias analíticas, bem como uma análise documental, a fim de reunir subsídios materiais que forneceram dados relevantes, contidos em monografias, dissertações, teses, artigos, documentos oficiais e informações estatísticas.

---

<sup>5</sup> Segundo Netto; Braz (2007), o ser social surgiu de um processo milenar, no qual, através do trabalho, os homens se diferenciaram da natureza: “[...] trata-se do processo no qual, mediante o trabalho, os homens produziram-se a si mesmos (isto é, se autoproduziram como resultado de sua própria atividade), tornando-se – para além de seres naturais – seres sociais [...]” (2007, p. 37).

<sup>6</sup> O universo da pesquisa abrange a quase totalidade dos trabalhadores camelôs da passarela, pois a quantidade de vendedores que trabalham diariamente junto aos shoppings, é variável de acordo com os dias da semana, bem como em relação a horários distintos. Esse número oscila entre 30 e 40 ambulantes.

A observação foi adotada como uma das técnicas privilegiadas que perpassou todo o processo da pesquisa, com a intenção de destacar-se o cenário no qual estão inseridos os sujeitos da pesquisa, delineando as condições nas quais os mesmos trabalham. Trata-se de um importante instrumental, por estreitar a relação teoria x prática, uma vez que, ao observar, o investigador tem à sua frente uma das dimensões sob as quais se desenvolvem aspectos da estrutura social, essenciais para a análise de sua dinâmica (HAGUETTE, 1987).

A aplicação de entrevistas semi-estruturadas representou um singular instrumento na construção da caracterização dos entrevistados, definindo desde o recorte sócio-econômico até a trajetória feita pelos mesmos no mundo do trabalho.

No segundo momento, foram aplicados roteiros de entrevista (APÊNDICE I) objetivando apreender a cotidianidade da vida e do trabalho dos camelôs.

Foram entrevistados também, representantes da Prefeitura de Natal, RN que atuam na fiscalização das áreas consideradas como proibidas ao comércio ambulante, objetivando revelar o posicionamento do poder público, visto que trabalha coibindo tal atividade.

O terceiro momento se constituiu do cotejamento e da análise de todo o material coletado, quando foram selecionados os dados mais relevantes apreendidos, reavaliando falas e esquematizando dados, destacando aqueles que expressaram a percepção e contribuíram para o desvelamento do objeto pesquisado.

A fase de campo da pesquisa teve como recorte temporal a duração de 4 meses, e se desenvolveu no período de janeiro a abril de 2009

Nesta introdução, seção 1, tentamos sintetizar o percurso da pesquisa, que será delineada e aprofundada ao longo deste trabalho, que contém cinco seções no seu processo de exposição.

A segunda seção deste estudo contextualiza a crise do capital no mundo do trabalho, da estagnação econômica e da reestruturação produtiva, contendo uma discussão sobre a crise do capital e seus desdobramentos, fazendo um recorte da categoria trabalho, no processo da reestruturação produtiva. Enfatizamos a questão do desemprego x trabalho precarizado e as expectativas dos trabalhadores ambulantes.

Na terceira seção, buscamos aprofundar a informalização do trabalho, analisando o trabalho informal, situando o trabalho improdutivo no processo de acumulação capitalista e o trabalho “por conta própria”, situando-o como uma das faces da informalidade.

A quarta seção, denominada “trabalhadores por conta própria: o trabalho dos camelôs da passarela do Natal Shopping e do Via Direta” constituiu-se um esforço de apreensão do real, dialogando com os sujeitos da pesquisa e fazendo uma interlocução com autores que

trabalham esta temática, buscando-se, por aproximações sucessivas, desvelar a aviltante questão e ilusória autonomia do trabalho por conta própria.

Na quinta seção deste trabalho, abordamos as contribuições advindas deste estudo, que se constituem na síntese da síntese do nosso percurso de análise da temática.

## **2      CRISE DO CAPITAL NO MUNDO DO TRABALHO: A ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

## 2 CRISE DO CAPITAL NO MUNDO DO TRABALHO: A ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

### 2.1 O desemprego como disseminador de processos excludentes

O desemprego é um dos grandes responsáveis pelos processos excludentes disseminados na sociedade, pois torna vulneráveis aqueles que se encontram fora do mercado de trabalho, por estarem desprovidos do mais significativo recurso de obtenção dos meios necessários para a sobrevivência – o trabalho. Para Marx (1982, p. 50):

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, - a quaisquer que sejam as formas de sociedade, - necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana.

Da mesma forma, o desemprego leva o trabalhador em direção ao subemprego e às formas precarizadas de trabalho. Estigmatiza aqueles que buscam seu sustento nessas formas atípicas de ocupação, pois, dependendo da atividade que esses realizam, são “apontados” socialmente, como pessoas que vivem da ilegalidade (sem carteira de trabalho, sem registro no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, entre outras seguranças trabalhistas), mesmo que o desempenho de tais atividades lhes assegurem certo nível de renda compatível com trabalhos referentes ao mercado formal.

Isso ocorre porque algumas atividades asseguram para seus membros uma inserção “parcial”, por incluir estes trabalhadores na sociedade, do ponto de vista econômico; ou seja, atribui a estes trabalhadores a condição de consumidores. Do ângulo da sociedade capitalista, movida pela busca incessante do lucro, essa colocação é pertinente por contribuir para a movimentação da economia. Martins (1997, p. 20), analisando o alcance da mencionada “inclusão” enuncia que

As políticas econômicas atuais, no Brasil e em outros países, que seguem o que está sendo chamado de modelo neoliberal, implicam a proposital *inclusão precária e instável, marginal*. Não são propriamente, políticas de exclusão. São políticas de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário a mais eficiente (e barata) reprodução do capital. E, também, ao funcionamento da ordem política, em favor dos que dominam (Grifos do autor).

Os trabalhadores por conta própria, como os vendedores ambulantes, por exemplo, estão em uma condição notória de tais processos excludentes. Ao desenvolverem suas atividades, alguns desses trabalhadores chegam a atingir mensalmente um montante superior ao valor de 1 salário mínimo. Ou seja, economicamente, estão além ou no mesmo patamar de um funcionário assalariado. Todavia, a natureza do trabalho à qual estão ligados lhes atribui posicionamentos distintos na sociedade.

Há exemplos ainda mais exclamativos de reinserções que ocorrem estritamente no plano econômico pelos quais: “[...] a pessoa consegue ganhar alguma coisa para sobreviver, mas não se dá [sua reinserção] no plano social. A pessoa não se reintegra numa sociabilidade ‘normal’ [...]” (MARTINS, 1997, p. 33). Martins menciona como exemplo o caso de mulheres, cujo meio de “ganhar a vida” é a prostituição – profissionais do sexo – atividade pela qual estas, vendem um serviço em troca de dinheiro para sua sobrevivência.

No entanto, esse mesmo serviço que lhes assegura a manutenção de sua existência compromete a sua vida social, posto que a prostituição fomenta uma série de preconceitos e estigmas cultivados pela sociedade de um modo geral.

Tais circunstâncias são elucidativas para compreender a abrangência dos processos excludentes. Na contemporaneidade, não se consideram como incluídos precariamente apenas aqueles que são caracterizados como miseráveis devido à sua condição econômica e de subsistência em relação ao mercado. Essa inclusão deficitária engloba aspectos sociais, morais e até mesmo políticos (MARTINS, 1997).

De fato, percebe-se que se trata de “processos excludentes” – no plural – como analisa Martins (1997)<sup>7</sup>, visto que não se refere apenas ao não acesso a elementos econômicos, mas também a elementos pertencentes às demais esferas conformadoras da sociabilidade dos indivíduos. Um trabalhador por conta própria pode até perceber uma renda mensal maior do que um trabalhador formal, mas, como vendedor ambulante/camelô, esse será visto de forma estigmatizada pela sociedade.

A esse respeito, Pochmann (2002, p. 21) afirma que

[...] excluir um cidadão do mercado de trabalho (subclasse) pode levá-lo não apenas à privação material, mas à restrição de direitos, de segurança socioeconômica e de auto-estima. Isso porque o desemprego não representa

---

<sup>7</sup> Martins (1997) descarta o conceito de exclusão social, entendendo que, na verdade, ocorre, na sociedade capitalista, processos excludentes, posto que para este autor, a exclusão seria justamente as dificuldades adjuntas ao andamento de uma inclusão precária e instável. Para o referido autor, “[...] só os mortos são excluídos, e nas nossas sociedades a completa exclusão dos mortos não se dá nem mesmo com a morte física; ela só se completa depois de lenta e complicada morte simbólica” (1997, p. 27).

um risco como qualquer outro (doença, acidente de trabalho etc.). A sua generalização por longo tempo pode implicar, muitas vezes, a maior fragilidade ante aos demais riscos da sociedade.

Para Catanni (1996), o desemprego é fonte de “degradação humana”<sup>8</sup>, porque além de ser o trabalho o recurso primordial para a obtenção de recursos materiais, é, sobretudo, um “[...] vetor essencial de construção identitária e de socialização” (1996, p. 71). Dessa forma, entende-se que sua ausência como o grande pesadelo dessa virada de século condiciona os trabalhadores a um universo de incertezas, pelo qual a imprevisão quanto a medidas que possam reverter esse quadro de desemprego ainda se encontram a engatinhar.

O desemprego é estimado, considerando-se o âmbito da população que integra a População Economicamente Ativa (PEA)<sup>9</sup>, àqueles que conformam a mão-de-obra excedente; ou seja, os trabalhadores não incluídos pelas atividades de produção social. Sua definição, não é tarefa simples, pois como salienta Pochmann (2001), o desemprego se camufla muitas vezes, revestindo-se das formas atípicas de trabalho. Assim, apenas aos trabalhadores que estão totalmente sem uma ocupação configuram o desemprego aberto. Também como obstáculo para a análise do contingente de desempregados tem-se a falta de critérios universais que pudessem ser aplicados pelas nações. Nem mesmo as indicações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) têm pleno uso entre os países.

Cattani (1996) afirma que a dificuldade para realizar comparações internacionais sobre os números de desempregados parte dos empecilhos políticos e metodológicos em quantificar a população ativa, pois as nações divergem no método utilizado, bem como diferenciam-se ao considerar quais indivíduos vão ser incluídos na PEA.

Essa indefinição quanto aos critérios para delinear a PEA acaba disseminando “reduções artificiais” em seu número, porque estes são “camuflados”, principalmente se isso for de interesse para o estabelecimento de políticas governamentais. Em algumas nações,

---

<sup>8</sup> Para Catanni (1996), o termo “degradação” é utilizado em relação ao processo de deterioração das condições econômicas e sociais de uma parte da população, diante do rebaixamento do *status relativo*, vivenciado com a difusão do desemprego. Para esse autor, tal idéia de deterioração pode atingir inclusive as dimensões física e moral dos indivíduos.

<sup>9</sup> A PEA, [composta pelas pessoas de 10 anos ou mais (DEPARTAMENTO..., 2002)], compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo. Isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: população ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam. Por exemplo, pessoas em férias. As pessoas ocupadas são classificadas em: empregadas - aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou em outra forma de pagamento, incluindo-se entre essas aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos. Enquanto que as pessoas desocupadas são aquelas que não tinham trabalho num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar e, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais etc.) (INSTITUTO..., 2009b).

identificam-se tendências como o retardamento da entrada de jovens no mercado de trabalho, através do incentivo a cursos complementares, como especializações, camuflando o adensamento desses jovens no desemprego, posto que, ao permanecerem na condição de estudantes, não são contabilizados como desempregados, embora já possuam idade e qualificação suficientes para estarem trabalhando.

Lógica semelhante é aplicada às pessoas acima de cinquenta anos. Porém, o procedimento nesse caso é o incentivo à aposentadoria precoce, pois há países nos quais essas pessoas são vistas como fortes candidatas a deixarem o mercado de trabalho, sendo que muitas destas se tivessem oportunidades de emprego, não estariam anulando sua permanência no mesmo (CATANNI, 1996).

Observa-se que o número real de desempregados nos casos mencionados fica omitido, determinante que dificulta uma análise mais apurada em nível mundial, bem como obstaculariza a implementação de políticas públicas de emprego coerentes com os números reais de desempregados.

Catanni (1996, p. 47) explica o caso do Japão. O que ocorre nos dados oficiais, visto que, em tal nação

O número de desempregados é estimado a partir de dados de enquetes junto às famílias, como ocorre nos Estados Unidos, e não a partir de listas de pessoas inscritas nas agências públicas, como acontece na Europa. Ficam, assim, excluídos aqueles desempregados que não se declaram como tal, pois seria extremamente desonroso e humilhante admitir viver em tal situação. Também não são contados os trabalhadores precários e sazonais, as mulheres desempregadas e os trabalhadores camponeses. Adotando os mesmos critérios ocidentais, o desemprego no Japão é equivalente à média da OCDE (entre 9 e 10%).

Em tal “limpeza”, como trata o autor, observamos que os dados aludidos não traduzem na realidade os números em sua dimensão concreta. Avaliamos, na explanação anterior, que quando se exclui as mulheres desempregadas, tal método não abrange a totalidade daqueles que conformam a PEA. Seria ilustrativo essa inconsistência se aplicado tal método ao mercado de trabalho brasileiro, no qual registra-se gradativamente o aumento da inserção da

mulher no mercado de trabalho, assumindo postos anteriormente destinados ao universo masculino<sup>10</sup>.

Conforme estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujo objetivo era caracterizar a inserção da mulher no mercado de trabalho, tem-se que

[...] a proporção de mulheres ocupadas em relação a População em Idade Ativa feminina (nível de ocupação das mulheres) cresceu em janeiro de 2008, atingindo 43,1% ante a 40,1% em janeiro de 2003 – crescimento de 3 pontos percentuais. Entre os homens, o nível de ocupação foi de 61,0% e 62,1%, respectivamente em janeiro de 2003 e janeiro de 2008 – crescimento de 1,1 ponto percentual (INSTITUTO ..., 2009a, p. 6).

Em sua análise, ressalta Catanni (1996) que a flexibilização do trabalho, circundada pelas formas de trabalho instável – subemprego e subcontratações – alteram de forma análoga os dados oficiais, visto que algumas nações englobam os trabalhadores inseridos nessas formas atípicas de trabalho como trabalhadores contratados formalmente. Porém, a problemática localiza-se ao se desconsiderar que, em geral, tais indivíduos são contratados temporariamente, sem nenhuma segurança trabalhista, oscilando entre o trabalho informal e o desemprego, e dificilmente entre um emprego no mercado formal.

Analisando tais implicações Cattani (1996, p. 48) enuncia que

As formas precárias dissimulam o desemprego. Um trabalhador sem contrato, que tenha ficado 90% do seu tempo sem remuneração, pode aparecer numa enquete como ‘trabalhador empregado’. A OCDE admite, no seu último relatório, que, se fossem considerados os ‘trabalhadores desencorajados’ e os trabalhadores que estivessem involuntariamente em subempregos, as estatísticas do desemprego aumentariam em 40%.

A redução no número de postos de trabalho tem determinantes específicos segundo cada organismo econômico internacional que realiza sua análise. Evidenciando-se que a

---

<sup>10</sup> Ressalta-se que esse aumento da presença feminina no mercado de trabalho não é sinônimo de equidade entre os sexos, nos quesitos referentes às condições de trabalho. Dentre as precarizações mais frequentes, estão: a inferiorização de suas remunerações, em face do trabalho masculino de mesma natureza; as altas jornadas de trabalho; bem como a maior vulnerabilidade em relação aos direitos trabalhistas, visto que, de acordo com pesquisa do IBGE, no que se refere à forma de inserção no mercado de trabalho, “[...] elas [as mulheres] também se encontravam em situação menos favorável, não sendo atingido o percentual de 40% de mulheres trabalhando com Carteira de trabalho assinada; já entre os homens esta proporção ficou próxima de 50,0%” (INSTITUTO..., 2009a, p. 3), fator esse que fomenta outra questão, que seria a baixa contribuição das mulheres à Previdência Social.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)<sup>11</sup> considera que além dos determinantes conjunturais, a falta de empregos para todos estaria ligada a uma forte regulamentação trabalhista e proteção social inadequadas sobre o mercado de trabalho. Enquanto que, para a OIT, a escassez de vagas estaria mais associada às taxas de insatisfação de crescimento econômico (POCHMANN, 2001, p. 39).

Porém, qualquer que seja a abordagem voltada ao desemprego, deve-se considerar o modelo econômico e político atual pois, dependendo de como se desenvolve, oscilam os padrões do desemprego. Na década de 1930, pôde-se constatar a preocupação em manter um regime político de Pleno Emprego, uma vez que os países enfrentavam uma crise econômica que exigia a intervenção do Estado.

Antagonicamente, após a década de 1970, ocorreu o inverso, pois diante do esgotamento do modelo interventor, a proposta passou a ser o compromisso para com a redução da inflação, exigindo redução de custos, inclusive, com gastos sociais. Após tal período, o desemprego se tornou agravante, visto que o número de desempregados aumentava constantemente disseminando-se entre todas as classes sociais. E estes desempregados, por sua vez, não contavam com os mecanismos de proteção social, pois já se iniciava sua minimização (POCHMANN, 2001).

Um dos elementos supracitados que emerge como determinante do desemprego é o incremento tecnológico. Todavia, muitos autores – Antunes (2006a), Pochmann (2001) – questionam tal posicionamento por entenderem que o seu uso exige um nível de qualificação mais acentuado por parte dos trabalhadores. Contudo, não os exclui totalmente da produção. Consideram ainda que, se aliado às novas tecnologias, foram registrados índices de crescimento econômico, as taxas altas de desemprego não seriam aumentadas continuamente.

Tal posicionamento espraia a discussão para o movimento do capitalismo contemporâneo, localizando-o como estopim da crise do desemprego, guiada pelo “processo dominante de globalização financeira”, que acarreta baixas taxas de crescimento econômico, desregulada concorrência e profundas incertezas na economia mundial (POCHMANN, 2001).

Estas, entre outras constatações restringem a liberdade dos países, ao adotar estratégias que gerem novos postos de trabalho, primordialmente, se considerado que o Pleno Emprego

---

<sup>11</sup> É uma organização internacional dos países comprometidos com os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado. A sede da Organização fica em Paris, na França. Também é chamada de Grupo dos Ricos. Juntos, os trinta países participantes produzem mais da metade de toda a riqueza do mundo. A OCDE influencia a política econômica e social dos seus membros. Entre os objetivos, está o de ajudar o desenvolvimento econômico e social no mundo inteiro, estimulando investimentos nos países em desenvolvimento (ORGANIZAÇÃO..., 2009).

não é o objetivo da política neoliberal em vigor. Tal política volta suas forças para a recuperação da economia e usa, para tal empreitada, ações contencionistas. Destarte,

As medidas econômicas implementadas desde a década de 1970 buscaram contrair a emissão monetária, elevar os juros, diminuir os impostos sobre as rendas mais altas, desregulamentar o mercado de trabalho, o comércio externo e o mercado financeiro, alterar o papel do Estado, privatizar o setor público, focalizar o gasto social, restringir a ação sindical, entre outras. (POCHMANN, 2001, p. 15).

Nos anos 1980, o desemprego no Brasil se agrava devido a um período de forte estagnação econômica, que unida ao modelo de acumulação flexível, inauguraram a desestruturação do mundo do trabalho, justificada pelo lapso acarretado pelos ajustes macroeconômicos que visavam a amenizar o *déficit* da dívida externa (POCHMANN, 2001). O setor terciário foi o que mais absorveu mão-de-obra brasileira, ilustrando a precariedade das ocupações que passaram a ser geradas, definindo o setor dos serviços como o mais promissor. Enquanto que o setor primário teve seu número de ocupações reduzido, face ao processo de modernização do campo, que expulsava para as cidades trabalhadores que poderiam ser subaproveitados pelos demais setores – secundário e terciário. O setor secundário se manteve sem grandes alterações.

Ao refletirmos sobre a liderança da empregabilidade do setor terciário, observamos a presença desenfreada de ocupações informais, de cada cem empregos assalariados gerados entre 1980 e 1991, cerca de 99 foram sem registro e apenas um tinha registro (POCHMANN, 2001). Intrínseca a tal proporção está a gravidade inerente à desestruturação do trabalho, demonstrando como este se torna escasso para os brasileiros, diante da recessão e da estagnação econômicas, as quais assolavam o país, fazendo com que os trabalhadores mergulhassem nas formas atípicas de ocupações, submetendo-se a um mundo de precariedades.

O referido quadro se acentua a partir de 1990, quando o número de ocupações geradas, além de se reduzirem, emergiam em torno de ocupações não-assalariadas, ocasionadas pelo desaparecimento dos empregos com registro, espreado-se, no país, o uso da sub-utilização da força de trabalho:

O período pós-1980 foi de reversão na trajetória geral das ocupações, com fortes sinais de uma progressiva desestruturação do mercado de trabalho. O desassalariamento de parcela crescente da População Economicamente Ativa e a expansão das ocupações nos segmentos não-organizados e do desemprego têm ocorrido paralelamente ao abandono do projeto de

industrialização nacional e a adoção de políticas macroeconômicas de reinserção internacional e enfraquecimento do estatuto do trabalho (POCHMANN, 2002, p. 78).

Os índices de desemprego dos anos de 1990 se diferenciam dos anos anteriores, por apresentarem números desproporcionais ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). E apesar de seus reajustes positivos, não se assinalavam aumento de empregos regulamentados, revelando que, em tal conjuntura, o desemprego era fruto de toda a dinâmica conformadora da economia mundial.

Esse contraste demonstra a disparidade entre o desenvolvimento econômico e o social. O Brasil inclinava sua colocação no *ranking* dos países industrializados, mas não impulsionava, na mesma proporção, os seus indicadores sociais. A população continuava a vivenciar uma política de concentração de renda, adensando as desigualdades sociais. Analisando esse paradoxo BRUM (1991, p. 278) ressalta que

Apesar de destacada posição econômica que ocupa no cenário mundial, [...] estamos convivendo com as mais extremadas desigualdades jamais vivenciadas por qualquer outro país na história contemporânea. No bojo dessas profundas contradições e distorções, vem ocorrendo um processo de corrosão dos valores e das formas de convivência social civilizada.

Pochmann (2002), sintetizando o posicionamento de alguns estudiosos, enuncia que o desemprego instaurado nos anos 1990 eclodiu da combinação entre política recessiva, desregulamentação e redução do papel do Estado, abertura comercial abrupta ao mercado externo, bem como das taxas de juros elevadas. Tal *mix* de políticas macroeconômicas abreviam as possibilidades de novos postos de trabalho, por limitarem a produção, diante dos custos altos e da falta de incentivos à atividade industrial interna, uma vez que, se o país não estende o seu parque industrial, conseqüentemente, reduz sua oferta de trabalho regulamentado.

Logo, visto que o país não contava com uma política de geração de empregos, a classe trabalhadora se via “intimada” a procurar alternativas no subemprego. Simultaneamente, dadas as baixas incidências de contratações, mesmo aqueles inseridos nos empregos formais sofrem efeitos oriundos da flexibilização do uso e remuneração da força de trabalho.

A falta de estabilidade provocada pelas contratações precárias é elucidativa para esclarecer que os trabalhadores convivem com uma acentuada rotatividade em seus empregos, privando-os de planejamentos a longo prazo, pois a dúvida quanto à permanência na condição de empregabilidade torna inviável a certeza de uma estabilidade financeira. Para aqueles cuja

qualificação apresenta níveis mais baixos, a rotatividade é ainda mais gritante. Contudo, não se restringe aos mesmos.

A facilidade encontrada pelos empregadores em demitir sua mão-de-obra contribui para o aumento do número de demissões, pois os empregadores, uma vez não encontrando impedimentos para tal feito, só mantêm os trabalhadores na ativa se isso estiver sob o crivo dos seus próprios interesses.

Encortinado por essas relações, o empregador, além de estar constantemente selecionando sua mão-de-obra sem nenhum custo – pois algumas empresas não aplicam programas de qualificação, substituindo sua mão-de-obra ao invés de reciclá-la –, ainda mantém junto a essa, relações marcadas pela intensificação da exploração, visto que, receando serem mais um na fila do desemprego, trabalhadores se submetem à imposições aviltantes. Traçando as ocorrências de tal opressão, verifica-se o desrespeito quanto ao limite da jornada de trabalho combinada, bem como a apropriação dos dias direcionados para as folgas semanais e acúmulo de funções, atendendo aos requisitos para a polivalência, incluindo a extensão do processo de trabalho até aos lares dos trabalhadores, sob o prisma ou a condição do trabalho em domicílio.

Com essas reflexões sobre o desemprego, observamos o quanto é elucidativa a análise de Behring (2003, p. 40), ao enunciar que

Todas essas mudanças e essa insegurança generalizada expressam, na verdade, a agressividade do capital no sentido de aumentar a produtividade do trabalho, tendo em vista recuperar sua rentabilidade golpeada com o já referido esgotamento do ciclo anterior e sem o parâmetro das necessidades sociais das maiorias. A palavra de ordem da reestruturação produtiva – flexibilidade [...], diz respeito a alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho para ampliar a taxa de mais-valia e de lucro, mas sem preocupação com o crescimento e com os efeitos de barbarização da vida social daí decorrentes.

Tais reformulações se expressam ainda mais acentuadas quando vislumbradas em um contexto político-econômico enviesado por uma perspectiva neoliberal, pela qual as políticas de proteção social são minimizadas. Dessa forma, o trabalhador é duplamente penalizado, visto que além de conviver com uma empregabilidade insuficiente, também não encontra, no Estado, políticas públicas que venham a amenizar os efeitos causados pelo desemprego. Isso porque para o neoliberalismo

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em

todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas, [...] com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa natural de desemprego (ANDERSON, 1995, p. 11).

O desmonte das políticas sociais é uma das grandes conseqüências acarretadas pela retórica neoliberal. Estas por sua vez, são envoltas em um manto ideológico, apresentadas como “[...] geradoras de desequilíbrios, custo excessivo do trabalho, devendo ser acessada via mercado” (BEHRING, 2003, p. 64), desprendendo-se de seu significado de direitos sociais.

Ao se revestirem como mercadorias as políticas sociais, instigam à privatização, pois os direitos passam a ser acessíveis por meio da sua comercialização, visto que o Estado mínimo, proposto pelo neoliberalismo não oferece serviços satisfatórios para atender a demanda dos que deles necessitam. Apenas parte da população, em geral, a mais pauperizada, é contemplada com tais serviços. Os demais, ou ficam à margem dos atendimentos/programas/serviços ou custeam diretamente o pagamento dos mesmos.

## **2.2 Trabalho, desemprego, expectativas dos trabalhadores ambulantes, no cenário atual.**

A precarização do mundo do trabalho pode ser identificada como uma expressão da questão social, pois é determinante para as condições sócio-econômicas dos indivíduos, dado que, no cerne da sociedade capitalista, o trabalho é o caminho usado pelos indivíduos para conquistar sua sobrevivência. Assim, a ausência do trabalho reforça a situação de miséria e desigualdade social, pois é através do trabalho que ocorre a obtenção dos meios de vida, bem como o desenvolvimento da sociabilidade entre os indivíduos. Isso porque, como destaca Iamamoto (2003, p. 33)

Atualmente, segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobrantes, desnecessários. Essa é a raiz de uma nova pobreza de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não tem mais lugar no mercado de trabalho. [...]. São estoques de força de trabalho ‘descartáveis’ para o mercado de trabalho, colocando em risco para esses segmentos a possibilidade de defesa e reprodução da própria vida.

A questão social tem sua gênese no berço da sociedade capitalista, acompanhando a divisão de classes e a reprodução do capital, ao longo dos anos, ganhando novos contornos, à

medida em que a exploração entre as classes torna-se mais aguda<sup>12</sup>, pois o capital molda tais relações visando sempre a atingir o maior lucro possível, ignorando os efeitos perversos inerentes ao processo de acumulação do capital. Netto (2001, p. 45) explica o referido aprofundamento da questão social anunciando que

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’, esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo.

São múltiplas as expressões da questão social, delineando desde as necessidades ligadas à economia, como a pobreza e a privação das condições mínimas para a sobrevivência: saúde, educação, lazer, segurança, habitação; e ainda, questões de âmbito sócio-políticas e culturais, como relações de gênero, etnia, raça, além de questões que acometem indivíduos, grupos e comunidades que se encontram em vulnerabilidade. Tem-se, dessa forma, que

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas reflexões de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa ‘luta aberta e surda pela cidadania’ (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. (IAMAMOTO, 2008, p. 160).

Em considerando os fundamentos da questão social, é imprescindível para sua compreensão, delinear o processo que vem ocorrendo no cenário do capitalismo, pois sua mundialização não significou apenas o intercâmbio entre o uso de tecnologias, ou mesmo a internacionalização do capital financeiro, mas, sobretudo, refletiu o espraiamento em nível mundial, das desigualdades socioeconômicas.

---

<sup>12</sup> Segundo Iamamoto (2008), “[...] a questão social não é um fenômeno recente, típico do esgotamento dos chamados anos gloriosos da expansão capitalista. Trata-se, ao contrário, de uma “velha questão social” inscrita na própria natureza das relações sociais capitalista, mas que, na contemporaneidade, se re-produz sob novas mediações históricas e, ao mesmo tempo, assume inéditas expressões espraiadas em todas as dimensões da vida em sociedade. Alteram-se as bases históricas em que ocorre a produção e reprodução das desigualdades na periferia dos centros mundiais, em um contexto de internacionalização da produção, dos mercados, da política e da cultura, sob o comando do capital financeiro, as quais são acompanhadas por lutas veladas e abertas nitidamente desiguais” (2008, p. 161).

O desenvolvimento acarretado pela mundialização do capital não representou crescimento equânime para todas as nações envolvidas nas transações estabelecidas nesse contexto. Mesmo diante de acordos econômicos que visam a um crescimento combinado entre os países, o que se percebe é a contínua extração de riquezas entre essas nações, acarretando não só a disparidade econômica, mas o agravamento das desigualdades sociais entre essas.

Nota-se o equívoco entre o discurso dos organismos financeiros, que defendem os acordos econômicos entre nações como sendo sinônimo de um desenvolvimento equiparado, pois, o que se delineia é um desenvolvimento desigual, disseminador da concentração de riquezas para os países mais favorecidos.

Processo semelhante ocorre no cerne de alguns países, pois não é via de regra que o crescimento econômico destes seja vislumbrado em seu desenvolvimento social. Tal característica aprofunda os paradoxos sócioeconômicos, ressaltando o corolário expresso pela questão social, posto que muitas de suas facetas estão imbricadas à desigualdade social.

O Brasil é um nítido exemplo de tal paradoxo. Porquanto, vem se destacando economicamente no cenário mundial – sexto colocado<sup>13</sup> -, enquanto a expressiva maioria de sua população não usufrui da riqueza produzida, acentuando marcas persistentes de pobreza e exploração. Esse descompasso entre crescimento social e econômico torna-se degradante, por ilustrar a continuidade da concentração de renda no país, deteriorando as condições sociais da população.

Ianni (1994), já na década de 1990, apontava a tendência para essa disparidade, analisando que se evidenciavam, no cenário brasileiro, duas sociedades superpostas, recortadas pelo dualismo, fruto do avanço do capital, que acarreta seu crescimento à exploração dos trabalhadores, sejam eles urbanos e/ou rurais. Segundo o referido autor:

A um lado ‘encontra-se uma moderada sociedade industrial, que já é a oitava economia do mundo ocidental e acusa um extraordinário dinamismo’. No outro ‘encontra-se uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência, no mundo rural, ou em condições de miserável marginalidade urbana, ostentando padrões de pobreza e ignorância comparáveis aos das mais atrasadas sociedades afro-asiáticas’. (IANNI, 1994, p. 90-91).

---

<sup>13</sup> Segundo o *ranking* divulgado em dezembro de 2007 pelo Banco Mundial, projetado pelo Programa de Comparação Internacional (PCI), que analisa as economias de 146 países, o Brasil ganhou uma posição, e agora ocupa o sexto lugar na economia mundial. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=1581>, acessado em: 03 de set de 2009.

O crescente nível de exploração e de desigualdade se torna latente, se consideradas as transformações no mundo da produção<sup>14</sup>, pois, atualmente, diante da redução dos postos de trabalho, a população majoritária que tem como única mercadoria a sua força de trabalho, encontra-se submersa em um restrito leque de opções de empregabilidade. Assim, o desemprego e as formas atípicas de ocupações, bem como os trabalhos precarizados se tornam fantasmas constantes no cotidiano dos trabalhadores, refletindo em sua sociabilidade, e em seus parâmetros socioeconômicos<sup>15</sup>.

Outro elemento que atinge o quadro socioeconômico da população, ocasionando o aumento dos problemas sociais, é a postura do Estado, que se mantém aliado aos interesses capitalistas, obedecendo aos ditames neoliberais, os quais defendem um Estado mínimo socialmente, porém com forte intervenção no campo econômico.

O modelo neoliberal ganhou repercussão na sociedade diante dos efeitos deletérios registrados com a crise econômica dos anos 1970, pela qual o capitalismo, mais uma vez, reformulou saídas para mitigar a sua própria crise, culpabilizando o modelo político-econômico em vigor naquele momento – o Keynesianismo<sup>16</sup>.

O referido modelo político-econômico empregado no pós guerra – 1945 – visava, sobretudo, a recuperar a economia fragilizada durante o período, apostando assim no Estado como um veículo que restabelecesse o equilíbrio econômico por meio de política fiscal creditícia e de gastos, que injetasse na economia os recursos basilares para o seu estímulo.

Concomitante ao desenvolvimento dessas medidas, aplicava-se na produção o modelo fordista. Esse modelo incentivava o número de empregos, devido à produção em massa, gerando as divisas necessárias para dinamizar o mercado consumidor, acelerando a demanda a ser produzida, além de contribuir com a redução do desemprego generalizado.

---

<sup>14</sup> A reestruturação produtiva afeta radicalmente a organização dos processos de trabalho: o consumo e a gestão da força de trabalho, as condições e as relações de trabalho, assim como o conteúdo do próprio trabalho. Isto envolve a intensificação do trabalho e a ampliação da jornada, a redução dos postos de trabalho e a precarização das condições e dos direitos do trabalho. (IAMAMOTO, 2008. p. 143-144).

<sup>15</sup> Iamamoto (2008, p. 153), analisando as reformulações que acometem o mundo do trabalho, aponta que desde 1993, aumenta a proporção dos empregados sem carteira assinada, destituídos dos direitos trabalhistas: 13º salário, férias, seguro-desemprego, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e benefícios previdenciários: auxílio-doença, auxílio acidente de trabalho, salário-maternidade, pensão por morte, aposentadoria. O índice dos empregados sem carteira assinada passa de 21,1% em 1995 para 24,2% do total de ocupados em 2003.

<sup>16</sup> “[...] [Keynes] propugnava a mudança da relação do Estado com o sistema produtivo e rompia parcialmente com os princípios do liberalismo [...]. O Estado, com o Keynesianismo, tornou-se produtor e regulador, o que não significava o abandono do capitalismo ou a defesa da socialização dos meios de produção. Keynes defendeu a liberdade individual e a economia de mercado, mas dentro de uma lógica que rompia com a dogmática liberal conservadora da época. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 84).

Contudo, o neoliberalismo já vinha sendo discutido desde o pós-Guerra, por alguns representantes que hostilizavam o Estado intervencionista e de Bem-Estar, sendo seu arsenal teórico construído desde 1944 por Friedrich Hayek, - ilustrado na obra “O Caminho da Servidão”. A partir de então, conquistara adeptos em todo o mundo capitalista. Porém, devido ao período de desenvolvimento econômico vivenciado no pós-Guerra, não havia argumentos vigorosos para sustentar a transição para o neoliberalismo.

Todavia, com a desordem instaurada pela crise de 1970, o capitalismo condena o modelo de produção com base fordista/keynesiano, por julgá-lo incoerente para a sustentação equilibrada da economia, resgatando, sob novas roupagens, o modelo liberal que, no passado – primeiras décadas do século XX – havia sido apontado como modelo que contribuiu para a crise dos anos de 1930, visto que a aplicação de suas indicações – o mercado como regulador das relações, parca intervenção estatal, predomínio da liberdade e competitividade, e minimização da presença do Estado nas políticas sociais – não conseguiu reverter a grande crise do sistema financeiro, abalando toda a economia mundial (ANDERSON, 1995; BEHRING; BOSCHETTI, 2007)

Foi tomando como norte a reaplicação de tais indicações que o neoliberalismo traçou como receituário para a crise econômica medidas como:

- 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda;
- 2) um estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas;
- 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema;
- 4) uma forte disciplina orçamentário, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego;
- 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos e
- 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando a quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior (BEHRING, 2000, p. 28).

Essas denotações são refletidas para além do universo econômico, visto que a arena social passa a ser alvo também de suas redefinições, sobretudo, no tocante ao Estado de Bem-Estar. Isto porque, na análise neoliberal, esse é perverso para a estabilidade econômica, por direcionar gastos públicos para áreas que, segundo sua ótica, deveriam ser sanadas a partir dos esforços individuais dos próprios sujeitos. Mesmo porque, para os neoliberais, a proteção social garantida pelo Estado social, por meio de políticas redistributivas, é pernicioso para o desenvolvimento econômico, pois aumenta o consumo e diminui a poupança da população (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

No cenário brasileiro, a adesão ao neoliberalismo ocorreu tardiamente, pois a economia nacional ainda se encontrava em expansão quando eclodiu a crise dos anos 1970, visto que o país vinha aplicando a política econômica com base na abertura comercial, incentivada sobretudo pela tecnocracia, ficando esse período conhecido como o “Milagre Econômico”.

Tal adesão ocorre somente a partir da década de 1980, quando o Brasil adentra no período de estagnação econômica, tida como a “Década Perdida”, e quando a perspectiva neoliberal ganhou terreno fértil no país, vindo a fecundar-se nos anos posteriores, com os governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso (FHC), ambos com projetos modernizadores, pautados nas indicações do Consenso de Washington<sup>17</sup>.

Logo nos primeiros anos da década de 1990, foi eleito à presidência da República, através do voto direito, Fernando Collor de Mello (1990-1992), cujas propostas eleitorais eram pautadas na moralização da política, com a “caça aos marajás” – a elite econômica que no cenário da época, envolvia-se com inúmeros escândalos de corrupção (COUTO, 2004), bem como apregoava “[...] o resgate da dívida social, o que na realidade, não se confirmou nas ações de seu governo” (COUTO, 2004, p. 145), visto que houve o contínuo descaso para com este setor.

Economicamente, os traços mais destacados de seu governo foram a implantação dos Planos Collor I e Collor II, cujos objetivos eram atuar sobre o quadro de recessão e de estagnação econômica vivenciado pelo país, utilizando como recurso o confisco dos ativos financeiros. Foi o dinheiro da população que se encontrava nos bancos, que permitiu ao governo reaver o comando sobre os instrumentos de política econômica, pois o país concentrou um montante considerável em seu poder. O arrocho salarial, o enxugamento da liquidez, a redução do *déficit* público e a privatização do Estado foram usados como instrumentos para estacionar o processo inflacionário e realizar o ajuste fiscal. (BEHRING, 2003; ANTUNES, 2004).

Contudo, como afirma (BEHRING, 2003, p. 151),

Sua intervenção de maior fôlego e largo prazo foi a implementação acelerada da estratégia neoliberal no país, por meio das chamadas reformas estruturais, na verdade o início da contra-reforma neoliberal no país.

---

<sup>17</sup> Encontro realizado em novembro de 1989, em Washington, pelos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados (Fundo Monetário Internacional –FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID), para fazer uma avaliação das reformas econômicas empreendidas na América Latina.

O governo do Presidente Collor, considerando o neoliberalismo como determinante para encaminhar suas ações, defendeu explicitamente as “reformas” orientadas para o mercado, implicando um forte enxugamento do Estado, como saída para a crise econômica e social brasileira (BEHRING, 2003).

Diante das insatisfações de setores do capital, acompanhados de reivindicações oriundas das classes populares devido à fragilidade da política econômica instaurada, que além de não estabilizar a economia ainda provocou o sucateamento de parcelas do capital industrial privado, esse governo chegou ao fim na metade de seu percurso, por meio de um processo de *impeachment*, que destituiu o Presidente de seu cargo.

Tais descontentamentos eclodiram a partir do processo de privatização de organizações estatais, o qual dificultou as condições de concorrência entre o capital forâneo e os capitalistas nacionais, provocando a falência desses últimos. Tal decadência penalizou nefastamente os trabalhadores brasileiros, que se viram despossuídos da condição de viver por meio da venda de sua força de trabalho, visto que os postos de trabalhos foram drasticamente reduzidos com a abertura para o capital estrangeiro (ANTUNES, 1999).

Em 1992, assumiu a presidência, Itamar Franco, Vice-Presidente de Fernando Collor de Melo, dando início a um governo marcado por lacunas entre o discurso e o que se evidenciava na prática. O referido governante tinha o apoio de vários setores, necessitando “agradar” a estes para assegurar a continuidade do restante de seu mandato<sup>18</sup>. Dentre os aspectos duais de sua atuação, destaca-se o seu discurso eloqüente em relação ao setor social, desmistificado na atuação de seu governo, posto que assumiu deliberadamente o projeto modernizador emergido no período de Collor.

Dessa forma, as respostas estatais divergiam dos anseios da população, que amargava altos índices de empobrecimento e desemprego, dado que como balanço do final de sua atuação, observou-se a continuidade – que anos mais tarde viria a se intensificar no governo de FHC –, e abertura das propostas deliberadas no Consenso de Washington.

Como uma das últimas ações do governo Itamar Franco foi formatado, o plano real pela sua equipe econômica, em especial, destacando-se a figura de Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda. O referido plano foi projetado para conter o déficit público e a inflação. Seus resultados animadores evidenciados inicialmente pontencializaram a eleição de FHC para a Presidência da República em 1994. A aceitação em massa do governo

---

<sup>18</sup> Na formação dos seus Ministérios, agrupavam-se representantes desde o Centro-Direita, incluindo até os de Centro-Esquerda, integrando até mesmo membros do Partido dos Trabalhadores (ANTUNES, 1999, p. 20-21).

FHC ocorreu, sobretudo, porque a população “apostou” na atuação do plano em vigor, receando o retorno dos altos índices inflacionários.

Um dos principais desmontes no governo Fernando Henrique Cardoso, ocorreu com a intensificação da privatização das estatais. Esse processo entrou na cena econômica como sendo um importante instrumento para reduzir a dívida externa, por gerar receitas através da venda dessas organizações.

Segundo o discurso da política de FHC, privatizar era indispensável na conjuntura de seu governo, posto que se delinearía um novo perfil para as empresas estatais, que até então eram obsoletas e dispendiosas, e que ainda estabeleciam monopólios que evitavam a concorrência, dificultando a tão necessária redução de tarifas cobradas aos cidadãos. A privatização dessas empresas instigaria a concorrência, fazendo cair as tarifas, e incentivaria a produção de maiores lucros.

O governo ainda questionava os seus custos com as empresas estatais que se manifestavam deficitárias. As vendas libertariam o governo de custos, possibilitando a transferências dos mesmos para outras áreas mais emergenciais, como saúde e educação.

No entanto, essa perspectiva, tida como “redentora”, revestida pela privatização, foi erradicada logo quando a sociedade constatou que se tratava de uma “ilusão”, pois, aliado às vendas das estatais veio uma série de compromissos que o governo teve que assumir para incentivar suas vendas. Um exemplo é a concessão de empréstimos para as empresas compradoras a juros subsidiados (LEUSBAUPIN; MINEIRO 2002), bem como o próprio pagamento de dívidas das empresas estatais com as indenizações trabalhistas dos funcionários demitidos, para que assim as compradoras recebessem as empresas sem dívidas<sup>19</sup>.

Essa posição fez com que o país tivesse lucros desconsideráveis, visto que o montante recebido por essas vendas foi consumido nessa própria negociação, dimensionando uma parcela irrisória para o pagamento da dívida externa. Ou seja: “[...] longe de evitar os gastos do Estado, a privatização implicou enormes despesas [...]” (LEUSBAUPIN; MINEIRO 2002, p. 29). E esses gastos, mais uma vez, refletiram no redimensionamento das verbas voltadas para o setor social, visto que como a venda de grande parte das estatais não atingiu as metas esperadas, o fito agora passou a ser outro. Seguindo a lógica neoliberal, a área mais propensa a desgastes foi o setor social.

---

<sup>19</sup> O Estado, através do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), ofereceu empréstimos fabulosos aos interessados em adquirir empresas estatais – empréstimos a juros abaixo do mercado. O governo aceitou muitas vezes o pagamento em “moedas podres” (moedas de privatização). E mais: o governo dispôs a ajudar, com recursos públicos, as empresas privatizadas (LEUSBAUPIN; MINEIRO, 2002, p. 36)

Destacamos ainda que acompanhando a intensificação das privatizações, aprofunda-se também o número de desempregados, posto que com a transição de “ramos de atividades” antes ligados à esfera pública para a iniciativa privada, ficou à margem do mercado de trabalho uma imensa parcela de desempregados.

O desmonte incisivo da política de Fernando Henrique Cardoso sobre a Seguridade Social foi revestido sob o argumento de que o governo deveria atuar minimamente neste setor, em resposta aos ditames dos organismos internacionais, para os quais “[...] o Estado não é mais responsável pelo bem-estar de toda a sociedade: a saúde, a educação, a moradia, o emprego devem ser buscados principalmente através do mercado, de forma privada, por cada um individualmente [...]” (LEUSBAUPIN; MINEIRO 2002, p. 84).

Explicitando a derrocada do governo FHC na área social, dá-se o sucateamento da saúde, um dos tripés conformadores da Seguridade Social. Esta, por sua vez, foi “bombardeada” durante a política neoliberal, tendo seu orçamento reduzido, uma vez que um dos preceitos dos organismos internacionais era descaracterizar a natureza da saúde pública como um direito, entendendo que deveria haver a convergência dos gastos públicos para os setores mais pauperizados, passando os serviços de saúde para a lógica do mercado; ou seja, “[...] estímulo à oferta pelo setor privado de certos serviços” (LEUSBAUPIN; MINEIRO 2002, p. 43).

A referida postura em relação às políticas sociais agride diretamente os preceitos de universalidade e equidade previstos pela Carta Magna de 1988. Constatando esse “ataque”, pode-se perceber que, à medida em que se redirecionam parte da demanda dos serviços de saúde para o mercado privado, automaticamente, está-se invalidando o preceito constitucional que anuncia a universalidade de acesso<sup>20</sup>, uma vez que não são oferecidos serviços suficientes para atender à população em sua totalidade.

Usamos a saúde como ilustração, mas fato semelhante vem ocorrendo com as demais áreas e com as políticas de governo, como a assistência social, que vem tornando suas atividades – programas, projetos, e serviços –, gradativamente mais seletivas e focalistas. E mesmo com a educação – “direito de todos”<sup>21</sup>, que também foi alvo do sucateamento impreso após a redução orçamentária.

---

<sup>20</sup> Artigo 96: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de doença, e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL ..., 1988).

<sup>21</sup> Capítulo III, Artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL ..., 1988).

Aprofundando esses desmontes, observou-se a nítida transferência de recursos do orçamento da seguridade social para colaborar com o ajuste fiscal. A concretização dessa tendência ocorreu, por exemplo, com o redirecionamento de parte do montante arrecadado pela a CPMF<sup>22</sup> para o pagamento dos juros da dívida externa, quando, de fato, esse imposto foi criado, com a finalidade exclusivamente de financiar investimentos na área da saúde.

É interessante perceber como foi breve o pacto estabelecido entre a institucionalidade dos direitos sociais no Brasil – uma vez que esses ganharam magnitude após serem contemplados pela Constituição de 1988 – e sua ameaça de defasagem diante da adesão do país aos ideários neoliberais, isto porque, segundo estes, estava esclarecido que a proteção social deveria vincular-se à iniciativa privada e/ou a benevolência da comunidade, traçando para a assistência social um molde pautado na focalização e na seletividade dos assistidos (COUTO, 2004).

Como resultado das implementações neoliberais, tem-se um cenário trágico para o setor social, pois concomitante ao seu constante desmonte, os índices de desemprego e a concentração de renda não foram revertidos, contrariando as expectativas neoliberais, que submetiam o Brasil às advertências do mercado internacional, sobretudo, intencionando a impulsionar a economia nacional, objetivando que a partir do desenvolvimento econômico, o Bem-Estar da população refletisse também tais avanços.

No entanto, essas não foram as resultantes que se identificaram nos anos de 1980 a 1990 e que se delineiam até a década de 2000, tornando ilusórias as promessas dos organismos internacionais segundo estudiosos do tema:

é um dado evidente que a pobreza tem crescido enormemente nos países do Terceiro Mundo, mas não somente neles. Os efeitos das políticas neoliberais, no entanto, não param por aí. Ainda mais grave é o fato das desigualdades terem se intensificado entre os próprios pobres. Estamos diante de um processo novo: a pauperização da pobreza, de setores que são, hoje, muito mais pobres do que antes. As políticas neoliberais, tal como vêm sendo aplicadas, conduziram certas sociedades a uma rápida e profunda dinâmica de desagregação (SALAMA, p. 143, 2003.).

---

<sup>22</sup> “A Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) substituiu o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), criado em 13 de julho de 1993, e que vigorou de 1º de janeiro de 1994 até 31 de dezembro de 1994. O IPMF tinha uma alíquota de 0,25%, que incidia sobre os débitos lançados sobre as contas mantidas pelas instituições financeiras. [...] CPMF era uma contribuição destinada especificamente ao custeio da saúde pública, da previdência social e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Em princípio, o Artigo 18 da Lei nº 9.311 de outubro de 1996, estipulava que a totalidade da arrecadação seria destinada exclusivamente ao Fundo Nacional de Saúde. A partir de 1999, com a Emenda Constitucional 21, a CPMF passou a destinar parte de seus recursos a previdência social e a erradicação da pobreza. Antes de ser extinta a previdência social e a erradicação da pobreza recebiam aproximadamente 26% e 21% da arrecadação, respectivamente” (CONTRIBUIÇÃO..., 2009).

É essa tendência que faz com que a situação socioeconômica da população se torne mais precária, e instiga as populações a adentrarem mesmo que informalmente no mercado de trabalho, uma vez que as alternativas para conquistar o sustento diário de forma regulamentada vem se apresentando minimamente. Nesta pesquisa, buscamos levantar esses aspectos perpassando tal discussão, visto que a informalidade do trabalho está intrinsecamente ligada às reformulações neoliberais, pois como expressa Cacciamali e Silva (1999), diante da instabilidade econômica e da ausência do Estado em dar respostas contundentes ao desemprego, os trabalhadores convergem para o uso do próprio trabalho, inserindo-se em atividades atípicas, como fuga ao desemprego.

Os indivíduos imersos na informalidade sofrem precarizações grotescas, pois como não conseguem vender sua força de trabalho não podem contar com uma remuneração fixa no final do mês. Lutam diariamente, rendendo-se ao subemprego, desenvolvendo as mais inusitadas formas para assegurar o seu sustento. Vitimados por uma sociedade marcada por processos excludentes, tentam constantemente ocupar as lacunas encontradas no subemprego.

O *comércio ambulante* é um dos cenários retratados pela precariedade do trabalho. Pequenos vendedores disputam com os comerciantes mais estruturados a venda de seus produtos, muitas vezes, sem um local fixo para vendê-los, dificultando a fidelidade da clientela. Aglomeram-se nos centros das cidades, ou circulam pelos bairros, divulgando seus produtos. Tavares (2004) ressalta: "[...] o vendedor ambulante precisa ter força física e muita criatividade para cobrir a maior área possível e convencer o maior número de pessoas a comprar as suas mercadorias [...]" (2004, p. 152).

Sobre os vendedores ambulantes convém mencionar a relação que alguns deles mantêm com a ilegalidade, por venderem produtos irregulares, dentre os quais, os mais famosos são os eletro-eletrônicos que circulam entre os Estados sem nota fiscal e os CD e DVD falsificados.

Observa-se ainda os limites e as possibilidades inerentes ao trabalho dos camelôs, visto que essa atividade tem uma série de obstáculos a serem contornados, pois se apropriam de espaços considerados inviáveis, como o passeio público, burlando a fiscalização municipal e, em alguns casos, comercializando mercadorias consideradas ilícitas.

Com isso, sinaliza-se que os vendedores ambulantes têm seu cotidiano marcado pela luta constante pela sobrevivência, e a corrida diária pela renda faz com que esse trabalhador por conta própria, sem “patrão” ou “chefe”, determinando a si mesmo a realização de atividades precarizadas que lhes são impostas às longas jornadas de trabalho.

A abordagem sobre os vendedores ambulantes, desperta os seguintes questionamentos:

- a) Como se caracterizam socioeconomicamente esses vendedores;
- b) qual a renda percebida mensalmente;
- b) como os vendedores avaliam a autonomia proporcionada pelo seu trabalho;
- c) Investigar junto ao poder público local se há a oferta de alternativas de mudanças, haja vista que o mesmo inibe a presença dos vendedores.
- d) O que os vendedores entendem como emprego formal e se estes conhecem os direitos inerentes aos mesmos (Carteira de trabalho assinada, décimo terceiro salário, férias e etc).

Esses foram alguns dos pontos que nortearam o desenvolvimento dessa pesquisa sobre o trabalho dos vendedores ambulantes, considerando as singularidades desses trabalhadores e a forma atípica de ocupação dos espaços, e como se efetiva as suas atividades no contexto em que se apresenta a precarização do mundo do trabalho.

### **3 A INFORMALIZAÇÃO DO TRABALHO: A PRECARIZAÇÃO SOB NOVA ROUPAGEM**

### 3 A INFORMALIDADE DO TRABALHO: A PRECARIZAÇÃO SOB NOVA ROUPAGEM

#### 3.1 Trabalho informal: alternativas e precarizações

No contexto da reestruturação produtiva, demarcam-se as características da informalidade, sendo crucial delimitar que a informalidade, com todos os seus pontos críticos, vem absorvendo um número maior de trabalhadores, por esta responder em certa medida às necessidades mais urgentes daqueles que se encontram fora do mercado de trabalho formal.

O mercado de trabalho informal concentra tanto as unidades produtivas de caráter individual ou familiar, retratadas como estratégias de sobrevivência, quanto, da mesma forma, aquelas atividades articuladas à produção capitalista – os fios invisíveis que tecem a produção<sup>23</sup> (TAVARES, 2004) – que se caracterizam pelo “[...] Aviltamento ainda maior do trabalho assalariado submetido aos processos de terceirização, e pela ausência dos direitos trabalhistas vigentes em relações de trabalho que têm sido metamorfoseadas em relações mercantis [...]” (TAVARES, 2004, p. 15).

Destarte, percebe-se que há uma variedade de atores envolvidos no cenário da informalidade, entre os quais, vendedores em geral, trabalhadores autônomos, cooperativas e pequenas empresas, difundindo-se nos mais diferenciados padrões econômicos e sociais (TAVARES, 2004, p. 25).

Devido à tamanha heterogeneidade, Cacciamali (1983) considera que a informalidade condensa, desde atividades ligadas a serviços mais qualificados, cujas remunerações podem exceder as encontradas no mercado formal, até as atividades mais instáveis, cuja rentabilidade sustenta em média apenas as próprias necessidades básicas do dia-a-dia.

Tomando como norte a análise de Tavares (2004) sobre a informalidade do trabalho, apontamos algumas considerações acerca dos determinantes do processo ocasionado por tal informalidade, distinguindo posições que se contrapõem.

A referida autora segue uma perspectiva que nega a condição de setorialidade – "setor informal" – proposta pela OIT, por compreendê-la como insuficiente para analisar o Trabalho

---

<sup>23</sup> Os fios invisíveis são justamente as implicações que a informalidade atrelada à flexibilização encobre em relação às novas tendências do trabalho (TAVARES, 2004, p.18).

numa dimensão de totalidade, pois essa noção<sup>24</sup> reflete a idéia de que a informalidade diz respeito a um "mundo à parte" da produção capitalista.

Para a Tavares (2004, p. 45): "[...] A idéia de "setor informal" orientada pelo dualismo tornou-se insustentável, na medida em que o desenvolvimento econômico, ao invés de incorporá-lo, expandiu-o [...]". Esta autora analisa ainda a vertente formulada por Souza (1999)<sup>25</sup>, intitulada como "Teoria da subordinação"<sup>26</sup>. Essa teoria por sua vez considera a informalidade como parte intersticial da produção capitalista, principalmente, ao constatar que a informalidade é compreendida tanto pelas inúmeras estratégias fomentadas pelos desempregados para garantirem o mínimo necessário para a sua sobrevivência, quanto, pelas formas de flexibilização que o mercado formata para terceirizar partes fundamentais de sua produção.

Considerando essa coexistência entre as atividades formais e informais, percebe-se que a informalidade contribui com o capitalismo, por assegurar-lhes as trocas mercantis, pois mesmo aqueles à margem de um trabalho regularizado podem desfilar na sociedade como consumidores, dinamizando a produção e o consumo, pilares da produção capitalista.

Da mesma forma, contribui ainda, ao possibilitar à produção, meios flexíveis de contratações, que de forma indireta diminui os custos de produção – capital fixo – visto que, camufladas sob as formas de pequenas cooperativas e/ou trabalhos autônomos, pequenas empresas funcionam como satélites em torno das empresas de grande porte, fornecendo a estas, mercadorias – peças ou serviços –, que por sua vez, utilizarão para produzir suas mercadorias finais. Essa relação, em geral, realiza-se na ausência de contratos. O capitalista tem a oportunidade de ditar a produção, de explorar o trabalhador e de sair isento de qualquer responsabilidade trabalhista.

---

<sup>24</sup> Essa noção foi formulada pela OIT com base em um documento denominado Relatório do Kênia. Este foi usado como parâmetro para estudar as condições das atividades informais desenvolvidas por países africanos e asiáticos. O relatório buscou traçar um perfil das atividades geradoras de renda consideradas baixas, bem como analisar os grupos de trabalhadores mais pobres dessas regiões. E ainda para embasar políticas públicas que amenizassem a situação de pobreza e desigualdade ali registradas (CACCIAMALI, 1983).

<sup>25</sup> SOUZA, F.F.C. Salário e emprego em economias atrasadas. Campinas, Unicamp/EI, 1999. (Coleção teses).

<sup>26</sup> Observamos que, nas décadas de 1970 e 1980, o "setor informal" ocupou espaços significativos nas agendas de políticos e pesquisadores. Duas teses importantes foram formuladas nessa época: 1) a concepção da OIT (1972), que introduz a tipologia formal-informal, a partir de características técnicas que definem um setor em oposição ao outro; 2) a teoria da subordinação, concebida em 1980 por Souza (1999) que, seguindo a mesma crítica ao dualismo formulada em 1972, por Oliveira (1987), rompe com o setorialismo, concluindo que o capital articula diferentes formas de organização da produção, embora a pequena produção seja considerada intersticial (TAVARES, 2004, p. 199).

O "tempo de trabalho necessário"<sup>27</sup> para produzir determinadas mercadorias demonstra que a exploração está diretamente imbricada nesses mecanismos, pois o capitalista determina prazos de entrega para tais produtos. Assim, está nada mais que controlando o tempo que será despendido naquela atividade conforme aponta, Tavares (2004, p. 43):

Interessa ao capitalista obter sempre o melhor resultado, isto é, maiores taxas de lucros. Nesse sentido, as possibilidades oferecidas pela terceirização de rebaixar o custo variável da produção, através da utilização do trabalho informal, vão se refletir positivamente na valorização do valor.

É interessante notar que por ser o trabalho a única mercadoria que quando consumida gera valor, o capitalismo incentiva a criação de novas modalidades de trabalho, diante da escassez de empregos tradicionais (vínculos de carteira assinada), objetivando readaptar novas formas de exploração da força de trabalho ao contexto da reestruturação da produção. Catanni (1996, p. 31) observa que

[...] ao mesmo tempo que o capitalismo guarda sua essência, ele se renova numa multiplicidade de formas. Estratégias empresariais inéditas e 'transformações abissais' (...) fazem emergir novas maneiras de dominação.

As formas precárias de trabalho envoltas na informalidade não elegem um ramo específico da economia, atingindo os mais diversos perfis de trabalhadores. A faixa etária, o gênero, a escolaridade e a profissão, não são elementos que possam ser usados para determinar que os indivíduos possam optar por um emprego regulamentado ou não. Para Pochmann (2002, p. 147),

O baixo dinamismo na criação de empregos regulares e a insuficiência das políticas públicas deixam sem alternativas de sobrevivência digna parte crescente da oferta de mão-de-obra, que tende a se situar, invariavelmente, nas situações de desemprego aberto, de ocupações autônomas e demais formas precárias de subemprego (desemprego disfarçado).

Como ilustração, pode-se mencionar os contratos temporários. Trabalhadores de vários níveis socioeconômicos se vêem "obrigados" a trabalhar sem nenhuma garantia constitucional, caminhando pela instabilidade, para poderem receber um montante financeiro no fim do mês. Assim, "[...] Diante da enorme facilidade em romper com o contrato de

---

<sup>27</sup> Segundo Marx (1982, p. 46), trata-se do "[...] tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e como o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho [...]".

trabalho, patrões e empregados apresentam um relacionamento pouco transparente e marcado pela desconfiança" (POCHMANN, 2002, p. 150).

É importante salientar que leis estão sendo elaboradas para legitimar essa flexibilização dos direitos do trabalho. O governo brasileiro usa a justificativa de que a flexibilização aumenta a oferta de postos de trabalho, pois os empregadores se sentem intimidados perante os gastos ligados à regularização de seus possíveis empregados. Pochmann (2002, p. 151), acrescenta ainda que

O padrão flexível de uso e remuneração da força de trabalho assalariada está associado às facilidades legais e informais quanto à contratação, à demissão e à existência de uma oferta abundante de mão-de-obra.

Tavares (2004) ao analisar algumas leis, destaca a Lei do Contrato de Trabalho Temporário de 1988<sup>28</sup>, responsável em "legalizar a precarização do trabalho", e o Projeto de Lei n.º 5.843/01, que altera o Artigo 618<sup>29</sup> da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) – Decreto n.º 5.452, de 1º de Maio de 1943, indicando que fica estabelecido que:

"[...] as condições de trabalho ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo prevalecem sobre o disposto em lei, desde que não contrariem a Constituição Federal e as normas de segurança e saúde do trabalhador" (TAVARES, 2004, p. 133).

É com base nessas condições que os empregadores podem estabelecer seus próprios contratos com os empregados. O perigo se encortina por trás do que pode vir a ser firmado nesses acordos, o nível de exploração e a subordinação imposta aos trabalhadores, que na fuga do desemprego não se permitem questionar tais imposições, sobretudo porque os acordos têm a característica de convergirem em favor dos interesses capitalistas.

O mais perverso é que há no cerne da classe trabalhadora, adeptos à perspectiva que acreditam ser essencialmente necessário desvincular o empregado do empregador para que haja a possibilidade de contratos. Reivindicações primordiais como aumento de salários, melhoria nas condições de trabalho, e redução de jornadas de trabalho tornam-se

---

<sup>28</sup> Lei Nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998. Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências. Artigo 1º: As convenções e os acordos coletivos de trabalho poderão instituir contrato de trabalho por prazo determinado, de que trata o Artigo 443 da Consolidação da CLT, independentemente das condições estabelecidas em seu § 2º, em qualquer atividade desenvolvida pela empresa ou estabelecimento, para admissões que representem acréscimo no número de empregados. (CONSOLIDAÇÃO..., 2009).

<sup>29</sup> Redação anterior à reformulação: Artigo 618: As empresas e instituições que não estiverem incluídas no enquadramento sindical a que se refere o Artigo 577 desta Consolidação poderão celebrar Acordos Coletivos de Trabalho com os Sindicatos representativos dos respectivos empregados, nos termos deste Título (BRASIL..., 2009).

"incompatíveis" com o contexto traçado pela flexibilização. Esse fato é claramente delineado ao ser imposto que o trabalhador contratado temporariamente não tenha direito a greve. Assim,

Deve-se observar que a flexibilidade do trabalho além de, a curtíssimo prazo, se refletir na vida profissional e social, também fomenta a ordem ideológica dominante, distanciando cada vez mais o horizonte revolucionário. [...] No caso do trabalho informal, ressalta-se a autonomia, a transformação de empregado em patrão, as possibilidades de crescimento oferecidas pelo mercado, etc., enquanto a relação capital-trabalho vai sendo obscurecida (TAVARES, 2004, p. 54).

O enfraquecimento das lutas trabalhistas se torna mais ruidoso no contexto da informalidade, em confluência com o fato de a grande massa de seus trabalhadores não estarem ligados a qualquer tipo de organização representativa – com exceção de algumas associações criadas por representantes da categoria – que pudesse vociferar suas manifestações. Como em geral não estão atrelados a empresas, fábricas, e/ou indústrias, ficam a mercê da própria sorte, sem opção a quem recorrer para amenizar as atribuições cotidianas inerentes à precariedade de seus trabalhos.

Pochmann (2002), e Antunes (1999), entre outros autores, contestam a justificativa do Estado, de que a flexibilidade favoreça a empregabilidade, argumentando que não é regra que tal processo incentive o número de empregos. Os autores esclarecem que a presença do desemprego resulta de vários determinantes, dentre eles, o próprio desempenho econômico do país.

Na prática, a própria forma como vem sendo utilizada atualmente a força de trabalho não favorece a redução do desemprego, pois atualmente intensifica-se o uso da força de trabalho, exigindo além da polivalência, altas jornadas produtivas, reduzindo a necessidade de novas contratações, posto que a tendência a racionalizar o sistema produtivo tende a concentrar atividades em número restrito de funcionários.

Para Antunes (1999), considerar a redução da jornada de trabalho<sup>30</sup> é crucial ao se projetar o combate ao desemprego, pois a queda do número de horas trabalhadas multiplicaria a oportunidade de novas contratações e contribuiria para que as pessoas atingissem o que este autor denomina de *vida emancipada*, desacelerando a exclusão do mercado de trabalho. E

---

<sup>30</sup> No tocante à jornada de trabalho, percebe-se, analogamente ao que ocorreu com os contratos temporários, o uso de artifícios legais para o aprofundamento de sua exploração, pois com a instituição da “[...] medida provisória nº 1539-34, que regulamentava a Participação nos Lucros e Resultados – PLR — e que também introduz a autorização do trabalho aos domingos no comércio varejista em geral desde 1997 [...]” nota-se a extensão do tempo de trabalho, porém com o aval legal da justiça do trabalho (DEPARTAMENTO..., 2002).

assim, amenizaria o *tempo opressivo de trabalho* (ANTUNES, 2006b), pois com o uso dos novos instrumentais produtivos, um indivíduo que trabalha hoje “x” horas diárias, produz em uma escala absolutamente mais densa do que um trabalhador com a mesma carga horária algumas décadas atrás.

Assim, fica exposto que a precarização do trabalho não é a solução para o desemprego. Ou seja, esse argumento serve para encortinar o verdadeiro objetivo do capital, que seria explorar gradativamente o trabalhador, sem que esse estabeleça vínculos empregatícios.

Dessa forma, faz-se necessário lembrar que não é objetivo do capital alterar as condições de pobreza dos indivíduos, visando essencialmente ao perfeito desenvolvimento econômico. Isso explica porque, apesar de aprofundar os níveis de desigualdades sociais, a Reestruturação Produtiva ainda é profundamente disseminada. Acumular continua sendo o propósito capitalista, razão por que são necessários os ajustes: “[...] o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção a maior quantidade possível de trabalho excedente [...]” (MARX, 1982, p. 263).

Conforme o exposto, a informalidade se apresenta como um emaranhado de relações precárias de trabalho, que invadem a economia, repercutindo na sociabilidade dos operários. Dentre essas relações, merece destaque a “falsa autonomia”, associada às atividades empresariais – pequenas empresas, produtores autônomos, trabalhadores domésticos cooperativas, etc. –, que segundo o discurso dominante, dispõem das condições necessárias para terem sucesso.

Contudo, tal liberdade deve passar por uma reavaliação, pois inclusive os trabalhadores autônomos – por exemplo, as micro e pequenas empresas – sustentam seu trabalho por meio de demandas emergidas do grande capital.

As fronteiras do que o capitalismo chama de sucesso estão sujeitas, por exemplo, à própria escolha do ramo da produção ao qual os novos produtores irão adentrar, pois esta escolha deve estar contextualizada com a carência da produção capitalista. Se a empresa emergente se localiza em uma cidade, cujo ramo de maior intensidade é a produção de calçados, seus serviços devem ser direcionados para a mercadoria “calçado”, assegurando assim, que esse novo empreendimento tenha mais chances de prosperar. Tavares (2004, p. 206) explica essa dependência porque

[...] apesar, de não estarem incorporadas ao processo global de produção, não deixam também de estar subordinadas ao mercado. Como já vimos,

nesta ordem burguesa o mercado submete todos, em alguma medida, às suas determinações.

E aqui pontuamos a inserção precarizada no mundo do trabalho dos que se dizem autônomos, os “camelôs”, que se constituem de trabalhadores na informalidade, cuja cotidianidade foi por nós pesquisada.

A realidade dos pequenos vendedores ambulantes evidencia os limites da suposta autonomia citada. Mesmo na ausência da figura de um patrão, esses vendedores são levados, pelas exigências do capitalismo, a cumprir, em geral, com rigor, uma determinada carga horária, pois necessitam atingir uma renda mensal, correspondente ao salário referente aos trabalhadores do mercado formal.

Em relação a essas posturas, explica Tavares (2004, p. 111): “[...] a subordinação do trabalho ao capital não se explicita apenas na relação empregado-empregador, isto é, na compra direta da força de trabalho, mas em todas as formas de trabalho nesta sociedade”.

Semelhante aspecto norteia as “empresas domésticas”, haja vista sua dependência indireta ao grande capital. O trabalhador que inconscientemente se considera “livre”, labora em sua própria casa, seguindo determinações capitalistas, nutrindo a falsa percepção de que se tornou também um capitalista por ter deixado o ambiente fabril. Na verdade, o que se fomenta são “trabalhadores por conta-própria”, com altas jornadas de trabalho que, teoricamente, estabelecem relações de igual para igual – entre pequeno e grande produtor –, porém, na prática, não conseguem concretizar essa uniformidade.

No tocante a esse trabalho realizado no próprio domicílio, há ainda a extensão da exploração da força de trabalho englobando, em alguns casos, toda a estrutura familiar, posto que, no intuito de incrementar o ritmo produtivo, acabam participando da produção todos os membros da família. É notório que a referida atividade, encortinada pela idéia de trabalho autônomo, omite precarizações grotescas como por exemplo, a incidência de altas jornadas de trabalho, visto que a liberdade prevista no trabalho por conta própria nem sempre é sinônimo de tempo livre, pois em busca de responder às demandas dos grandes capitalistas, bem como visando a obter maiores rendimentos, os pequenos empreendedores “extrapolam” seu dispêndio de força de trabalho. Marx (2006) já analisava as implicações para a vida do trabalhador que direciona todo o seu tempo para a produção, destacando que

[...] a elevação de salários leva ao excedente de trabalho entre os trabalhadores. Quanto mais desejam ganhar mais tem de abrir mão do tempo e realizar um trabalho escravo, em que a sua liberdade se encontra

totalmente alienada e a serviço da mesquinhez. Assim abreviam as suas vidas. (p. 67).

Percebe-se, dessa forma, a presença “viva” do capital nesse arquétipo de trabalho, encaminhando, embora indiretamente, o que deve ser produzido e em qual ritmo, visto que, se por um lado o que está sendo permutado não é mais a força de trabalho, é por outro, os resultados de seu dispêndio. Segundo Marx (2006, p. 80),

O capital é então o poder de domínio sobre o trabalho e sobre os seus produtos. O capitalismo tem este poder, não em razão das suas virtudes pessoais ou humanas, mas como proprietário do capital. O seu poder é o poder de compra do seu capital, a que nada se pode contrapor.

Ainda sob o trabalho em domicílio, tem-se a precarização envolta no trabalho infantil, visto que essa atividade ilegal se torna freqüente no ambiente doméstico, distanciando-se facilmente de sua natureza de exploração de força de trabalho, camuflando-se sob o argumento de tratar-se apenas de uma “ajuda”/“apoio” realizada pelas crianças aos seus familiares, em momentos de tempo livre.

As cooperativas também vêm sendo apontadas como um espaço propício à precarização do trabalho, principalmente porque, sob o prisma de que ajudam trabalhadores a se reunirem para dinamizarem seu trabalho, mesclam cooperação com precarização, visto que a exploração nesse *locus* tanto ocorre entre os seus membros quanto entre classes distintas, pois algumas delas trabalham a serviço do grande capital, porém, de forma terceirizada; ou seja, sem nenhum vínculo contratual.

Como os contratos temporários, as cooperativas eclodem na economia legalmente regimentadas, pois de acordo com o Artigo nº 442 da CLT, "Qualquer que seja o ramo da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela" (BRASIL, ... 2009).

Apropriando-se desse discurso, muitas empresas solicitam serviços de cooperativas, isentas de qualquer contrato de trabalho. Foi criada, inclusive a Lei 8.949/94, com base no Artigo nº 442 da CLT para respaldar a ausência de vínculos empregatícios entre cooperativa e cooperado. Porém, essa problemática não é uma assertiva que deva ser generalizada para todas as cooperativas. E, em relação a essas cooperativas que podemos classificar como “corruptas”, percebe-se que

[...] são organizações fraudulentas cujo propósito é tão somente explorar trabalho, sem custos sociais, e amparadas por uma legislação que cria essa possibilidade para o capital, num momento em que prevalece o caráter defensivo da classe trabalhadora e dos organismos que a representam (TAVARES, 2004, p. 73)

Salienta-se também as corrupções ocorridas no cerne da própria associação, pois em alguns casos não há um controle efetivo sobre o montante financeiro acumulado, possibilitando irregularidades na partilha dos lucros, bem como a falta de controle sobre a divisão do trabalho realizado pelos membros, possibilitando assim a exploração de um membro sendo cooptado pelo outro.

As formas como são feitos os contratos entre as classes antagônicas, se alteram, contudo mantém-se a essência da relação de exploração entre essas. Atualmente, aquele que era caracterizado como trabalhador do mercado formal, agora desempenha, em alguns casos, a mesma função, no cenário informal. Porém, agora é identificado como trabalhador autônomo, independente, ou mesmo capitalista.

É o que ocorre, como analisa Antunes (2006b), com a difusão do trabalho a domicílio e das pequenas e microempresas, responsáveis em realizar atividades que anteriormente estavam integradas ao processo produtivo das grandes linhas de produção, posto que, visando a dinamizar tal processo, bem como reduzir os custos de capital variável, uma vez que se desprendem dos encargos contratuais, o grande capital se utiliza dessa possibilidade de desconcentrar a produção, e passa a combinar antigos modelos de produção como o presente no trabalho doméstico, subordinando-os diretamente ao capital, que readapta esses modelos sobre novas roupagens.<sup>31</sup>

Entre o trabalho doméstico, e aqueles que demandam seus serviços, não há mais uma relação de compra e venda de força de trabalho. Há, sim, de compra de serviços/produtos, materializando-se uma interação mercantil, que anula qualquer vínculo trabalhista. E tal vínculo hostiliza perversamente as condições de trabalho desse aspirante a capitalista, que apesar de ainda desempenhar suas atividades sujeitas à grande produção, deve comportar-se como autônomo, adotando as expectativas difundidas pela flexibilização do trabalho, que incentiva a terceirização dos serviços, enfraquecendo as “antigas” relações contratuais.

---

<sup>31</sup> Segundo Prandi (1978), o trabalho autônomo não é contemporâneo do modo de produção capitalista. Ele vem sendo adaptado à produção atual, pois esteve presente desde as formas arcaicas de produção. Assim, fica ilustrado que o capital cria e recria formas ideais, para que seu objetivo máximo, o lucro, seja atingindo, perpetuando a acumulação do capital, sendo que, para tanto, faz uso da combinação entre trabalho produtivo e improdutivo, cada qual com sua contribuição

Alves (2001), analisando as divergências sobre a conceituação acerca do “processo de informalidade”, observa sua participação, junto à acumulação produtiva, confirmando a presença de trabalhos produtivos consubstanciados no âmbito informal. A pesquisadora, classifica os trabalhadores informais em dois leques – trabalhadores informais tradicionais e trabalhadores autônomos e pequenos proprietários –, despertando para a contribuição que cada uma dessas categorias direciona para a produção capitalista.

Para o primeiro grupo, tem-se que dentre as contribuições à acumulação, os trabalhadores informais, na condição de temporários, representam, na verdade, reserva de força de trabalho, atuando sobre a demanda e oferta de trabalho, contribuindo assim para que as remunerações se mantenham estáveis, face ao número de desempregados. Dessa forma, o capital ganha poder para ditar seu ritmo de produção, determinando quando e quantos contratar. Ganha, também ao manter baixos custos no que tange ao seu capital variável.

Quanto àqueles trabalhadores autônomos, ligados às atividades comerciais, como os vendedores ambulantes, objeto de estudo dessa pesquisa, estes são imprescindíveis à acumulação, por agirem sobre a circulação e o consumo de mercadorias, pois atuam sobre essas etapas da produção, ao serem concomitantemente consumidores e vendedores.

Segundo Marx (2004, p. 141), a circulação é significativa para a acumulação porque, a mercadoria é condição prévia para a reprodução do capital. Porém, “[...] com efeito, o capital só pode formar-se com base na circulação de mercadorias (o que implica a circulação monetária) e exige portanto um nível de desenvolvimento do comércio [...]”. Assim, tem-se que o consumo é definitivo para a produção, por atribuir ao produto seu caráter de valor de uso (MARX, 1978).

Em relação ao segundo grupo – trabalhadores autônomos e pequenos proprietários –, Alves (2001) compartilha da mesma ótica de Cacciamali (1983), Malagutti (2000) e Tedesco; Daltoso (1995), vislumbrando que o trabalho produtivo presente na informalidade é de fato importante para a produção capitalista, inclusive por traduzir as reformulações que esta se utiliza, na corrida por maiores lucros<sup>32</sup>. Para Alves (2001, p. 145),

No caso do trabalhador informal autônomo ou pequeno proprietário, este é ‘iludido’ com a idéia de ‘independência’; é levado a trabalhar um número de horas excessivas, sendo extraída mais-valia relativa e mais-valia absoluta.

---

<sup>32</sup> Tavares (2004, p. 94) ao refletir sobre a capacidade do capital em ampliar sua capacidade em explorar a força de trabalho, analisa que: “[...] movido pelo impulso do lucro, o capital exige modificações nas suas condições de acumulação. Tais modificações implicam sacrificar um dos termos da relação, que é, sem dúvida, o trabalho, ou melhor, os custos dele. Assim, emergem as formas de trabalho precário, pelas quais são pagos baixos salários sem nenhuma garantia de proteção social [...]”.

Esse trabalhador tem que assumir mais riscos e também aumentar a extração da taxa de sobretrabalho de seus funcionários, oferecendo condições de trabalho mais precárias que as grandes empresas e, em muitos casos, vende a sua força de trabalho e a de membros de sua família como trabalho não pago, este cooperam nas fases de grande produtividade.

Entende-se assim, que mesmo revestido pelas novas modalidades da produção capitalista, o trabalho desenvolvido informalmente pode sim ter um cariz de trabalho produtivo, principalmente, quando inserido na produção que visa a direcionar a valorização ao capital no fim de seu processo. Considerando-se Marx (2004), é possível constatar que esses exemplos de trabalho devem estar atrelados diretamente ao capital. Portanto, atuam como meio para a auto-valorização, como meio para produção de mais-valia.

Deve-se considerar também que aqueles trabalhos avaliados como improdutivos não se encontram à margem da exploração capitalista, excluindo seus representantes – trabalhadores improdutivos – do esquema proposto pela produção capitalista, pela qual todos os meios e processos produtivos convergem para a produção da mais-valia. Ademais, parcela considerável desses trabalhadores direciona sua produção para subsidiar o andamento/conclusão de produtos que estão sendo elaborados por outros trabalhadores produtivos. Ou seja: ao finalizarem sua produção, estão proporcionando o valor referente ao sobre-trabalho.

Com base nas considerações que envolvem o trabalho produtivo e improdutivo, observamos que autores como Cacciamali (2000), Malagutti (2000), Tavares (2004) adotaram como embasamento para desmistificar o conceito dual de setores formal e informal, a funcionalidade das atividades do universo informal para a produção capitalista. Com essa constatação, ficava evidente para tais estudiosos que o trabalho informal não se trata de um ramo complementar, acessório à produção, mas sim, de um de seus sustentáculos, enfatizando, sobretudo, diante das recentes modalidades, propagadas com a reestruturação produtiva.

### **3.2 O trabalho por conta própria: uma das faces da informalidade**

Diante das alterações acometidas no mundo do trabalho após a reestruturação produtiva, despertadas pela crise econômica que se disseminou em nível mundial nos anos 1970, a produção econômica foi coagida a readequar-se para superar um período de recessão

econômica, bem como readaptar-se a um novo perfil de mercado, pelo qual passou a produzir de forma descentralizada, sob novos comandos, cujo principal argumento se pautava na flexibilização da produção.

Tais alterações influenciaram o aumento do desemprego, posto que este se maximizou tanto movido pelos baixos índices de crescimento econômico pós-crise, como teve seu exército de reserva ampliado devido à desocupação instaurada a partir dos novos métodos produtivos, aplicados pela acumulação flexível. E esta passou a racionalizar a produção, tendo por meta, reduzir o número de operários, mantendo altos níveis de produção, monitorando sua dinâmica através do controle dos tempos, da polivalência e do uso de mão-de-obra terceirizada, permitindo a exploração da força de trabalho, na ausência de vínculos empregatícios.

No Brasil, esse panorama se delineou a partir dos anos 1990, período intitulado a “segunda década perdida”, no qual se expõe a continuidade da crise econômica vivenciada durante os anos de 1980, com exceção de alguns anos de crescimento econômico. Conjuntamente com essa realidade, alia-se a adoção por parte da política econômica dos ideários neoliberais, a partir do governo Collor, na defesa de uma política econômica de abertura comercial, beneficiando o capital estrangeiro e penalizando o trabalhador, que teve seus postos de trabalhos reduzidos.

Nesse sentido, Behring (2003) destaca a preocupação dos Estados nacionais por se manterem concorrentes para atrair atividades. E para isso, adotam algumas das prerrogativas neoliberais, dentre as quais; “[...] institucionalizar processos de liberalização e desregulamentação, [...], e flexibilidades no âmbito das relações de trabalho [...]” (BEHRING, 2003, p. 59). Isto sem falar da insenção de impostos, doação de espaços e de infra-estrutura, além de garantir mercado consumidor para os produtos fabricados.

Dalbosco; Kuyumjian (1999, p. 200) avaliam a junção entre a reestruturação produtiva e a política neoliberal como sendo deletéria para os trabalhadores brasileiros, pois

De um ponto de vista macroeconômico, a reestruturação produtiva aponta para a concentração econômica e a redução do emprego formal. Politicamente, os receituários neoliberais de desregulação e redução do papel do Estado, de abertura comercial sem fronteiras protecionistas, da financeirização produtiva com taxas de juros elevadas e manipulação especulativa da taxa de câmbio atingem em cheio empresas não oligopólicas e concorrências, ampliando a concentração econômica e afetando diretamente a qualidade e a quantidade do emprego formal.

Esses efeitos, expressos com a reestruturação capitalista, vêm engendrando a difusão da informalidade no mundo do trabalho, reconstruindo “arcaicas” formas de trabalho precarizado, atribuindo-lhes novas roupagens, a fim de mascarar o objetivo final capitalista, que é a exploração da mais-valia<sup>33</sup>.

É o que ocorre, por exemplo, com o trabalho em domicílio. Para demonstrar a presença histórica dessa forma de apropriação da força de trabalho alheia, pode-se notar que Marx (1980) avalia a perniciosidade do mesmo. E hoje, esse mesmo tipo de trabalho realizado nas residências vem recebendo “corriqueiramente” a nomenclatura de trabalho autônomo, retirando, em tese, todo cunho exploratório encoberto pelo discurso que faz do trabalhador independente um sujeito à margem da exploração capitalista.

Nota-se, portanto, que para a apreensão do trabalho por conta própria, faz-se necessário analisar essas novas modalidades de trabalho, presentes na informalidade, uma vez que o trabalho por conta própria é um de seus sustentáculos, posto que

Apesar da heterogeneidade, o Processo de Informalidade pode ser representado empiricamente por duas categorias de trabalhadores predominantes: os assalariados sem registro e os trabalhadores por conta própria. Como, em geral, seus níveis de emprego e renda são determinados por mecanismos distintos, suas análises e a percepção de sua evolução ao longo do tempo deve ser feita separadamente [...]” (SABADINI; NAKATANI apud CACCIAMALI, 2000, p. 12),

Observa-se, com base na argumentação destes autores, que a informalidade é prescrita pelas formas de trabalho assalariado sem registro<sup>34</sup> - à margem da regulamentação trabalhista, que assegura uma série de direitos para os empregados -, e os trabalhadores por conta própria<sup>35</sup>. Mas, estes últimos não seguem uma linearidade em suas características, pois compreendem desde proprietários de empresas satélites que auxiliam a grande produção, até aqueles trabalhadores que desempenham as mais vulneráveis atividades, consideradas socialmente como estratégias de sobrevivência, por só proporcionarem o rendimento para cobrir as necessidades mais urgentes.

---

<sup>33</sup> Ao usar o termo “arcaico” para caracterizar os trabalhos inseridos na informalidade, em especial, o trabalho por conta própria, Prandi (1978) não quis dizer que sua presença, hoje, representa atrasos do prisma econômico, mas sim, significa que mesmo alterando-se os sistemas produtivos, essa forma de ocupação vem ultrapassando gerações, e, sobretudo, ainda se faz importante para a acumulação do capital.

<sup>34</sup> O trabalho informal assalariado aflora, segundo Tavares (2004), das políticas flexibilizadas, que modificam a organização da produção, alterando inclusive seus determinantes jurídicos, permitindo que o capital possa explorar os trabalhadores inseridos na informalidade, de forma “legalizada” do ponto de vista jurídico.

<sup>35</sup> O trabalho por conta própria engloba desde as formas mais tradicionais de ocupação, como o mais singelo vendedor de balas, incluindo até um estabilizado comerciante de bairro, desde que trabalhe apenas embasado no consumo de sua própria força de trabalho e/ou de familiares.

Prandi (1978, p. 25), ao construir um perfil para nortear sua análise sobre o trabalho por conta própria, enuncia que

Como categoria, o ‘conta própria’ reúne grande diversidade de trabalhadores para os quais o desempenho de tarefas, no âmbito da divisão social do trabalho, depende quase que exclusivamente do dispêndio da força de trabalho própria – a que se alia, muitas vezes, o uso da força de trabalho de membros da família –, necessitando de baixa ou quase nula capitalização. São os artesãos, os pequenos vendedores, notadamente os ambulantes, os ocupados em serviços pessoais e muitos outros conhecidos da paisagem das cidades brasileiras, pequenas e grandes [...]. Mas há os casos, também, dos conta própria ‘bem sucedidos economicamente’ misturados às ‘classes médias assalariadas’ e que logram alcançar razoáveis condições de existência. Completam a categoria dos trabalhadores por conta própria os profissionais liberais e os técnicos não submetidos a assalariamento’.

Atualmente, para embasar o estudo sobre os trabalhadores por conta própria atuantes na contemporaneidade, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME)<sup>36</sup> segue a classificação indicada pela OIT, que classifica como “conta própria”

[...] a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar em que reside (INSTITUTO..., 2009b, p. 8).

Examinando a representação desses trabalhadores, têm-se aqueles que se direcionam para essas atividades atípicas, por não conseguirem se inserir no mercado formal de trabalho, devido a inúmeros determinantes, desde a própria conjuntura macroeconômica, com sua baixa geração de novos postos de trabalho, até determinantes ligados a idade, sexo, escolaridade, dentre outros<sup>37</sup>. Integram-se ainda aqueles trabalhadores que optaram por esse tipo de

<sup>36</sup> A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), implantada em 1980, produz indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Trata-se de uma pesquisa domiciliar urbana, realizada através de uma amostra probabilística, planejada de forma a garantir os resultados para os níveis geográficos em que é produzida (INSTITUTO..., 2009b).

<sup>37</sup> Cacciamali (1983, p. 62) identifica que os critérios usados pelos Departamentos de Recursos Humanos de indústrias para selecionar seus novos empregados, são cotidianamente mais seletivos, traçando-se inclusive, um protótipo do que seria o trabalhador ideal para ocupar o determinado cargo em questão. Segundo a autora, “[...] para cada descrição de cargo, são estabelecidas quais as características (idade, sexo, escolaridade, características pessoais etc.) apropriadas para exercê-lo e o salário correspondente. Os critérios adotados para o recrutamento e a seleção dos trabalhadores levam em conta não só o nível potencial de adaptação que o trabalhador, aparentemente, detém para exercer uma função específica, para a qual está sendo selecionado, mas, também, a potencialidade deste trabalhador para adquirir a mentalidade da firma e, conforme o cargo, para percorrer as cadeias e escadas ocupacionais, hierárquicas e salariais que lhe são disponíveis na unidade de produção ou administração da firma [...]”.

ocupação, por procurarem benefícios (renda, tempo livre, autonomia), que julgam não serem absorvidos em trabalhos regulamentados (assalariados).

Dentre os referidos determinantes que orientam a migração dos trabalhadores para a informalidade, elege-se como ilustração o nível educacional. Considerando o estudo que desenvolvemos com base na pesquisa junto aos vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e do Via Direta, foi notória a presença do critério educacional para justificar a presença desses trabalhadores na atividade de vendedores ambulantes. Os dados obtidos revelaram que mais da metade dos entrevistados, 63,3%, (Tabela 01) não haviam completado o Ensino fundamental, apresentando baixa escolaridade, sendo esse fator, um dos argumentos mencionados pelos entrevistados como barreira para sua inclusão no mercado formal de trabalho.

**Tabela 01** – Vendedores ambulantes/Camelôs segundo a escolaridade

<b>Escolaridade</b>	<b>ABSOLUTO</b>	<b>RELATIVO</b>
Analfabeto	3	10,00
I Grau	2	6,67
I Grau incompleto	19	63,33
II Grau	4	13,33
II Grau incompleto	2	6,67
Total geral	30	100,00

**Fonte:** Pesquisa de campo: 2009.

O uso desse fator para justificar a dificuldade em se inserir no mercado formal de trabalho, deve-se a maiores exigências desse mercado, por tornar-se gradativamente mais seletivo no quesito qualificação. Freire (2005, p 24), percebendo essa tendência ao analisar o mercado de trabalho da região metropolitana de Natal/RN, analisa que

[...] os indivíduos com baixa escolaridade têm dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho como empregados, sendo então obrigados a recorrer às atividades por conta própria. Por outro lado, aquelas pessoas com maior escolaridade possuem maior empregabilidade ou então passam a gerir uma empresa própria, aparecendo nas estatísticas como empregadores.

No entanto, deve-se considerar que a baixa escolaridade não é uma característica restrita aos trabalhadores por conta própria. Porquanto, de maneira, geral o trabalhador nacional, em especial, o nordestino apresenta poucos anos de estudo, como se constata nos dados a seguir (Tabela 02).

**TABELA 02** - Anos de estudo das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais, Brasil e Grandes Regiões 2005 (em %)

Anos de estudo	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sem instrução e menos de 1 ano	9,5	12,1	19,5	5,0	4,7	7,4
1 a 3 anos	11,6	15,4	17,3	8,4	9,4	10,5
4 a 7 anos	26,8	28,0	26,0	25,2	30,6	28,6
8 a 10 anos	16,4	16,5	12,6	18,0	18,4	16,9
11 anos ou mais	35,4	27,5	24,4	43,1	36,5	36,5
<b>Total (1)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** (DEPARTAMENTO..., 2007)

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclusive, as pessoas com anos de estudo não determinados e sem declaração

Por outro lado, é imprescindível perceber que as ocupações por conta própria conformam também, em seu universo, trabalhadores que possuem maior grau de qualificação, posto que como o desemprego atinge de forma generalizada toda a sociedade, muitos profissionais qualificados, não conseguindo exercer sua profissão, migram para outras formas de ocupação, e podem ou não se desenvolverem no mercado formal de trabalho<sup>38</sup>. Malagutti (2000, p. 63) informa que com a crise do desemprego, “[...] O trabalho por conta própria e a pequena empresa tornam-se o “sonho” (refúgio da realidade) de milhões de brasileiros desempregados ou cujos salários formais não permitem manter suas famílias”.

Diante do exposto por Malagutti (2000), deve-se mencionar aqui o uso do trabalho por conta própria como forma de complementação da renda de alguns trabalhadores assalariados, que consubstanciam trabalho formal e informal, para perceberem uma renda mensal maior. Tal busca pela complementação salarial expressa que o trabalho por conta própria pode ser buscado pelos trabalhadores tanto em nível de totalidade, sendo responsável pela sua sustentabilidade de forma integral, quanto, pode ser tal atividade requisitada como complementar, sendo que nesse caso, denuncia as baixas remunerações praticadas nas ocupações assalariadas regulamentadas ou não.

No tocante à remuneração auferida pelos trabalhadores informais Cacciamali (1983) avalia como precipitado indicá-los como possuidores de rendimentos considerados baixos, pois esse posicionamento revela uma tendência a depreciar economicamente essas atividades. Tal postura descarta a dimensão presente nas ocupações informais, relevando apenas aquelas

<sup>38</sup> De acordo com Pesquisa Mensal de Emprego, nas 6 regiões metropolitanas mais importantes do país, evidenciou-se que: “[...] o trabalhador por conta própria tinha nível de instrução mais baixo que do total da população ocupada. No entanto, numa observação de 2002 a 2008, verificou-se tendência de crescimento dos grupos com médio completo e superior completo, entre os trabalhadores por conta própria (INSTITUTO..., 2009b p. 15). Esse caso demonstra a grande diversidade contemplada por essa forma de trabalho, sobretudo, no quesito escolaridade.

atividades que “[...] objetivam a mera sobrevivência física [...]” (CACCIAMALI, 1983, p. 37), constituindo-se de atividades precárias, instáveis, cujos níveis de renda são geralmente baixos. Deve-se apreender que não é a vinculação com o trabalho regulamentado que vai determinar o rendimento do trabalhador, mas sim, a natureza da atividade que o mesmo exerce.

Um procedimento que evitaria suposições precoces quanto à renda, é considerar que a informalidade não é uma atividade uniforme. Ao se distinguir apenas aqueles trabalhadores assalariados sem registro, percebe-se que esses, em face dos assalariados regulamentados, recebem remunerações inferiores. Por outro lado, se elegermos como exemplo os trabalhadores por conta própria, ficará claro que sua renda poderá extrapolar os rendimentos apresentados pelo mercado formal.

Essa diferenciação nos níveis de rendimento pode ser exibida no cerne de uma mesma categoria, pois pode variar baseada somente no modo como o trabalhador executa seu trabalho. Observa-se, como exemplo, a categoria dos camelôs, sujeitos dessa pesquisa, posto que esses podem apresentar os rendimentos mais diversos, oscilando de acordo com o que comercializam, com o nível de sua clientela, com o local onde estão estabelecidos, se estão ou não estabelecidos, e mesmo se possuem complementação de mão-de-obra familiar – lembrando que a presença dessa complementação tende a superestimar o rendimento, pois esse deveria ser considerado em nível familiar, e não individual, uma vez que o trabalhador usufrui da força de trabalho de terceiros. Cacciamali (1983, p. 48) analisa ainda que

Evidências empíricas para alguns centros urbanos brasileiros mostram que o preço de determinados serviços oferecidos pelo Setor Informal é fixado em função dos custos de serviços – materiais, *mão-de-obra*, tempo, transporte – do nível de renda do cliente, da potencialidade do cliente em relação a serviços futuros, da relação pessoal e do conhecimento que o cliente tem sobre a natureza do serviço. Quando os serviços se destinam às unidades de consumo ou a indivíduos de renda mais baixa, os preços são estabelecidos, em geral, pelo vendedor e, neste caso, o custo de serviço estaria fixado no mínimo tolerável. Entretanto, quando o serviço se destina a unidades de consumo ou a indivíduos de maior renda, o preço é fixado por meio de barganha e dos fatores mencionados.

A colocação da referida autora admite que os rendimentos do mercado informal oscilam tanto em relação aos trabalhadores, quanto de acordo com os consumidores de tais produtos e/ou serviços. A partir de seu enunciado, pode-se ainda desvendar que essas atividades não se resumem ao atendimento de um público isolado, que seria mais pauperizado, pois segundo Cacciamali (1983), dentre os mitos direcionados para a

informalidade, localiza-se o que a define como um serviço “pobre” voltado para o consumo de “pobres”, por ser corriqueiramente desenvolvido nas franjas dos aglomerados urbanos. Esse posicionamento, segundo a referida autora, é outro equívoco, pois os pobres, ao contrário do que se pensa, não vivem confinados em ilhas reclusas, povoadas pelos mesmos; antes estão em todo o circuito social e consomem desde produtos do mercado formal até os ofertados pelo mercado informal.

Retomando a análise para as formas modernas de produção elaboradas pela reestruturação produtiva, tem-se que estas obscurecem demasiadamente a exploração, por disfarçarem o predomínio capitalista sobre o que deve e como deve ser produzido. Tavares (2004) ressalta que trabalhadores contratados por empresas terceirizadas, em geral, não trabalham para si próprios e nem optam o que irão produzir. Ou seja, guiam sua produção de acordo com necessidades mais gerais ditadas pelos grandes capitalistas. Contudo, como se encontram fora do esquema proposto pela compra direta da força de trabalho pelo capitalista, que usa o assalariamento como remuneração, esse trabalhador é intitulado como autônomo, apesar de estar amarrado à grande produção. A referida autora alude que

Mediante uma suposta igualdade formal, o trabalho assalariado é transformado, sob modalidades diversas, em trabalho autônomo ou em pequena empresa. E com esse simples artifício a relação empregado/empregador é metamorfoseada em negociação entre agentes econômicos que se encontram em iguais condições na esfera da circulação de mercadorias (TAVARES, 2004, p. 17).

Devido à tamanha diversidade, não se deve previamente avaliar se uma atividade é produtiva ou não para o capital, pois uma mesma atividade pode ter natureza diversa, dependendo da relação estabelecida com a produção capitalista. É o caso, por exemplo, do trabalho em domicílio, pois, tanto pode se configurar como uma produção familiar, - sendo por isso nem produtivo, nem improdutivo para o capitalista -, como da mesma forma, pode vir a ser um dos departamentos externos de uma grande empresa. Isto porque, com as novas relações estabelecidas com a flexibilização do trabalho, alteram-se as formas contratuais, estendendo a produção para os empreendimentos satélites que subsidiam a produção, sem manter vínculos formais com o grande capital, uma vez que são tidas produtoras autônomas.

Tavares (2004), analisando as formas “modernas” presentes na informalidade, destaca os trabalhadores que não são nem produtivos e nem improdutivos para o capital; ou seja, aqueles, cuja meta não é a acumulação capitalista. Aqui, destacam-se os sujeitos dessa pesquisa, os vendedores ambulantes, pois esses, ao passo que não vendem sua força de

trabalho a terceiros, não adentram na lógica da extração da mais-valia, classificando-se como “improdutivos”, segundo a lógica da reprodução do capital, por estarem fora das relações assalariadas. Geralmente, não consomem a força de trabalho alheia, embasando seu trabalho no dispêndio de sua própria força de trabalho e/ou de familiares<sup>39</sup>.

Essa imprecisão quanto à produtividade de alguns trabalhos por conta própria desperta assim para o questionamento quanto à sua natureza a serem ou não socialmente úteis, posto que, esses trabalhadores, exercem, na ciranda produtiva, funções que auxiliam o capital a manter seus níveis de exploração. No tocante aos empreendimentos terceirizados, que produzem para o grande capital, sem vínculos formalizados, assinala-se que para a acumulação do capital, trata-se de um positivo rearranjo, visto que esses possibilitam a exploração da força de trabalho desses indivíduos “autônomos”, sem vínculo algum trabalhista, representando notável redução nos custos produtivos, espelhando em maiores lucros para a grande empresa.

Encortinado por esse arquétipo de trabalho, tem-se também o aprofundamento da produção guiada pelo objetivo em atender o mais prontamente à demanda urgida do grande capital. O trabalhador adensa sua própria exploração para se manter equiparado à competitividade, obedecendo a prazos e prescrições estabelecidos pelo capitalista demandante dos serviços e/ou produtos. Para Behring (2003, p. 40), evidencia-se que

Todas essas mudanças e essa insegurança generalizada expressam, na verdade, a agressividade do capital no sentido de aumentar a produtividade do trabalho, tendo em vista recuperar sua rentabilidade golpeada com o já referido esgotamento do ciclo anterior e sem o parâmetro das necessidades sociais das maiorias. A palavra de ordem da reestruturação produtiva – flexibilidade (2003, p. 40).

Há ainda aquelas atividades que por se fundarem na composição familiar, remetem ao capital não apenas a produção combinada, através de acordos estabelecidos entre o trabalhador por conta própria e o capitalista, mas também a produção de toda a família, pois

---

<sup>39</sup> Outra modalidade de trabalhador que não é considerado como produtivo e nem improdutivo para o capital seria um agricultor de auto-subsistência, pois ele mesmo produz sua horta, e vende para sua manutenção (TAVARES, 2004).

conseguem cobrir, nesses acordos, os custos empregados no desgaste de seus meios de trabalho.<sup>40</sup>

Prandi (1978), analisando o trabalho por conta própria, ressalta ainda sua utilização para manter a precarização imposta pela concorrência do mercado de trabalho, posto que como o grande contingente dos trabalhadores por conta própria encontra-se em condição de desemprego, acaba acatando as imposições capitalistas a fim de não ficar totalmente sem meios para adquirir sua subsistência. É importante notar que o grande alvo dessa concorrência é o próprio trabalhador autônomo, que é levado a diminuir o quanto possível o valor de suas mercadorias e/ou serviços.

É imprescindível para a existência do trabalhador por conta própria, primeiro, que o produto de seu trabalho seja socialmente necessário, garantindo assim sua inclusão no circuito produtivo. A segunda condição para sua permanência nas formas atípicas de ocupação é que faça uso de sua própria força de trabalho. E terceiro, que seja possuidor de seus próprios instrumentos de trabalho, pois sua condição de autônomo subentende autonomia também para o ato produtivo.

Segundo Prandi (1978), os trabalhadores por conta própria podem ser ordenados em “conta própria” regulares e irregulares, divergindo de acordo com sua permanência nessa condição de não assalariados. Os regulares são representados por aqueles trabalhadores que não vivenciam a condição de “por conta própria” de forma temporária, assumindo pois a natureza de trabalhadores autônomos; ou seja, já arraigados nessa categoria. O supracitado autor os ilustra através dos pequenos proprietários, comerciantes e profissionais liberais não-assalariados.

Prandi (1978) observa que esses trabalhadores se afastam do proletariado em geral, pois sua condição de “autônomos” os aproxima dos pequeno-burgueses. Contudo, para o autor, tais trabalhadores ainda não atingiram esse posicionamento, pois “[...] Na verdade, cabe-lhe apenas realizar, no conjunto da divisão social do trabalho, uma variedade de atividades razoavelmente rentáveis, não assumidas ainda de modo intensivo pela organização capitalista da produção” (PRANDI, 1978, p. 33-34).

Ao adotarem a categoria de pequenos-proprietários, encobre-se a precarização e a exploração vivenciada por esses trabalhadores, mesmo estando submetidos aos grandes

---

<sup>40</sup> Tomando como referência o trabalho realizado nos domicílios, tem-se que além do desgaste dos meios de trabalhos, ferramentas em geral, o próprio local onde se realiza a produção não é incluído nos custos produzidos. E, na verdade, caso essa produção fosse realizada no cerne das grandes indústrias, estas teriam que disponibilizar espaço para sua concretização.

proprietários. A concorrência que esses devem superar transmite a incompatibilidade entre essas duas classes.

Sublinha-se ainda que o grande capitalista sai à frente nessa disputa, por dispor de um capital acumulado de maior porte, podendo lançá-lo na reprodução de mais capital, incidindo assim na concentração de mais capital, que entrará novamente neste circuito participando da reprodução do capital inicial. Isto explica porque um número considerável de pequenos produtores, não conseguem participar de forma equânime na produção. Nesse sentido, Marx (1980, p. 146) analisa que

O processo de produção capitalista, enquanto processo de produção, não produz apenas mercadorias ou mais valia; produz e reproduz, sem cessar, por um lado o capitalista, por outro lado o assalariado e, assim, a própria relação capitalista.

Em relação aos trabalhadores por conta própria “irregulares”, Prandi (1978) os classifica como aqueles que se encontram em situação temporária, transitando entre essa posição e a de assalariado, pleiteando espaços constantemente com os assalariados. E por ser essa sua expectativa futura, não vislumbra sua permanência nas ocupações por conta própria.

A situação dos trabalhadores “irregulares”, no tocante ao seu objetivo, apresenta-se aviltante, pois o contexto atual denuncia uma relutância para o retorno desses indivíduos às atividades assalariadas, devido à sua escassez. Como declara Pochmann (2002, p. 97),

Durante a década de 1990, por exemplo, a cada dez (10) empregos criados somente dois (2) eram assalariados, porém sem registro formal, o que configurou o cenário ocupacional de maior difusão de postos de trabalho não-assalariados.

Esse aumento na criação de novos postos de trabalho não assalariado foi impressa, sobretudo devido a adoção de medidas econômicas que buscavam incentivar as importações, reduzindo os postos de trabalho ligados à produção industrial brasileira. Pochmann (2002, p. 115) avaliando a expressividade das importações durante a evolução entre os anos de 1980 e 1990 enuncia que,

[...] as importações, que entre 1980 e 1988 mantiveram-se num patamar relativamente comprimido, passaram a apresentar, desde 1992, uma tendência de alta, ainda que controlada parcialmente em 1999 devido à mudança no regime cambial e da desaceleração do PIB. Em função disso, a produção industrial doméstica foi sendo, em parte substituída por produtos importados”.

Antunes (2006a), apontando os determinantes que têm contribuído para a precarização do Trabalho, analisa a redução dos postos de trabalho regulamentados ligados à indústria, tendo essa característica dimensões em âmbito mundial; ou seja, atingindo não somente países emergentes, mas, sobretudo, as próprias economias desenvolvidas, pois diante do modelo de acumulação flexível, representa-se um “mérito” que as indústrias consigam manter seus altos índices de produção, diante de um número reduzido de trabalhadores.

A inexpressiva criação de trabalhos assalariados assevera o prolongamento dos trabalhadores por conta própria em suas atuais ocupações. Esta circunstância é agravada ao longo do tempo, pois uma vez que o trabalhador encontra-se fora do mercado, vai se desarmonizando com a empregabilidade, visto que o mercado exige um profissional com ampla experiência e altamente qualificado.

Comprovando o aumento do tempo de espera para transferir-se de uma ocupação para outra, observa-se, segundo dados do IBGE (2009b) que

Com relação ao indicador que aponta o tempo de permanência no trabalho, verificou-se que 81,1% dos trabalhadores por conta própria estavam há dois anos ou mais no trabalho, percentual bem mais elevado que aquele registrado para a população ocupada (68,6%) para a mesma faixa de tempo de permanência no trabalho (INSTITUTO..., 2009b, p. 11).

Com os dados expostos, enfatiza-se a dificuldade em os trabalhadores migrarem para ocupações assalariadas. Porém, pode-se apreender dos mesmos uma outra problemática circunscrita pela precarização instaurada no mundo do trabalho. Com a flexibilização da produção, refletida nas relações contratuais, o uso da força de trabalho passa a ser explorada pelo capitalista por períodos indeterminados, variando conforme sua necessidade por mão-de-obra. Assim, o trabalhador assalariado, sobretudo, os que estão submetidos a contratos temporários, são constantemente amedrontados pelo desemprego, por não saberem exatamente qual será seu destino ao expirar-se o tempo contratual combinado. Isso porque, como relata Antunes (2006b), os capitalistas têm descartado os trabalhadores de forma corriqueira, assemelhando-os a seringas: usam-se e rejeitam-se.

Finalmente, diante das considerações elencadas sobre a atividade por conta própria, vislumbrando-a como um dos sustentáculos da informalidade percebe-se que sua diversidade se reflete no posicionamento social e nos níveis de renda auferidos por aqueles que desenvolvem essa atividade.

Deve-se expressar que a atividade por conta própria vai se moldando de acordo com a evolução da produção capitalista, não devendo ser considerada como expressão residual, mas

sim, como elemento que compõe a totalidade social. Prova de seu forte papel na sociedade é sua contínua presença, desde a formação da sociedade colonial. É bem verdade, que houve momentos, como os primeiros anos do século XX, nos quais se registraram quedas nos números das atividades por conta própria, devido à expansão da atividade industrial, que ocupava estimável parcela dos trabalhadores, assalariando-os (PRANDI, 1978). Porém, com as crises financeiras emergidas na década de 1970, ocorreu o retorno do crescimento pela busca a essas ocupações, encorajadas primordialmente pelo desemprego, disseminado com a grande crise.

É necessário atentar para o uso que o capitalismo faz do trabalho por conta própria, pois a citada atividade “camufla”, encortinando por trás do mito da “autonomia”, as renovadas relações de exploração capitalistas, construindo uma nova realidade, na qual os trabalhadores julgam produzir à margem das relações de exploração capitalista.

Não obstante, a denominação “por conta própria” não está relacionada à ausência das determinações capitalistas. Condiz, na verdade, com a postura do trabalhador que se auto-emprega, realizando sua atividade sozinho, com a contribuição de familiares. Ou ainda, como adotam alguns autores, com a participação de no máximo quatro empregados, mas co-partícipes da lógica mercantil proposta pelo capitalismo.

**4 TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA: O TRABALHO DOS CAMELÔS  
DA PASSARELA DO NATAL SHOPPING E DO VIA DIRETA**

## **4 TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA: O TRABALHO DOS CAMELÔS DA PASSARELA DO NATAL SHOPPING E DO VIA DIRETA**

### **4.1 O contexto do mercado de trabalho em Natal/RN**

Para a apreensão do trabalho dos vendedores ambulantes/camelôs como uma das atividades que vêm tendo visibilidade crescente no mundo da informalidade, fez-se necessário caracterizar o mercado de trabalho do município de Natal, delimitando quais as maiores opções para os trabalhadores, quais as áreas nas quais existe maior número de postos de trabalho, as áreas que mais descartam seus trabalhadores e em qual setor se localiza a atividade de vendedor ambulante.

Natal, além de ser a capital do Rio Grande do Norte, é identificada como pólo principal da Região Metropolitana, da qual é integrante. Criada em 1599, esta cidade contabilizou, em 2007, uma população de 774.230<sup>41</sup>, distribuída em uma área de 170,30 km<sup>2</sup>, correspondendo a 0,32% da superfície estadual.

Subdividida em 04 regiões administrativas: - Zonas Norte, Sul, Leste e Oeste, as quais são compostas por 34 bairros, Natal apresenta um perfil sócio-econômico bastante heterogêneo de seus habitantes, no qual coexistem distintas classes sócio-econômicas, distribuídas em seus bairros, que também expressam essa diversidade, por contrapor, desde áreas tradicionais, marcadas pela precariedade das condições habitacionais e de sociabilidade, até áreas em franca expansão, esbanjando o poder aquisitivo mais elevado de uma parcela de seus habitantes.

Tal heterogeneidade atribui a Natal um duplo perfil, por combinar, num mesmo cenário grandes arranha-céus, símbolos da especulação imobiliária atuante nos bairros nobres da cidade, com moradias sub-humanas existentes em suas periferias. Esta contradição, face à habitação enuncia as disparidades evidenciadas junto à população de Natal, seja estas contradições no tocante à renda, à escolaridade, ao acesso a serviços básicos, como saúde e transporte urbano, e mesmo ao acesso ao mercado de trabalho.

Estas disparidades resultam, sobretudo, do processo acelerado de urbanização desenvolvido em Natal nas décadas de 1980, 1990 principalmente, e 2000, responsável pela

---

<sup>41</sup> De acordo com dados divulgados pelo IBGE, ao caracterizar a cidade de Natal/ Rio Grande do Norte (RN). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acessado em: 13 de julho de 2009.

“segregação sócio-espacial” e pela difusão de problemáticas socioeconômicas que a cidade tem dificuldade em reverter, por seu crescimento está desritado, com o movimento migratório. Pessoas buscam os grandes centros, na perspectiva de encontrar melhores condições de vida, visando essencialmente à possibilidade de se inserirem no mercado de trabalho. Entretanto, nem todos atingem suas metas, pois estes centros também já registram a falta de postos de trabalho, inclusive para sua própria população<sup>42</sup>. Segundo Souza (2008) somente na Zona Norte de Natal, houve um crescimento populacional de 263% entre os anos de 1980 a 1996, enquanto que em nível municipal esse aumento chegou a 45,5%.

O crescimento acelerado da população de Natal altera seus indicadores sociais, pois acompanhando o aumento do número de habitantes, há também a ascensão de problemas como *déficit* habitacional, violência, “periferização e empobrecimento urbano”, bem como aumenta-se o número de pessoas buscando trabalho<sup>43</sup>.

Para melhor contextualizar o mercado de trabalho de Natal, faz-se necessário considerar a dinâmica de tal município junto à Região Metropolitana a qual pertence, posto que, diante da proximidade existente entre as cidades que a integram, o movimento econômico se constrói inserido nesse conjunto.

A Região Metropolitana de Natal (RMN) despontou seu crescimento a partir dos anos 1970, quando emergiram novos ramos econômicos que iriam substituir ou repor as atividades que entraram em declínio. Para Felipe; Carvalho (2002), foi nos anos de 1960 e 1970 que em Natal vicejaram os indicadores que levaram a cidade a tornar-se um centro urbano, inclusive aqueles indicadores que revelariam situações maléficas, como as conformadoras das expressões da questão social.

Tais problemáticas circunscritas nos centros urbanos como Natal tornam-se mais visíveis, posto que, a partir da evasão da população rural para os centros urbanos, a demanda por serviços administrativos também acompanha esse movimento. Lembrando que essa migração na transição dos anos 1960 a 1970 foi aguçada, sobretudo, pelo desemprego instaurado nas áreas interioranas do território norte-riograndense, ocasionado pela falência de atividades econômicas, tais como: produção algodoeira, fabricação de óleos naturais e atividade salineira. No caso dessa última atividade, o que ocorreu não foi o declínio em sua

---

<sup>42</sup> “[...], a urbanização via êxodo rural-urbano experimentada por Natal e outras cidades brasileiras é a etapa inicial de um processo de periferização e empobrecimento urbano, no qual, na verdade, o que se verificou foi uma mudança no cenário da pobreza: pobres rurais transformando-se em miseráveis urbanos” (OLIVEIRA et al, 2005, p. 28).

<sup>43</sup> Lembrando que, no caso do aumento do desemprego, este foi verificado devido à junção de outros determinantes, como o retardo econômico dos anos de 1980 e 1990, bem como o enxugamento dos postos de trabalho, realizado no contexto da reestruturação produtiva.

produção, mas sim, a substituição da mão-de-obra antes utilizada, pelo uso de tecnologias que possibilitam a dispensa desses trabalhadores.

A Região Metropolitana de Natal iniciou seu processo de institucionalização ainda nos anos de 1970, quando foi considerada como “Aglomeração Urbana não Metropolitana” (OBSERVATÓRIO..., 2005). Anos mais tarde, refletindo uma expansão urbana acelerada, foi instituída, em 1997, a Região Metropolitana de Natal<sup>44</sup>, composta dos municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceara-Mirim e Extremoz. Posteriormente, acompanhando o movimento que integrava alguns outros municípios, foram acrescentados à RMN os municípios de São José de Mipibú e Nísia Floresta<sup>45</sup> (OBSERVATÓRIO..., 2005). Por fim, compondo os nove municípios que hoje formam a RMN, foi adicionado a mesma, o município de Monte Alegre<sup>46</sup>.

Segundo o Observatório das Metrôpoles (2005), a economia norte-riograndense se dinamizou no período após os anos de 1970, através dos ramos extrativo-mineral, - representado fundamentalmente pela Petrobrás -; o têxtil; a agricultura de exportação; o da construção civil; as atividades administrativas da Petrôbras; bem como as atividades militares ligadas ao Centro de Aplicações Táticas e Repletamento de Equipagens – CATRE<sup>47</sup> e à Barreira do Inferno.

O desenvolvimento do RN era expressivo se comparado, inclusive ao crescimento da Região Nordeste e aos dados nacionais, visto que entre os anos de 1991 a 2000, “[...] enquanto a economia brasileira cresceu à taxa de 10,3% a.a., a nordestina, à de 10,5%, a potiguar cresceu à taxa de 12,1% [...]” (SILVA, 2008a, p. 154). Determinantes como o incentivo – subsídio fiscal – por parte do Estado, o estímulo à substituição de importações e o investimento em obras de infra-estrutura pautaram esse desenvolvimento em nível nacional, resultante da fase do “Milagre Econômico”.

As atividades ligadas ao ramo da construção civil tiveram notoriedade entre os anos de 1970 a 1980, devido às necessidades acarretadas pela expansão urbana, exigindo novas moradias para acolher a população das cidades. Essa preocupação se torna pauta não só para o poder público, que inicia a construção de conjuntos habitacionais populares, mas também para

---

<sup>44</sup> A RMN foi instituída por meio da Lei nº 152, de 16 de jan de 1997.

<sup>45</sup> A junção desses dois novos municípios à RMN foi possível por meio da Lei nº 221 de 10 de jan de 2002.

<sup>46</sup> Foi através da Lei nº 315, de 30 de nov 2005, que o mais recente município foi integrado à RMN.

<sup>47</sup> Em 1970, foi criado o Centro de Formação de Pilotos Militares (CFPM), que deu origem em 1973 ao CATRE - Centro de Aplicações Táticas e Repletamento de Equipagens e, ao seu Grupo de Instrução Aérea (GIA), composto por três Esquadrões de Instrução Aérea (1º, 2º e 3º EIA). Mais uma vez a aviação de caça havia retornado à Natal, empregando agora as aeronaves AT-26 Xavante da Embraer e com a missão de formar os pilotos de caça da FAB. Disponível em: (BASE..., 2009).

a iniciativa privada, que vê, no ramo imobiliário, um investimento promissor<sup>48</sup>. Segundo Souza (2008),

Somente a partir da década de [19]70 foi que o processo de urbanização invadiu esta área da cidade e tornou-se predominante. Na década mencionada anteriormente [1970], as correntes migratórias provenientes do interior potiguar, atraídas pelas indústrias que se instalavam em Natal, começaram a pressionar o poder público no sentido de lhes proporcionar moradia, trabalho e outros serviços básicos (2008, p. 759).

A Zona Norte de Natal é um dos destaques do crescimento implementado na cidade durante os anos de 1970, com a construção de conjuntos habitacionais.

Representando ainda a economia potiguar nesse período, a atividade extrativa mineral – em relevo o petróleo – teve participação decisiva para o incremento econômico, dada a sua ampla geração de emprego e renda para a população do Estado. Essa atividade vem mantendo-se atuante no Estado, apresentando índices positivos. Na década de 2000, o RN tornou-se o segundo maior produtor de petróleo do Brasil.

Demonstrando como a RMN é central para a economia e o desenvolvimento do Estado, nota-se que todos os municípios que a integram cresceram em uma média maior do que os demais municípios do Estado. Esse território é de fundamental importância econômica para o RN, pois no mesmo, concentram-se índices de crescimento maiores que os do restante da produção econômica estadual. Entre os anos de 1991 a 2000, a RMN cresceu economicamente a uma taxa de 4,4%, enquanto o RN manteve um número inferior de crescimento, na faixa de 3,7% (SILVA, 2008a).

Nos anos de 1980, o RN acompanhou a emergência da crise econômica vivenciada nacionalmente e registrou em, seu parque produtivo, declínios consideráveis. O mercado de trabalho, além de registrar essas oscilações, perdeu em número seus postos de trabalho, visto que as transformações propostas pela reestruturação produtiva foram adotadas por suas indústrias. Esse período recessivo atingiu diretamente a indústria têxtil, levando-a a permanecer “sucateada” e adotar a estratégia da terceirização, fracionando-se a produção, enfraquecendo os vínculos trabalhistas.

Uma outra atividade de destaque para a RMN é o turismo. Este, mesmo ao atravessar esse quadro crítico, conseguiu apresentar índices positivos, pois recebeu investimentos

---

<sup>48</sup> Souza (2008) aponta que importantes investimentos públicos foram aplicados por volta dos anos 1970, tais como: o Estádio Machadão, o Centro Administrativo do Estado, o Campus Universitário da UFRN e uma das Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Norte – CEASA.

estatais, já que era uma área em expansão, de importante atuação para o Estado, por gerar divisas para o mesmo e emprego para a sua população.

Tal desvelo para com o turismo vem ocorrendo desde os anos de 1970, quando recebeu incentivos de infra-estrutura, como o projeto Parque das Dunas/Via Costeira (OBSERVATÓRIO..., 2005). Nos anos seguintes, continuou sendo estimulado com beneficiamentos como o Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (O PRODETUR – I), que deu continuidade às ações que visavam a fornecer a infra-estrutura indispensável para que o turismo pudesse se disseminar<sup>49</sup>. A atividade turística está prioritariamente concentrada em Natal, posto que esse município comporta em média, 80% dos leitos distribuídos em hotéis, pousadas, *flats* e albergues disponíveis na RMN.

Assim como o Brasil apresenta heterogeneidades, refletindo várias especificidades econômicas para cada um de seus estados, o RN também retrata conjunturas distintas em suas regiões. Além dos destaques localizados na RMN – turismo, comércio e algumas indústrias<sup>50</sup> -, nas demais localidades desenvolvem-se atividades importantes como a mineração tradicional, ligada à *schelita*, na região do Seridó; a indústria petrolífera, no litoral norte do Estado, em Guamaré, Mossoró e Macau; a produção agro-industrial – fruticultura irrigada –, no Vale do Açu e Chapada do Apodi; além da carcinicultura, - preponderante no litoral sul: Goianinha, Tíbalu do Sul, Nísia Floresta e em municípios da RMN.

Considerando ainda o território da RMN, ao visualizar-se os dados econômicos relativos aos últimos Censos Demográficos do IBGE, esquematizados entre os setores da agropecuária, indústria e dos serviços, tem-se que a agropecuária foi o ramo que sofreu maiores desníveis em sua participação, apresentando números negativos, pois a variação entre os anos de 1991 a 2000 foi de -19,2% (SILVA, 2008a, p. 179).

Em segundo lugar, na escala de participação produtiva, localiza-se a indústria. Esta, por sua vez, também reduziu sua participação, obtendo uma taxa de crescimento de 6,1% durante o período de 1991 a 2000. Conquistando a maior taxa de crescimento identifica-se o setor de serviços. Durante o decênio, sua performance atingiu um crescimento de 39,2%, demonstrando a primazia do setor terciário junto à economia do Estado (SILVA, 2008a).

---

<sup>49</sup> Como destacado no Observatório das Metrôpoles (2005) o Prodetur I forneceu investimentos para a melhoria das instalações do Aeroporto Augusto Severo, situado em Parnamirim/RN, e contemplou ainda a recuperação de estradas e rodoviárias intermunicipais para reafirmar a interligação entre os mesmos, bem como contribuiu com subsídios para o setor hoteleiro, ampliando a capacidade de acolhimento (leitos e restaurantes) da RMN.

<sup>50</sup> Ao lado do turismo há também o comércio e a atuação de algumas indústrias que se instalam em sua redondeza. Nas áreas de transição entre os municípios, há os parques industriais, presentes nas estradas que interligam Natal a Macaíba, a Parnamirim, bem como a Extremoz.

Essa distinção na variação apresentada por cada um dos setores decorre das transformações sofridas pelos mesmos, pois como visto anteriormente, a atividade agropecuária já vinha se enfraquecendo desde os anos 1980, bem como devemos sublinhar que algumas atividades agropecuárias são dinamizadas em áreas à margem da RMN. O setor terciário pauta seu crescimento em alguns determinantes, como o aumento da participação de serviços estatais e a ampliação dos estabelecimentos comerciais, enriquecido, inclusive, com a chegada de grandes lojas nacionais e da construção de grandes *shoppings*, já nos primeiros anos do século XXI. E ainda, pelo processo de terceirização das atividades econômicas que abrangem o setor de serviços.

#### ***4.1.1 O Emprego/desemprego na Região Metropolitana de Natal/RN***

Ao analisar o mercado de trabalho da RMN, Silva (2008a) aponta que no ano de 2000, a população em idade ativa equivalia a 80,3% da população total. Porém, desse universo, apenas 52,6% compunham a taxa de atividade a PEA. Ou seja:

[...] apenas pouco mais da metade da população em idade de trabalhar desempenhou ações consideradas ativas no mercado de força de trabalho, porém significando uma proporção mais elevada comparativamente à existente no início da década [...]” (SILVA, 2008a, p. 182).

O referido autor, observa ainda que os postos de trabalho não acompanharam o crescimento econômico da RMN, posto que a taxa de desocupação em 1991 a 2000 foi de 245%. A dimensão desse número se explica porque, apesar de a RMN ter crescido, inclusive superando a produção do próprio Estado, esse avanço não foi capaz de absorver a população à procura de ocupações. O parco surgimento de novos postos de trabalho reflete também os novos moldes da produção capitalista, que visa a retirar o maior sobre-trabalho possível de um número reduzido de trabalhadores. A indústria reduz seu quadro de funcionários à medida que adota novos sistemas de automação.

Constata-se que a desocupação foi marcante durante a década de 1990. Silva (2008a) expõe que a variação do percentual de desempregados durante os anos de 1991 a 2000 foi da ordem de 14,7% ao ano. Em 1991 havia 24.952; desempregados, e em 2000, 85.984. Tal aumento deve relacionar-se com o desemprego instaurado em nível nacional, destacando sua

magnitude, na RMN, por ser uma área que mesmo se encontrando em expansão, ainda não atendeu aos índices de procura de empregos, principalmente, se considerado que se trata de uma área que recebe migrantes dos demais municípios do Estado.

A elevação na taxa de desocupação incide no aumento dos trabalhadores por conta-própria. Para terem alguma ocupação, os indivíduos se submetem a condições aviltantes de trabalho. Alguns se empregam em trabalhos assalariados sem carteira assinada; outros se tornam trabalhadores por conta própria, inserindo-se no subemprego; enquanto uma minoria consegue empregar-se no mercado formal. Confirmando a presença da precariedade inerente aos novos postos de trabalho, Freire (2005, p. 18), ao comparar os dados observa que

Nos anos de [19] 90, de cada dois trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho de Natal, um o fez na condição de ocupado e o outro entrou nesse mercado procurando emprego. Isso significa dizer que a expansão do emprego na cidade no decorrer dos anos [19] 90 foi suficiente para criar ocupações para apenas metade das pessoas que estavam entrando no mercado de trabalho.

Ao analisar os dados referentes à População Desempregada (PD), Silva (2008a) observou que entre os anos de 1991 a 2000, esse indicativo variou com uma taxa de 244,6% durante todo o período. Tal número revela a intensidade do desemprego na RMN durante esses anos. Apesar das taxas de ocupação também terem sofrido acréscimos, pois a População Ocupada (PO) variou positivamente em 27,1%, e a PEA (PO + PD) apresentou um percentual de 43,6%, ambas as taxas são sensivelmente inferiores àquela que transmite a falta de ocupações; ou seja, a População Desempregada.

Compondo a População Desempregada da RMN, em 2000 havia 85.984 (SILVA, 2008a). Desse contingente que se encontra fora do mercado de trabalho, há uma dominância feminina, visto que 56,2% de seus integrantes são mulheres, enquanto 43,8% são homens. Em relação à idade, prevalecem como desempregados aqueles entre as faixas etárias de 10 a 19 anos (19,7%), de 20 a 29 anos (39,2%) e de 30 a 39 anos (24,8%), refletindo não só a dificuldade do jovem inserir-se no mercado de trabalho, como traduz a conturbada permanência dos adultos em se inserirem e/ou permanecerem no mercado de trabalho (DEPARTAMENTO..., 2002)

No tocante à qualificação, os dados expressam que entre a PD, as duas taxas mais altas, encontram-se entre aqueles que detém apenas o Ensino Fundamental incompleto (35,4%), acompanhadas das que indicam aqueles que possuem o Ensino Médio (19,9%) (DEPARTAMENTO..., 2002). Essa disparidade destaca o desemprego como um problema

que atinge os diferentes níveis de qualificação, não sendo privativo dos baixos níveis de escolaridade.

Entretanto, redirecionando-se a análise para a população ocupada, Silva (2008a) os classifica em quatro categorias: empregados, por conta própria, empregadores e trabalhadores não remunerados.

Redirecionando a discussão para o cenário da cidade do Natal, tem-se, de acordo com sua dinâmica econômica, que o referido município vivenciou, durante a década de 1990, um período recessivo, que refletiu consideravelmente nos índices de desemprego, posto que a taxa de desocupação entre os anos de 1991 a 2000 variou de 7,78% para 18,08% (FREIRE, 2005).

Caracterizando a PEA, – pessoas de dez anos de idade ou mais, ocupadas –, da cidade do Natal, o último Censo Demográfico de 2000, constatou que no município havia 318.820 pessoas<sup>51</sup> como expresso na Tabela 03. E desse número, aproximadamente 58 mil pessoas encontravam-se desempregadas (FREIRE, 2005).

**TABELA 03** - Indicadores do Mercado de Trabalho de Natal (2000).

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ABSOLUTO	RELATIVO
PEA (ocupados + desocupados)	318.820	100
Ocupados	261.171	81,9
Desocupados	57.649	18,1
Empregados	192.798	73,82
Empregadores	9.584	3,67
Conta própria	55.485	21,24
Outra condição	3.304	1,27

**Fonte:** (IBGE, 2000 apud FREIRE, 2005).

Em essência, o universo composto por aqueles em situação de desemprego se constitui de mulheres, uma vez que representam 51,68% dos desocupados, bem como se integra por uma maioria de jovens, de 10 a 19 anos (25,77%) e de 20 a 29 (37,99%). (FREIRE, 2005).

A defasagem na empregabilidade de jovens e adultos expressa a ínfima criação de novos postos de trabalho, expelindo essa demanda para o desemprego e subemprego, sendo

<sup>51</sup> Desse total, 55% eram homens, reafirmando a predominância masculina na composição da PEA, apesar dessa regra vir reestruturando-se. De acordo com Freire (2005) “[...] Em 1991, para cada 100 homens inseridos no mercado de trabalho de Natal eram encontradas aproximadamente 72 mulheres. Em 2000, essa relação subiu para 81 mulheres para cada grupo de 100 homens [...]” (2005, p. 14)

que essa repulsão orienta o porquê das atividades por conta própria terem atingido números expressivos durante toda a década de 1990.

Analogamente, tal defasagem traduz os obstáculos enfrentados pelos jovens para se inserirem no mercado de trabalho, pois esse, além de vir aumentando as requisições no tocante à qualificação, exige ainda que os candidatos aos postos de trabalho possuam experiência na área pretendida, fator esse que exclui demasiadamente os jovens de tais vagas.

Somando-se a essa tendência, tem-se ainda na década de 1990, que tal universo jovem, em sua maioria, é composto por mulheres. Entre a faixa de 10 a 29 anos, 52% dos desempregados eram do sexo feminino. Argumenta-se que essa elevação resulta da tendência da mulher em adentrar ao mercado de trabalho um pouco mais tarde em relação aos homens, por investir mais tempo em suas qualificações. Isso porque, motivadas pelas condicionalidades impostas pelo mercado de trabalho, assim como face à divisão social de papéis, estabelecidas para ambos os sexos, a mulher tem buscado qualificar-se para enfrentar a concorrência, lado a lado, do sexo masculino.

Configurando a PO (Tabela 04), observa-se que 73,82% são empregados; 3,67% são empregadores; enquanto que 21,24% desses indivíduos trabalham por conta própria; e ainda 1,27% desenvolvem atividades não remuneradas ou trabalham na produção para seu próprio consumo.

**TABELA 04** - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas (População Ocupada).

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ABSOLUTO	RELATIVO
Total	261.171	100
Empregados	192.798	73,82
Empregadores	9.584	3,67
Conta Própria	55.485	21,24
Não remunerada em ajuda a membro do domicílio	3.043	1,17
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	261	0,10

**Fonte:** (IBGE, 2000 apud FREIRE, 2005, p. 28).

Os principais setores que ocupam a população trabalhadora de Natal são: 1) comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; 2) indústria de transformação; 3) administração pública, defesa e seguridade social; 4) educação e 5) alojamento e alimentação; conformando assim uma predominância do setor terciário nas ocupações registradas no município.

Considerando-se tal setor, segundo esquema elaborado por Silva (2008a), com base em microdados do Censo Demográfico de 2000, para o mercado de trabalho da RMN<sup>52</sup>, tem-se que 68,2% de seus ocupados estavam no setor terciário (serviços distributivos, produtivos, sociais e pessoais). Envolvendo a maior representação de ocupados, neste setor, tem-se, em ordem crescente, o comércio atacadista e varejista (13,4%), governo/administração pública (8,6%), educação, ciência e tecnologia (8,2%) seguidos dos serviços domésticos (7,9%) (SILVA, 2008a).

A liderança apresentada pelo setor terciário decorre, sobretudo, da RMN ser um aglomerado urbano, praticamente extinguindo a contribuição do setor primário em suas atividades. Da mesma forma, os declínios sofridos pela atividade industrial contribuíram para tal liderança.

Um fator preocupante diante desses dados é a qualidade das ocupações oferecidas por esse mercado, posto que o setor de serviços é um forte disseminador de trabalhos precarizados, devido aos tipos de contratações praticadas. É também nesse setor que se destacam atividades por conta própria, sendo estas por sua vez, incidentes de ocupações precarizadas, por estarem à margem dos direitos trabalhistas.

Confirmando a presença da precariedade inerente aos novos postos de trabalho Silva (2008a, p. 194), ao comparar os dados desvenda que

[...] o contingente de trabalhadores não remunerados cresceu 231% e o dos trabalhadores em situação não formal cresceu 49,2% no período de 1991 a 2000. De outra parte, os contingentes dos integrantes das demais posições na ocupação cresceram a taxas bem menores: 34,5% no caso dos empregadores; 29,9% no caso dos conta-própria e 14,6% no caso dos trabalhadores em situação de trabalho formal.

Pode-se ainda relacionar o crescimento dos vendedores ambulantes ao notório desenvolvimento do “comércio atacadista e varejista”, posto que esses trabalhadores desenvolvem suas atividades atreladas ao andamento do referido ramo. Percebe-se que tal ramo é envolvido com outras atividades produtivas do setor econômico, se considerarmos que os camelôs trabalham, em geral, nas proximidades de estabelecimentos comerciais. Por outro lado o crescimento dessa atividade indica também o aumento do desemprego na RMN, pois, como enunciado por alguns dos entrevistados na nossa pesquisa, o fator desemprego, foi um

---

<sup>52</sup> Destacam-se aqui os dados referentes à RMN, por apreender-se que Natal é seu município predominante, e que o mesmo reproduz praticamente as mesmas singularidades da RMN.

dos determinantes mencionados pelos camelôs para justificar o porquê de se encontrarem nesse tipo de ocupação.

Segundo Silva (2008a, p. 207), “No subsetor de serviços distributivos, foi o ramo do Comércio Ambulante e em feira livre que apresentou o crescimento mais expressivo em número de pessoas ocupadas entre 1991 e 2000 – de 11,1 para 18,5 mil pessoas”.

Com base nesta visão da configuração do mercado de trabalho em Natal, ampliado para a Região Metropolitana, pôde-se apreender a contínua precarização e conseqüente diminuição de postos de trabalho. A seguir situamos o trabalho dos vendedores ambulantes – os camelôs – na tentativa de desvelar a dinâmica desta atividade de trabalho e da cotidianidade da vida dos trabalhadores, sujeitos desta pesquisa.

#### **4.2 O trabalho dos camelôs em Natal/RN**

O trabalho dos camelôs é uma atividade pertencente ao cotidiano de Natal, por ganhar proporções, ao acompanhar seu crescimento, e assim adquirir visibilidade junto à mesma.

Os camelôs podem ser vistos em pontos destinados à sua atuação – os camelódromos<sup>53</sup> –, como também em locais inadequados – calçadas e canteiros de toda a Cidade; e ainda, transitando por suas ruas. Os vendedores que trabalham deslocando-se nas ruas, tanto dos bairros populares quanto no próprio Centro da Cidade, e ainda em localidades abastadas, têm tornado-se mais freqüentes nos últimos anos em virtude do aumento da concorrência nos pontos preexistentes – bairros reconhecidos pela intensidade da atividade dos camelôs<sup>54</sup>.

A atividade de vendedor ambulante se projetou na Cidade do Natal junto aos bairros lojistas – Cidade Alta e Alecrim – caminhando paralelamente aos estabelecimentos comerciais destes centros, e continua sendo figura notória nesses locais. Contudo, a atividade dos vendedores ambulantes vem se espalhando pela Cidade, fixando-se em pontos “ideais”

---

<sup>53</sup> Espaços, em geral, projetados pelo poder público para organizar os vendedores ambulantes, no intuito de desafogar o espaço público dos centros comerciais, de excedente presença desses vendedores.

<sup>54</sup> Em relação aos vendedores que perambulam pelas ruas, sem um ponto fixo, temos como ilustração, vendedores de picolé e sorvete e de frutas em geral. E nos últimos anos, uma figura nova desponta, acrescentando essa modalidade, que são os vendedores de Cd e Dvd. Estes se utilizam de carrinhos com alto-falantes, para divulgarem seus produtos nas ruas de Natal. Este cenário, apesar de ser predominante nas áreas periféricas, é visto também nas áreas abastadas da Cidade.

para esses vendedores, por ficarem nas proximidades de estabelecimentos, como, hipermercados, *shoppings*, bancos, estádios de futebol, festas e eventos em geral.

A propagação desses trabalhadores por conta própria refletiu os efeitos que a crise econômica eclodida em 1980 acarretou para o mercado de trabalho, visto que, diante da ausência de vagas em ocupações formais os trabalhadores migraram para atividades informais, em busca de sua sobrevivência. A esse respeito Alves; Tavares (2006, p. 428) avaliam que

A partir da década de 1990, observa-se um grande crescimento da economia informal nas médias e grandes cidades brasileiras, passando a englobar um conjunto heterogêneo de trabalhadores. Paralelamente a esse aumento, tem-se o crescimento de outras formas de trabalho não-regulamentadas pela legislação trabalhista, que podem ser vistas como participantes de um contexto mais amplo de precarização do trabalho.

Além do desassalariamento acarretado pelo *déficit* econômico, Natal maximizou seu exército de reserva, pois já, nesse período, era considerada como centro atrativo para a população de todo o Estado, a qual migrava para o seu território em busca de melhores condições de vida, focando primordialmente a inserção no mercado de trabalho.

Esse direcionamento para as atividades atípicas demonstra que os postos de trabalho não apresentaram um crescimento positivo, difundindo uma taxa de desocupação, que entre os anos de 1991 a 2000, foi de 245% (SILVA, 2008a). Para o referido autor,

As taxas de crescimento das pessoas ocupadas são indicadoras da redução do grau de formalização do trabalho na Região Metropolitana de Natal na década de noventa, pois enquanto o contingente das pessoas em relação formal cresceu à taxa de 1,5% a.a., o das pessoas em relações não formais cresceu à taxa de 4,0%. (SILVA, 2008a, p. 214)

Haja vista a cidade não dispor de postos de trabalho para comportar os imigrantes e a sua população local, ocorre, a partir de então – década de 1990 a 2000 –, uma corrida para as ocupações atípicas, dentre as quais, o comércio ambulante, que se apresentava como uma de suas vertentes.

Na Cidade Alta, um dos primeiros bairros de Natal – o comércio despontou nas primeiras décadas do século XX, acompanhando o declínio da atividade comercial presente no Bairro da Ribeira.

Vários dos estabelecimentos atuantes foram se mudando para a Cidade Alta, que anunciava ser um centro comercial promissor. Porém em suas feições preliminares, a Cidade

Alta tinha características de bairro exclusivamente residencial. Somente com a ampliação de suas ruas e avenidas, bem como com a construção de casas residenciais em bairros vizinhos, iniciam-se timidamente as atividades comerciais. No início, essas se restringiam a poucos artigos, em geral, ligados ao ramo alimentício, e voltados basicamente para os próprios recém moradores circunvizinhos (NASCIMENTO, 2003).

Somente após a década de 1960, a Cidade Alta passou a dividir o papel de centro comercial com a Ribeira, contemplando, além das grandes lojas, serviços destinados aos moradores da Cidade, como bancos e organismos da administração pública. Nesse período, a Cidade Alta era uma referência para a clientela de melhor poder aquisitivo.

Contudo, paralelamente ao advento das lojas situadas no bairro, despontava-se a presença dos camelôs, que face à movimentação despertada pelo comércio, percebiam, na Cidade Alta, um local propício para também comercializar seus produtos. Porém, tal junção resultou num desordenamento do bairro, posto que os camelôs se afixavam nas calçadas das lojas, como ocorreu em uma de sua mais emblemática localização, a Avenida Rio Branco<sup>55</sup>.

Para reorganizar o Bairro da Cidade Alta, devido ao posicionamento dos camelôs nas calçadas das principais ruas que o recortam, foi construído, em 1997, pela Prefeitura Municipal, um local destinado ao trabalho desses vendedores – o Shopping Popular da Cidade Alta, no qual esses teriam um ambiente apropriado para exporem suas mercadorias, ficando assim melhor instalados. Tal estrutura foi empreendida na Rua Ulisses Caldas<sup>56</sup>, Centro, compondo-se atualmente de 452 *boxes*, nos quais são comercializados uma infinidade de itens, dentre os quais: roupas em geral, calçados, bolsas, artigos de eletroeletrônica, CD e DVD pirateados; além de serem oferecidos serviços tais como: *xerox* e consertos em geral (Glauco, 2008)<sup>57</sup> (Ver Carta Imagem 01, abaixo).

---

<sup>55</sup> Para Souza (2008), a avenida Rio Branco não era apenas uma das vias de Natal. Essa era um dos orgulhos da capital potiguar. Após o término da Segunda Guerra, sofreu modificações que a engrandeceram, transitando de “[...] um areal pontilhado de casas rarefeitas, que se estendiam do Baldo em direção ao bairro da Ribeira [...], para ser uma artéria de grande movimentação e prestígio. Esta evolução resultou da ação conjugada e permanente do poder público e da iniciativa privada [...]” (p. 167).

<sup>56</sup> Rua perpendicular à Avenida Rio Branco. A estrutura do Camelódromo foi erguida nas proximidades do prédio onde funciona a Prefeitura Municipal, bem como onde se localiza uma das agências do Banco do Brasil, no Centro de Natal.

<sup>57</sup> A identidade dos entrevistados será preservada, e para tanto foram utilizados nomes fictícios.

CARTA IMAGEM DO BAIRRO DE CIDADE ALTA  
MUNICÍPIO DE NATAL - RN



Legenda	
	Camelódromo
	Principais avenidas
	Limite do Bairro de Cidade Alta

Sistema de Projeção: UTM, DATUM SAD 69, Zona 25 sul,

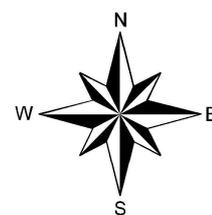
Fonte: Imagem Aerofotogramétrica

Elaboração: Wesley Brito

Escala

1: 7000

180 90 0 180 Metros



Segundo o Senhor Glauco (2008) – representante da Associação dos Vendedores do Shopping Popular (A-Shopping<sup>58</sup>), em entrevista concedida em 14 de Agosto de 2008, o maior anseio da Associação é proporcionar o melhoramento das instalações e a segurança no camelódromo, para torná-lo atrativo aos consumidores, desmistificando o estigma que reina sobre o local, de um ambiente perigoso para os freqüentadores, fato que atinge negativamente as vendas dos camelôs instalados naquele ambiente.

Um obstáculo às vendas, apontado pelo representante da A-Shopping é o fato de persistirem, em algumas ruas do Bairro, ambulantes instalados ilegalmente nos locais considerados impróprios. Esses, por sua vez, teriam maiores chances de vender seus produtos, por estarem mais próximos à clientela que visita o bairro da Cidade Alta, colocando em condição inferior aqueles que uma vez fixados nos *boxes* no interior do Camelódromo, esperam a visitação de sua clientela. Glauco (2008) acrescenta que alguns camelôs contemplados com os *boxes* apenas os utilizam como depósitos para suas mercadorias, posto que, durante o dia, transportam-nas para as ruas mais centrais do bairro.

Esse distanciamento quanto ao público consumidor foi um dos quesitos contestados pelos ambulantes, quando foram informados sobre a construção do Camelódromo, pois seu deslocamento para esse local distanciou-os não apenas dos lojistas, mas, sobretudo do fluxo de pessoas, consumidores em potencial (ARAÚJO, 2001).

Um detalhe perpassa o trabalho dos camelôs da Cidade Alta, pois, fugindo da fiscalização da Secretária Municipal de Serviços Urbanos (Semsur), muitos desses trabalhadores chegam para comercializar suas mercadorias no final do dia, quando a fiscalização tem ausentado-se. Ao entardecer, ocupam as calçadas do Centro, vendedores com seus CD e DVD, artigos femininos (sandálias, bolsas, bijuterias, cintos, e algumas roupas), além dos já conhecidos “lanches em geral” (milho-verde, churrasco, pipoca, sorvete, entre outros).

Apesar do pouco tempo destinado às vendas, os camelôs se aproveitam desse momento, por coincidir com o fechamento das lojas e, conseqüentemente, do término do expediente dos trabalhadores lojistas. Ao final do dia, desenha-se no ambiente da Cidade Alta, um cenário diferenciado, no qual literalmente, as calçadas da Avenida Rio Branco e da Rua Princesa Isabel ficam tomadas de mercadorias, espalhadas pelo chão, transformando o panorama visto durante o dia, período no qual esses vendedores não se instalam.

---

<sup>58</sup> Os trabalhadores que conformam este espaço contam com a atuação de uma associação própria, a Associação do Shopping Cidade Alta: A - Shopping, cujo representante é eleito pelos associados, detendo um mandato de dois anos. A Associação trabalha pautada em contribuições (taxa de manutenção), que são revertidas, segundo seu representante, para serviços tais como, limpeza e segurança do Camelódromo

Como um segundo local de grande incidência dos camelôs, há o bairro do Alecrim, localidade que, conjuntamente com a Cidade Alta, integram o Centro comercial da Cidade do Natal. O Alecrim despontou para o comércio nas primeiras décadas do século XX, anos de 1940 (NASCIMENTO 2003).

Como representação de sua histórica função comercial, o bairro conta, desde a década de 1920, com a presença da Feira do Alecrim. Esta, por sua vez, continua ativa, estendendo-se por toda a Rua Presidente Quaresma, sendo um referencial para os moradores do bairro, bem como dos freqüentadores do Alecrim. Oliveira (2000, p. 35) comenta que:

“[...] a feira do Alecrim já faz parte da história da cidade de Natal e nem mesmo a concorrência dos supermercados impediu que consumidores antigos continuassem fazendo compras no tradicional ponto”.

O Bairro teve o número de seus moradores acrescido após alguns acontecimentos, como elenca Nascimento (2003), tais como:

[...] a construção da Base Naval de Natal, da Vila operária, do Hospital da Policlínica e, principalmente, o comércio que começava a se firmar. Estes fatos contribuíram para aumentar consideravelmente as possibilidades urbanísticas e comerciais do bairro que, por sua vez, foram crescendo significativamente (p. 95).

Apesar da popularidade existente, o Alecrim se caracteriza por seu intenso comércio popular. Inclusive, tem essa singularidade como um diferencial em relação aos bairros da Ribeira e da Cidade Alta, pois em ambos os bairros, o comércio vicejou, a priori, para atender a um público de condições mais privilegiadas, enquanto que o Alecrim, desde o seu surgimento, já direcionava sua atividade para todas as classes sociais<sup>59</sup>.

Esse diferencial quanto ao público consumidor que freqüenta o bairro é um dos pilares que sustenta a presença dos camelôs no Alecrim, posto que o comércio informal representa uma das alternativas que os consumidores encontram ao visitarem o bairro.

Outro diferencial do Alecrim em relação aos bairros da Ribeira e Cidade Alta, é que, até o momento, esse ainda não apresentou “sintomas” da descentralização que acometeu esses outros bairros, tendo em vista que vem se mantendo atuante no ramo comercial. Esse

---

<sup>59</sup> As classes mais favorecidas que outrora freqüentavam o comércio existente na Ribeira, e posteriormente, na Cidade Alta, tem destinado-se a fazer suas compras em novos centros comerciais – os shoppings, por esses oferecerem uma comodidade mais ampla

diferencial se explica pela natureza dos produtos encontrados no Alecrim, assim como o perfil dos compradores que o buscam

Embalados pelo surgimento da Feira do Alecrim, despontaram também os primeiros camelôs, que se tornariam uma singularidade do bairro. Estes se instalaram em suas ruas e na Praça Gentil Ferreira, um de seus pontos principais. (Fotos 01 e 02). Apesar das mudanças estruturais implementadas no bairro, durante o processo de urbanização verificado em toda a Cidade, essa caracterização se repete ainda hoje, pois além de ocuparem outros pontos, alguns vendedores ainda usam a praça como local de trabalho<sup>60</sup>.



**Foto 01** : Praça Gentil Ferreira, 2009  
**Fonte:** Joilma, setembro, 2009.



**Foto 02:** Praça Gentil Ferreira, 2009  
**Fonte:** Joilma, setembro, 2009

O vendedor ambulante foi presença marcante ao longo dos anos. O Alecrim alterou sua estrutura, as residências foram sendo substituídas por estabelecimentos comerciais, reconfigurando a natureza do bairro. Seus limites se expandiam e o comércio se diversificou. Mas os camelôs se mantiveram inalterados.

Analogamente ao ocorrido no Bairro da Cidade Alta, visando a melhor organizar o comércio do Alecrim, no intuito de dinamizar as vendas e oferecer melhor qualidade de acesso, os camelôs foram instalados em um local apropriado, pois o objetivo da Prefeitura era “retirá-los” do passeio público, facilitando o deslocamento das pessoas pelas ruas do Alecrim.

<sup>60</sup> A Praça Gentil Ferreira é um dos locais proibidos pela fiscalização da Semsur, posto que coincide com um dos pontos de ônibus centrais dos freqüentadas do bairro do Alecrim. Contudo, encontram-se regularmente, neste local, vendedores de vale transporte (até recentemente, pois com a implantação das catracas eletrônicas nos coletivos, os camelôs tiveram que substituir esse produto, uma vez que esse foi extinto), alimentos em geral, produtos de utilidade doméstica como antenas de TV, pilhas para eletro-eletrônico, relógios, além da presença de atores de rua (cantadores, malabaristas), todos comercializando seus produtos e ou serviços.

Tal medida agradou principalmente os lojistas, que se sentiam prejudicados com a presença dos vendedores em suas calçadas, visto que, no quesito concorrência

Os camelôs podem vir a criar barreiras aquelas lojas que vendem produtos iguais aos deles e prejudicar os comerciantes; pois eles não pagam impostos sobre as mercadorias comercializadas, em detrimento daqueles que recolhem tributos e impostos para o Estado (ARAÚJO, 2001, p. 60).

Em 1980, a Prefeitura de Natal, após ter feito um levantamento do número de camelôs dispersos pelas calçadas das principais ruas do Bairro, construiu o Shopping Popular do Alecrim (Fotos 03 e 04), direcionado a acolher os vendedores em *boxes* apropriados, concentrando-os em um único espaço, para melhor organizar sua permanência no Bairro.



**Foto 03:** Imagem Frontal do Camelódromo do Alecrim.

**Fonte:** Joilma, setembro, 2009.



**Foto 04:** Lateral do Camelódromo do Alecrim, às 6:00 h, ainda com seus *boxes* fechados

**Fonte:** Joilma, setembro, 2009.

Apesar da construção desse Camelódromo, tal problemática não foi solucionada inteiramente, pois houve o surgimento de novos vendedores, que buscaram reocupar aqueles espaços que haviam sido condenados pela Prefeitura, reeditando o antigo problema da ocupação inadequada do espaço público no Alecrim.

Hoje, essa questão é revivenciada com maior intensidade, pois o número de camelôs irregulares é proporcional ao total daqueles que se encontram em seus *boxes* indicados. O Camelódromo, atualmente, dispõe em 450 *boxes*. E estimase-se que se situam pelas ruas do Alecrim de 450 a 500 camelôs (Páris, 2008)<sup>61</sup>. Esses, por sua vez, encontram-se por todo o

<sup>61</sup> Tais dados foram obtidos em entrevista realizada com o então chefe do Serviço de Fiscalização da Semsur: Páris, 2008.

Centro Comercial, concentrando-se nas calçadas da Avenida Coronel Estevam e das Ruas Amaro Barreto e Presidente Bandeira, reatualizando um antigo impasse, configurado com a presença do comércio informal diante das lojas, conforme ilustrado na Foto 05, a seguir,



**Foto 05:** Avenida Coronel Estevam, às 6 h 30 min. Ao fundo, diante das lojas, a extensão de barracas usadas pelos camelôs que se alastram de forma irregular, por toda a avenida.

**Fonte:** Joilma, Setembro, 2009.

Entretanto, essa não é a única questão levantada ao abordar-se a atividade desses trabalhadores. É freqüente, entre a população, reclamações evidenciando a incorreta instalação dos ambulantes no passeio público. Para algumas pessoas, trata-se de um incômodo, posto que o Bairro se torna pequeno, diante das atividades destinadas à venda. Oliveira (2000), ao retratar o comércio de rua existente nesse local, corrobora que:

Em virtude da grande presença e atuação do comércio informal, temos um quadro demonstrativo do centro do Alecrim como um espaço confuso, tumultuado, [...]. A imagem mais, comum do Alecrim na cabeça das pessoas é o comércio, o lixo nas ruas e os camelôs, e com eles uma desagradável sessão de mal estar e de aperto. Até mesmo os comerciantes lojistas consideram o Alecrim cheio de problemas, com falta de estacionamento, dificuldade de circulação por parte dos pedestres e transtornos causados pelos camelôs, dentre outros (OLIVEIRA, 2000, p. 37).

No intuito de reestruturar o espaço físico do Alecrim, a Semsur cogita a construção de um novo Camelódromo. Na verdade, a reforma do já existente, pois este ganharia um segundo andar, aumentando assim, o número de *boxes* a serem oferecidos para os vendedores. Atualmente, o Camelódromo tem a forma de um largo corredor, o qual ficam dispostos, lado a

lado, os 450 *boxes* que o compõem. Com sua reforma, o número de *boxes* poderia vir a ser duplicado.

Segundo Páris (2008)<sup>62</sup>, a primeira etapa do Projeto já havia sido encaminhada, consistindo em um levantamento do número de camelôs que deveriam ser realocados, deixando as calçadas da Avenida Coronel Estevam e das Ruas Amaro Barreto e Presidente Bandeira, destinando-se para os novos *boxes*. Com tal medida, a Prefeitura Municipal almeja, mais uma vez, determinar um espaço apropriado para que esses vendedores possam trabalhar.<sup>63</sup> (Ver Carta Imagem 02).

---

<sup>62</sup> Dados obtidos através de entrevista, em 14 de ago de 2008.

<sup>63</sup> Durante o percurso dessa pesquisa, acompanhou-se a implantação de tal projeto e constatou-se que até meados de 2009, o mesmo ainda não havia sido iniciado, prolongando a inadequada permanência dos ambulantes no Centro Comercial do Bairro do Alecrim.

**CARTA IMAGEM DO BAIRRO DO ALECRIM  
MUNICÍPIO DE NATAL - RN**



<p><b>Legenda</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #FF00FF; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Camelódromo</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #00FFFF; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Praça Gentil Ferreira</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #FF0000; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Feira do Alecrim</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; border-bottom: 2px solid blue; margin-right: 5px;"></span> Principais avenidas</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; border-top: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Limite do bairro do Alecrim</li> </ul>	<p>Sistema de Projeção: UTM, DATUM SAD 69, Zona 25 sul,</p> <p>Fonte: Imagem Aerofotogramétrica</p> <p>Elaboração: Wesley Brito</p> <p>Escala</p> <p>1: 11000</p> <p>290 145 0 290 Metros</p>	
---	---	--

**Cata Imagem 02 a – Bairro de Cidade Alta, Município de Natal/RN**  
**Fonte: Wesley Brito**

A idéia inicial, de acordo com o então Secretário da Semsur<sup>64</sup>, é reduzir o espaço físico dos *boxes* já existentes, para multiplicar os espaços designados aos novos *boxes*. Mas o referido secretário aponta as dificuldades enfrentadas pelo projeto, expressando, sobretudo, a ausência de recursos. E observa que<sup>65</sup>

A melhor saída seria verticalizar onde hoje é o camelódromo (no Alecrim) e incluir todos os ambulantes de Natal. Mas eu não tenho recursos para fazer um projeto como esse. Seria o ideal fazer no coração do Alecrim um mega shopping popular. Mas não tenho recursos e nem tempo hábil para fazer uma obra dessas. Estamos tentando construir a solução. Hoje está caótico porque não tem acessibilidade, higienização. Cada quiosque daquele tem dois ou três metros. Nosso primeiro trabalho é fazer o cadastro, que começamos semana passada. O cadastro nos dará um diagnóstico. Estamos reduzindo cada banca para um metro por oitenta. Independente do tamanho que ela tem hoje, ela será reduzida para esse tamanho. Tudo padronizado. (BARBOSA, 2007).

A citação expõe quais foram os objetivos do Projeto vislumbrado para os camelôs do Alecrim. Contudo, ressalta-se aqui que tal Projeto ainda se encontra em discussão, necessitando inclusive ser atualizado, visto ter se passado alguns anos, desde sua projeção, tempo suficiente para o mesmo ter modificado-se, e aprofundado-se os problemas envolvidos nesse contexto.

Observando a questão dos camelôs do Bairro do Alecrim, percebe-se que essa é fonte de contraditórias opiniões, pois, ao passo que são considerados por alguns como incômodos, visto dificultarem o acesso às lojas ou mesmo aglomerarem o já pequeno espaço físico restante no Alecrim, também o são, por outros como, atrativos para os consumidores, pois o Alecrim é um centro de compras basicamente popular. Ou seja, encontra-se “de um um tudo”<sup>66</sup>, para todas as classes sociais.

Por isso, no cerne da divergência entre os camelôs e os comerciantes estabelecidos no Bairro, há aqueles lojistas que vêem a permanência dos camelôs como importante para manter o grande número de frequentadores. Assim, dentre as maiores reivindicações dos empresários do Alecrim estão a reestruturação ou o deslocamento dos camelôs das ruas para um local apropriado, e não a proibição definitiva de sua presença no Bairro.

---

<sup>64</sup> No período em que foi realizada a coleta de dados junto a esse organismo municipal, (fevereiro de 2009), o Secretário da Semsur era o Senhor. Raniere Barbosa.

<sup>65</sup> O referido relato foi expresso em entrevista, concedida pelo Secretário da Semsur, Raniere Barbosa, ao Jornal Tribuna do Norte (BARBOSA, 2009).

<sup>66</sup> Expressão popular que designa a existência de uma infinidade de produtos no local

Contudo, deve-se perceber que esse é um posicionamento adotado em relação ao Alecrim, por se tratar de um local destinado, sobretudo à comercialização de produtos em geral. Porém, tal denotação não é uniforme diante da presença das inúmeras situações em que os vendedores podem ser encontrados na Cidade, principalmente, se esses estiverem ocupando um espaço no qual a venda de produtos não seja bem vinda pelos moradores ou lojistas, fato corriqueiro na Cidade<sup>67</sup>.

Assim como os camelôs acompanharam o crescimento desses dois bairros considerados como centros comerciais, foram igualmente se expandido pelas demais regiões da Cidade, à medida que a mesma ampliava seus grandes empreendimentos comerciais, como hiper mercados e *shopping centers*. Outros estabelecimentos focalizados pelos ambulantes como possíveis pontos de trabalho são as calçadas e canteiros próximos a escolas, a bancos, a Hospitais, e a Instituições voltadas ao público em geral, bem como a própria orla marítima, como se evidencia na Cidade do Natal, em suas praias urbanas.

Segundo Kairos (Fiscal da Semsur)<sup>68</sup>, toda a Cidade do Natal é abrangida pelo trabalho de fiscalização no controle dos vendedores que ocupam áreas proibidas ao comércio ambulante. Contudo, algumas áreas destacam-se pela incidência dos vendedores. Entre elas foram citadas:

*Praia de Ponta Negra, Bairros de Cidade Alta e Alecrim, devido ao forte comércio de rua estabelecido nessas áreas. Ponto de ônibus localizados nas calçadas dos grandes shoppings de Natal: Midwall, Via Direta e Natal Shopping, e Lateral do Banco do Brasil da Avenida Roberto Freire [Zona Sul de Natal] (KAIROS, 2009), (Informação verbal).*

Segundo Kairos (2009), tais locais são justamente os mais visitados pelos fiscais da Semsur, por serem alvos constantes de denúncias dos empresários e populares, que se avaliam prejudicados com a presença dos vendedores. Por isso, a fiscalização é sistematizada de acordo com denúncias, existindo também, esporadicamente, operações privilegiando algumas áreas determinadas. Mas, em geral, a visitação ocorre a partir de indicações de pessoas, não obedecendo assim um horário ou dias fixos.

O referido fiscal expressou também o procedimento utilizado no ato das visitas, destacando que:

---

<sup>67</sup> Comerciantes, bem como a população circunvizinha às áreas eleitas pelos ambulantes configuram a fonte de denúncias registradas pela Semsur. Em geral, estes focalizam a questão do uso inadequado do espaço público.

<sup>68</sup> As informações referentes a atuação da Fiscalização da Semsur, foram obtidas, junto a um dos fiscais dessa Secretaria, o Senhor: Kairos, em fevereiro de 2009, através de entrevista oral.

*A princípio, os comerciantes são abordados e informados quanto à irregularidade que estão fazendo, estando nessas áreas impróprias, e em seguida são notificados, fixando um prazo de 24 e/ou 72 horas para que os mesmos deixem o local. Quando eles [os vendedores ambulantes] não deixam esses locais, ocorre a apreensão das mercadorias. Os alimentos são doados para instituições assistenciais, e os não perecíveis são enviadas para armazém próprio da Semsur (Informação verbal).*

Em geral, as autuações são realizadas contando com a presença de uma guarnição, seja ela da Polícia Militar ou da Guarda Municipal. Esse apoio se dá no intuito de evitar maiores protestos quando do ato da abordagem, pois em alguns casos, comenta Kairos, os vendedores reagem de forma hostil<sup>69</sup>.

O aumento gradual dos camelôs acarreta a busca por novos pontos de venda, devido aos pontos existentes já se encontrarem saturados. Nesse cenário, percebe-se a instauração da concorrência juntamente com as ocupações atípicas.

Guiados por essa necessidade, os camelôs se apropriam de novas localidades. É o que ocorreu com as proximidades do Natal Shopping e Via Direta, e vem se repetindo com os novos empreendimentos. Nota-se diante de um dos novos shoppings de Natal, o Midwall May<sup>70</sup>, a presença de camelôs em determinados horários, essencialmente à noite, seguindo os mesmos moldes da atividade desenvolvida nos shoppings citados anteriormente.

Essa transferência dos camelôs para outras áreas em expansão reflete o reordenamento também do setor terciário, que em busca de novos mercados estende-se por toda a cidade do Natal, ao longo dos anos, descentralizando e expandindo os empreendimentos desse setor, apresentando assim, para os vendedores informais, novas oportunidades. Percebe-se, com isso, que esses trabalhadores percorrem as trilhas delineadas pelo setor terciário.

Deve considerar-se que esses novos locais nos quais o comércio vem se enraizando não descartou as áreas pré-existentes. Na verdade, essa expansão acompanha o crescimento urbano da Cidade do Natal. São novos centros comerciais, destinados ao também emergente mercado consumidor. Esse reordenamento, guiado pela busca de novos mercados

---

<sup>69</sup> Por outro lado, foi relatado por vendedores da passarela dos *Shoppings* Via Direta e Natal Shopping que o posicionamento dos fiscais é diverso, oscilando desde a orientação a recolherem as mercadorias expostas, chegando inclusive ao uso da força física. Nas entrevistas realizadas junto a esses vendedores, a autuação dos fiscais da Semsur foi apontada como um dos principais problemas vivenciados por esses trabalhadores.

<sup>70</sup> O Midwall May, localizado à Avenida Bernardo Vieira, construído em 2007, é um dos recém-inaugurados centros de compras de Natal. Nesse novo *shopping* vem ocorrendo a concentração de vendedores em seu ponto de ônibus, analogamente ao que se registra no Natal Shopping e Via Direta, local eleito por essa pesquisa

consumidores, foi evidenciado junto aos sujeitos dessa nossa pesquisa<sup>71</sup>. E pois estes foram unânimes em concordar que o principal motivo que os direcionou para as margens da passarela do Natal Shopping e do Via Direta foi o grande fluxo de pedestres que “transitam” entre ambos os lados da Avenida Senador Salgado Filho.

Prometeu (2009) – 42 anos<sup>72</sup>, ao justificar sua escolha por esse local, esclarece:

*Aqui [calçada do Shopping Via Direta] é um lugar muito movimentado, e aqui é o único lugar que a gente vende mesmo, por exemplo ali na rua [mostrando as proximidades do shopping] vai vender a quem?. Não vende, porque o povo passa tudo pra cá, aqui se protege do sol da chuva, às vezes quer uma bala [confeitos] (Informação verbal).*

Outras expressões nesse sentido foram explicitadas como: “[...] *aqui a gente vende mais do que no Centro, tem mais gente [...]*”. (ULISSES (2009)<sup>73</sup>. (Informação verbal).

Ou ainda, a fala a seguir, que revela dentre as motivações que direcionam os vendedores para áreas mais afastadas dos grandes centros, a fuga da concorrência instaurada nesses locais e a falta de espaços para novos vendedores:

*Aqui [calçada do Natal Shopping] passa muita gente, e também foi o único canto que arranjei para ficar. Às vezes vou para a Caixa Econômica do Alecrim, fico lá um pedacinho, depois vou para o Banco do Brasil, fico assim como ambulante, mas isso para minha idade não dá mais certo, por isso também que fico aqui, para não tá andando (ADÔNIS, 2009)<sup>74</sup>, (Informação verbal)*

O Natal Shopping e o Via Direta despontaram na década de 1990, erguidos na Zona Sul de Natal. Localizados em uma das principais avenidas comerciais da Cidade, estando inseridos nos limites do bairro de Lagoa nova<sup>75</sup> (Ver Carta Imagem 03).

<sup>71</sup> A identificação dos vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e do Via Direta ocorrerá através de uma nomenclatura fictícia para preservar o anonimato dos entrevistados. Serão empregados para identificá-los nomes próprios, extraídos da Mitologia Grega.

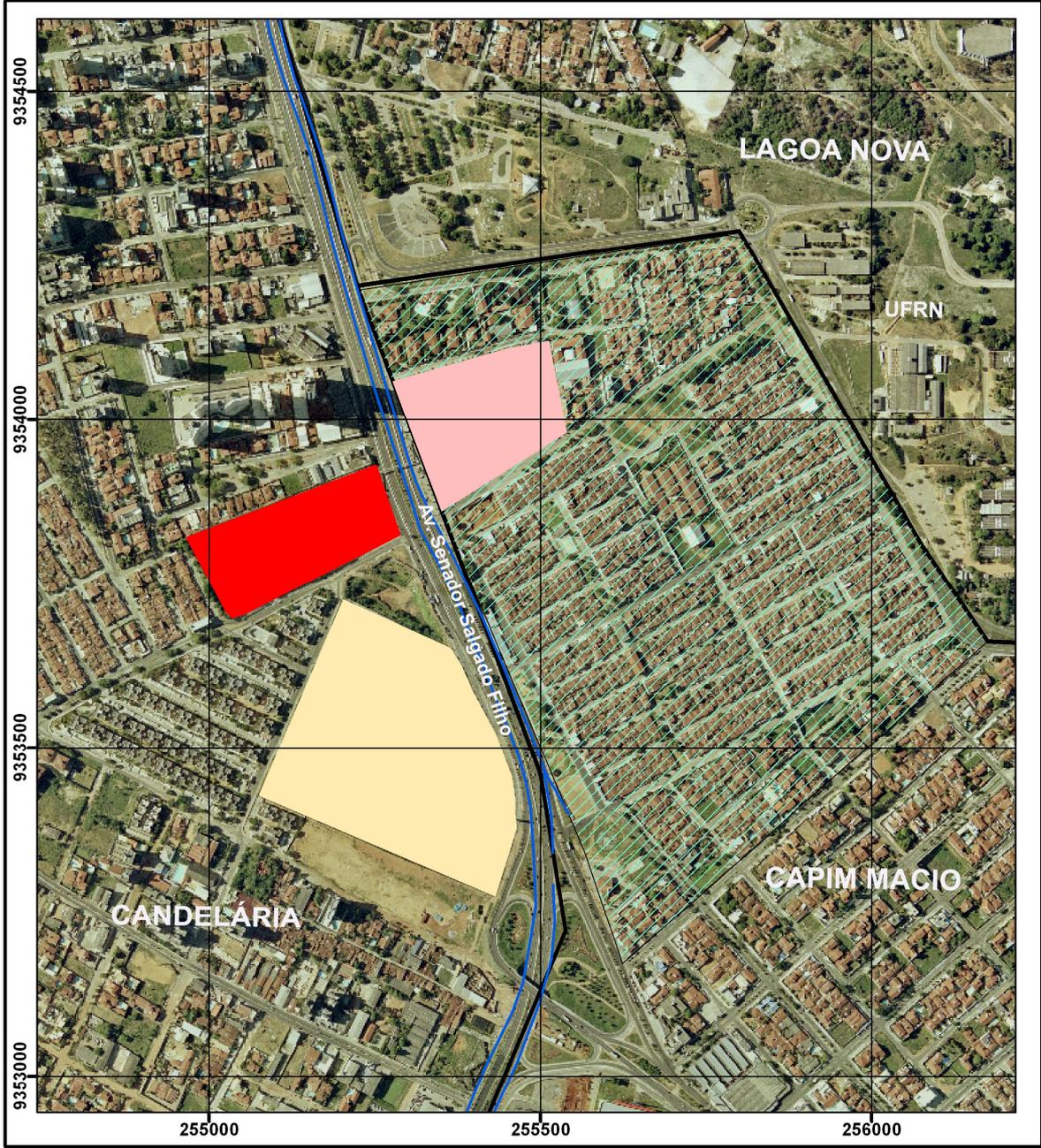
<sup>72</sup> Prometeu (2009) – 42 anos –, é natural de Currais Novos, interior do RN. Morou durante vinte anos em Minas Gerais, estando na Capital Potiguar, há apenas dois anos, quando resolveu retornar para seu Estado, no intuito de visitar familiares e acabou não retornando para o Sudeste. O mesmo foi abordado quando vendia balas na calçada do Shopping Via Direta.

<sup>73</sup> Ulisses (2009) é natural de Macau, interior do RN. Reside em Natal/RN há 15 anos. Antes de atuar como vendedor ambulante, Ulisses foi pedreiro por dez anos, porém devido a escassez de oportunidade de trabalho, migrou para a atividade de camelô.

<sup>74</sup> Adônís (2009) – 69 anos –, vende guarda-chuva, chaveiros, óculos de sol na calçada do Natal Shopping. Já é aposentado, mas continua atuando informalmente, com o objetivo de complementar sua renda, pois avalia que apenas o salário mínimo recebido por seu benefício não é suficiente para cobrir as suas despesas mensais.

<sup>75</sup> Segundo Souza (2008) a Zona Sul teve início com o bairro de Lagoa Nova. Essa área ganha nos anos 1960, 1970 e 1980, grandes investimentos públicos, como: “[...] conjuntos habitacionais, o Estádio Machado, o Centro Administrativo do Estado, o Campus Universitário da UFRN, a CEASA, palácios e numerosas residências de elevado padrão” (p. 601).

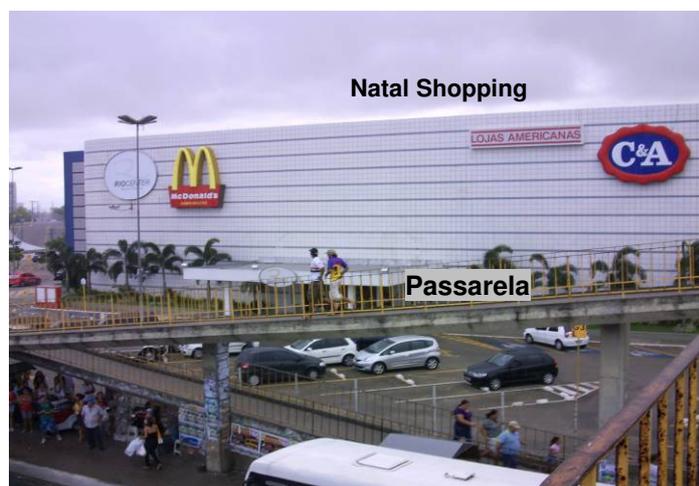
CARTA IMAGEM DO CONJUNTO MIRASSOL  
MUNICÍPIO DE NATAL - RN



<p><b>Legenda</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: yellow; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Carrefour</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; border: 1px dashed cyan; margin-right: 5px;"></span> Conjunto Mirassol</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: red; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Natal Shopping</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: pink; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Via Direta Shopping</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; border-bottom: 2px solid blue; margin-right: 5px;"></span> Principais avenidas</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Limite de bairros</li> </ul>	<p>Sistema de Projeção: UTM, DATUM SAD 69, Zona 25 sul,</p>	
<p>Fonte: Imagem Aerofotogramétrica</p>	<p>Elaboração: Wesley Brito</p>	
<p><b>Escala</b> 1: 8000</p> <p>200 100 0 200 Metros</p>		

Cata Imagem 02 a – Bairro de Cidade Alta, Município de Natal/RN  
Fonte: Wesley Brito

O Natal Shopping (Foto 06), inaugurado há 17 anos – junho de 1992 –, hoje contempla 122 lojas, distribuídas em seus 43.694 m<sup>2</sup> de área construída. Localizado à Avenida. Senador Salgado Filho, no sentido Centro – BR 101, atende, de acordo com seu perfil, a consumidores das classes sociais A e B.



**Foto 06:** Imagem frontal do Natal Shopping. Na parte inferior da ilustração, vendedores e alguns usuários que aguardam o transporte público.

**Fonte:** Joilma, setembro, 2009.

Paralelamente ao Natal Shopping, no outro lado da mesma avenida, foi inaugurado em 1995 há 14 anos – o Shopping Via Direta (Fotos 07 e 08). Esse, por sua vez, tem um cariz mais popular, pois além de oferecer lojas diversificadas, voltadas para todas as classes sociais, comporta ainda serviços como: escola de língua, auto-escola, postos de venda de *tickets* estudantil e vales transportes, serviços de consertos e manutenção em geral, bem como acolhe, em suas instalações, uma agência da “Central do Cidadão”<sup>76</sup>, atraindo pessoas que buscam este *shopping* para outros fins além dos comerciais.

<sup>76</sup> A Central do Cidadão é uma iniciativa do Governo do Estado para auxiliar os cidadãos a resolver assuntos de seu interesse perante companhias e órgãos públicos. No mesmo local, pode-se encontrar: órgão emissor de documentos (identidade, cpf, outros); Polícia Federal; DETRAN; empresas de serviços públicos (telefônica, eletricidade, esgoto); Justiça Eleitoral.



**Foto 07:** Vista frontal do Shopping Via Direta.  
**Fonte:** Joilma, Setembro, 2009.



**Foto 08:** Vista frontal do Shopping Via Direta, contemplando as rampas da passarela.  
**Fonte:** <http://media.photobucket.com/image/via%20direta/esouzab/Rio%20Grande%20do%20Norte/Natal/DSC03838.jpg>

No tocante à avenida na qual se localizam ambos os *shoppings*, percebe-se, ao longo de sua extensão, seja nos pontos de ônibus ou diante de alguns empreendimentos lojistas, a presença dos camelôs.

No caso dos vendedores estabelecidos diante dos *shoppings*, esses têm como espaço para trabalhar apenas a extensão de suas calçadas frontais, que coincide com o ponto de ônibus presente nas mesmas. Como cobertura tem-se apenas o abrigo destinado aos trasuantes que aguardam sua condução, bem como um pequeno “braço” de concreto, que é, na verdade, a estrutura que ergue e sustenta a passarela responsável por interligar ambos os *shoppings*. Daí resultar na identificação atribuída a esses trabalhadores: “vendedores da passarela do Natal Shopping” (Fotos 09 e 10):



**Foto 09:** Calçada do Natal Shopping  
**Fonte:** Joilma, setembro, 2009.



**Foto 10:** Vendedor de batatinhas, trabalhando na calçada do Natal Shopping  
**Fonte:** Joilma, setembro, 2009.

Entre as mercadorias comercializadas, como já nos referimos nesse trabalho, os alimentos – churrascos, batata frita, picolé, refrigerantes, água de coco e mineral, balas, chocolates, milho, canjica, pipocas, salgados e cachorro quente – e os CD e DVD despontam como majoritários, entre outros que vêm os complementar, como: bijuterias, bolsas, sombrinhas – sazonal –, óculos e acessórios para celular.

Como expositores de suas mercadorias esses vendedores dispõem, em sua maioria, de carrinhos, suportes, caixas térmicas e alguns ainda se utilizam de assentos, no caso daqueles que comercializam churrascos e bebidas, oferecendo assim acomodação aos seus clientes. A própria passarela não é usada apenas como cobertura, protegendo do sol intenso ou de chuvas eventuais, mas sua própria estrutura – grades de proteção – é usada como expositores pelos camelôs, ressaltando que alguns deles ficam em seu percurso no intuito de serem evidenciados pelas pessoas que a utilizam (Foto 11).



**Foto 11:** Ambulante expando suas mercadorias, nas estruturas de proteção da Passarela que liga o Natal Shopping ao Via Direta.  
**Fonte:** (TRIBUNA..., 2009).

Em relação à disposição dos vendedores situados em locais como os citados acima, tem-se uma dimensão reduzida analogamente à encontrada nos bairros comerciais, devido ao também reduzido espaço no qual esses tentam se fixar. No caso, por exemplo, dos vendedores dos *shoppings* referenciados, estima-se com base em observações realizadas durante essa pesquisa, que haja diariamente em torno de 35 a 40 vendedores em ambas as margens da passarela. Por não se tratar de um ponto regularizado, esse número oscila cotidianamente, pois como comprovado nas entrevistas junto aos mesmos, alguns não trabalham todos os dias ou atuam em outras áreas da Cidade, enquanto outros só freqüentam a passarela em determinados horários.

Apesar do número reduzido de camelôs em proporção aos encontrados nos centros comerciais, nesse ambiente se identifica a reprodução das mesmas problemáticas: utilização inadequada do espaço público, comercialização ilegal de produtos, conflitos entre esses indivíduos e os agentes da fiscalização municipal, entre outros.

Nesse sentido, sublinha-se a atividade do camelô – fixo ou ambulante – como de considerável presença na cidade de Natal, entendendo-a como um dos ramos praticados na informalidade, que viabiliza a sobrevivência de muitos indivíduos que, ou por “optarem” ou por não perceberem outra forma de atividade, extraem das vendas o seu sustento.

Deve-se ainda considerar que apesar das propostas do poder público face às questões envolvidas a esses trabalhadores, os mesmos não dispõem de condições dignas de trabalho, não podendo, dessa forma, também oferecer para a população os benefícios que procuram, tornando-se assim pauta de divergências na sociedade, posto que apesar de “desagradar” a alguns, os camelôs, progressivamente, tornam-se figuras constante do cotidiano da cidade, convivendo, seja com aquele consumidor que vai até o seu encontro no Alecrim, ou com um motorista que pára em um semáforo e se depara com um vendedor de água mineral ou de flanela.

### **4.3 O trabalho na rua – os camelôs da passarela do Natal Shopping e Via Direta**

Os dados a seguir foram obtidos por meio da pesquisa de campo aplicada aos vendedores ambulantes, distribuídos entre as calçadas dos *shoppings* Via Direta e Natal Shopping, situados à Avenida Senador Salgado Filho, Bairro de Lagoa Nova, Zona Sul de Natal/RN. Tal cenário, como já nos referimos neste trabalho, constituiu-se *lócus* dessa pesquisa, em considerando a concentração de vendedores aglomerados nas calçadas de ambos

os *shoppings*, tornando-se notório o fato de compartilhar com os trasuantes o pouco espaço utilizado como ponto de ônibus para as pessoas que transitam nessas imediações<sup>77</sup>.

Foram aplicados 30 formulários (Ver apêndice I), entre os meses de janeiro a abril de 2009, com questões abertas e fechadas, que buscaram, além de caracterizar socioeconomicamente os vendedores ambulantes estabelecidos nesse local, apreender também, algumas singularidades que norteiam sua presença nesse tipo de ocupação.

Vale salientar, que o universo dessa pesquisa compreendeu a quase totalidade dos trabalhadores camelôs da passarela, pois a quantidade de vendedores que trabalham diariamente junto aos *shoppings*, varia de acordo com os dias da semana, bem como se diferencia em relação a horários distintos. Entretanto, o número é em média, alternado entre 30 e 40 ambulantes. Registramos uma maior presença de vendedores ao entardecer, - a partir das 17 h, uma vez que esse horário, além de ajustar-se ao maior fluxo de pessoas naquele local, é também o horário mais propício, segundo a Semsur, para o início das atividades. Assim, na pesquisa, entrevistamos cerca de 75% dos sujeitos presentes na passarela do Natal Shopping e Via Direta que desvelaram seu cotidiano.

A determinação da Semsur sobre a fixação desse horário emergiu diante da persistência dos vendedores em se fixarem em tais pontos. Como não se trata de uma área livre para o trabalho dos vendedores ambulantes, foi acordado que os mesmos evitariam se instalar fora do horário combinado com a Semsur. Todavia, em consonância com as informações a seguir, observamos que esse horário estabelecido é constantemente “alterado”, pois as vendas acontecem durante todo o dia.

De acordo com a estimativa baseada em observações realizadas em dias e horários aleatórios, pôde-se estimar que havia uma média diária de 19 vendedores localizados na calçada do shopping Via Direta e um número aproximado de 15 vendedores na calçada do Natal Shopping.

Os relatos dos entrevistados ressaltaram cenas da realidade vivenciadas no cotidiano desses trabalhadores. Suas falas desvendaram algumas das dificuldades e obstáculos que se interpõem ao seu trabalho, como: altas jornadas diárias de trabalho, fuga da fiscalização municipal e violência. Apreendemos particularidades dos sujeitos dessa pesquisa: sexo, idade, escolaridade, renda, entre outras, elencadas a seguir. Dos 30 entrevistados, abordamos 19 camelôs localizados na calçada do Via Direta e 11 que estavam à frente do Natal Shopping.

---

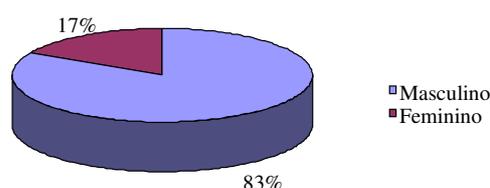
<sup>77</sup> A localidade na qual se inserem esses dois grandes *shoppings* de Natal – Via Direta e Natal Shopping é atrativa à população local, pois aglomera desde importantes estabelecimentos comerciais, como hiper-mercados, até escolas públicas e particulares, além de compartilhar do mesmo bairro com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Deste universo, os entrevistados se apresentaram subdivididos, entre 25 homens e 05 mulheres (Ver Gráfico 01). Estudos que investigam a distribuição por gênero no trabalho por conta própria asseveram que essa prevalência masculina é notória entre todas as regiões metropolitanas pesquisadas (INSTITUTO..., 2009a)<sup>78</sup>. Contudo, vêm assinalando-se acréscimos da presença feminina nesse arquetipo de ocupação em relação aos últimos anos, conforme dados do IBGE:

Dos 4,1 milhões de trabalhadores por conta própria, em março de 2008, 60,8% eram homens e 39,2%, mulheres, acusando uma participação das mulheres menor do que na população ocupada (44,1%). No período de março de 2002 a março de 2008, para o total das Regiões Metropolitanas, houve um incremento de 4,9 pontos percentuais na participação feminina nos trabalhadores por conta própria e 1,7 ponto percentual na população ocupada. (INSTITUTO..., 2009a, p. 11).

Observamos, no caso das 5 mulheres entrevistadas, que 3 dessas são chefes de família; ou seja, provêm o sustento de seus lares, enquanto as demais estavam na labuta no sentido de auxiliar seus companheiros, configurando assim um trabalho conjunto do núcleo familiar.

O número reduzido de mulheres nessa atividade face ao número de homens, pode ser relacionado entre outros determinantes, aos aspectos sócio-culturais, pelos quais se estabelece uma predominância masculina no mercado de trabalho.



**Gráfico 01** – Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs de acordo com o sexo  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009.

Um dado relevante se reporta ao fato de que 04 (13,33%), dos 30 (86,66%) entrevistados não eram donos de seus próprios negócios, mas trabalhavam para terceiros ou familiares. Um dos aspectos que observamos nesse contexto é a aguda precarização do trabalho desses indivíduos, traduzida nos ínfimos ganhos percebidos por tais trabalhadores

<sup>78</sup> Estudo pautado na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), considerando o intervalo entre os anos de 2002 e 2008.

semanalmente. Estes são detentores das mais baixas rendas expressas durante a pesquisa, cujos rendimentos mensais se limitam a pouco mais do que  $\frac{1}{2}$  salário mínimo<sup>79</sup>.

O entrevistado Menelau (2009) – 15 anos, é um dos vendedores inscrito nessa realidade exposta anteriormente. Natural de Serra Caída, interior do Estado, reside em Natal/RN há apenas 2 meses, período esse que vinha trabalhando com familiares, uma vez que sua tia tem carros de balas e churrasco, instalados na calçada do Natal-Shopping. O adolescente revelou que retornará para seu município, ficando em Natal apenas por algum tempo, para ganhar alguns “tostões”. A insatisfação quanto á sua atual ocupação transparecia tanto em seu “desejo” de regressar para a sua cidade quanto, por se referir à sua renda. Quando foi indagado sobre quais os motivos que o levaram a ser vendedor, o mesmo respondeu:

*Estou por aqui com minha tia para ganhar alguns tostões, mas não quero ficar aqui não. Assim que dê, eu vou voltar para minha casa, lá em Serra. Eu não quero passar muito tempo aqui vendendo pros outros e ganhando uma micharia. (MENELAU, 2009), (Informação verbal).*

Ao longo da entrevista, Menelau (2009) revelou que tanto trabalhava à frente do carrinho de balas como vendedor quanto auxiliava no preparo dos churrascos que seriam comercializados por um outro jovem. Ou seja, sua função variava de acordo com a necessidade de seus “empregadores”, tornando seu trabalho ainda mais precário, pelo fato de revelar sua intensa carga horária. Esta excedia, o tempo em que o mesmo encontrava-se no local das vendas, adentrando inclusive, no período em que se encontrava em sua casa, onde exercia outras atividades, posto que morava com seus parentes que o tinham empregado.

Além de termos observado durante a coleta de dados que alguns vendedores ambulantes tinham mais de um carrinho ou expositor de vendas, empregando assim a terceiros, notamos também que havia ligação de parentesco entre alguns vendedores estabelecidos na passarela dos *shoppings*, tendo ocorrido inclusive o fato de entrevistarmos pai e filha que tinham o foco no mesmo produto – balas –, sendo que cada um trabalhava para si; e cada qual se encontrava instalado em um dos lados da passarela.

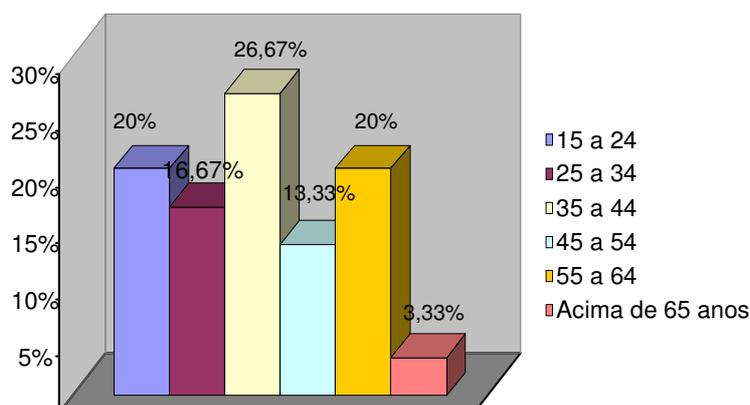
No tocante à idade dos entrevistados, desvendamos a presença de vendedores nas várias faixas etárias, com forte participação daqueles entre 35 a 44 anos (26,67%), seguidos dos vendedores entre 55 a 64 anos (20%), conforme Gráfico 02. Observamos assim, que o delineamento de tal recorte reflete o desemprego que atinge essa faixa etária, posto que é uma

---

<sup>79</sup> Considerando para o presente estudo, o valor atual do Salário Mínimo é de R\$ 465,00.

tendência do mercado descartar os indivíduos que ultrapassam uma determinada idade, sobretudo, quando estes perdem seus antigos postos de trabalho tardiamente.

O recorte estabelecido pela faixa etária de 15 a 24 anos também atingiu os 20%. Nesse caso, apreendemos a presença da população jovem nas atividades informais, refletindo entre outros motivos, a ausência de vagas para aqueles que almejam adentrar no mercado de trabalho. Essa população, em geral, vem se submetendo a formas atípicas de ocupação. Em alguns casos, para suprir necessidades econômicas de suas famílias, auto-sustentar-se, e mesmo tentar com a renda obtida através de tais ocupações, a manutenção de seus estudos, visando com esses, a uma melhor posição no mercado de trabalho.



**Gráfico 02** – Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs de acordo com a faixa etária.  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009.

O expresso pelo entrevistado Apolo (2009) – 63 anos –, ao responder sobre quais os motivos que o levaram a ser vendedor ambulante são reveladores de como o critério da faixa etária obstaculariza a permanência dos trabalhadores no mercado<sup>80</sup>. Ao ser indagado por que se encontrava na atividade de camelô, este respondeu:

*[...] foi por causa da discriminação da idade. Passei necessidade porque as pessoas tinham o emprego, mas não me davam. Olhavam a carteira [de trabalho] e diziam que era bonitinha, mas não me queriam porque eu já tinha mais de 50 anos. Achavam que eu não dava mais para o serviço (Informação verbal).*

<sup>80</sup> O referido senhor, é vendedor ambulante há oito anos, e como o mesmo relata, iniciou a trabalhar, desde sua infância, passando por algumas atividades como: a agricultura e a construção civil, trabalhando ainda como auxiliar de estivador (Caís de portos no Sul do país).

Para aqueles acima de 40 anos, o desemprego se configura mais preocupante, se além da idade combina-se uma baixa escolaridade, pois atividades que exigem maior rigor físico, - como o ramo da construção civil -, descartam seus trabalhadores mais precocemente do que outras atividades, nas quais priorizam-se melhores qualificações superiores.

A realidade inscrita nesse cenário se relaciona com os indicativos da PME<sup>81</sup> porque, em nível nacional, a faixa etária acima de 50 anos é a de maior presença entre os trabalhadores por conta própria. A menor incidência é a faixa etária que vai de 14 a 17 anos. Apesar da dificuldade enfrentada pelos jovens em adentrarem no mercado de trabalho, estes não são maioria nas atividades por conta própria. Tomazini (1995, p. 67) observou em seus estudos que

Uma parcela muito grande dos homens que trabalham por conta própria com uma remuneração muito pequena é formada de pessoas que, por sua elevada idade, foram excluídas de outros empregos ou, ao se aposentarem, foram obrigadas a trabalhar por conta própria por qualquer remuneração para complementar o pequeno valor de suas respectivas aposentadorias.

No tocante à presença daqueles entre as faixas etárias de 25 a 34 (16,67% dos entrevistados), tem-se a exclusão de uma população do mercado de trabalho em plena atividade, apta enquanto mão-de-obra em funções diferentes. Nesse caso, são os indicativos do maior desemprego que justificam sua “opção” pelo mercado informal.

O ordenamento dos vendedores da passarela do Natal Shopping/Via Direta, face à escolaridade, demonstrou expressiva maioria concentrada nos indivíduos que possuem o Ensino Fundamental incompleto (66,33%). Em ambos os sexos, registrou-se considerável presença, pois 64% dos homens e 60% das mulheres apresentaram essa escolaridade.

Em seguida, têm-se os que possuem o Ensino Médio (13,33%), sendo que, considerando a proporcionalidade entre os sexos, tem-se uma maior expressão de mulheres (20%) face ao número de homens (12%). Já outros indivíduos encontravam-se na condição de analfabetos (10%). Esse dado foi encontrado apenas entre homens (12%). Detendo os menores índices, tem-se o grupo formado por aqueles que possuem o Ensino Fundamental (6,67%), sendo o sexo feminino maioria (20% em contraposição a 4% de homens); e o Ensino Médio incompleto (6,67%), configurado apenas por homens (8%) (Ver Tabela 05).

---

<sup>81</sup> Segundo PME: “[...] Para o total das Seis Regiões Metropolitanas, os trabalhadores por conta própria nos grupos de 40 a 44 anos, 45 a 49 anos, 50 a 59 anos e 60 anos ou mais têm percentuais de participação acima daqueles verificados na população ocupada total. A faixa de idade de 50 a 59 anos é a de maior concentração entre os trabalhadores por conta própria” (INSTITUTO..., 2009c, p. 14).

TABELA 05 – Relação dos vendedores ambulantes/camelôs entre sexo e escolaridade

Escolaridade	Sexo				Subtotal	
	Masculino		Feminino		Absoluto	Relativo
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo		
Analfabeto	3	12,00	0	0,00	3	10,00
Ensino Fundamental	1	4,00	1	20,00	2	6,67
Ensino Fundamental incompleto	16	64,00	3	60,00	19	63,33
Ensino Médio	3	12,00	1	20,00	4	13,33
Ensino Médio incompleto	2	8,00	0	0,00	2	6,67
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100,00</b>	<b>5</b>	<b>100,00</b>	<b>30</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

É possível associar-se esse demonstrativo com a dinâmica traçada pelo mercado de trabalho, como tradutor das transformações acarretadas com a reestruturação do capital, pela qual se exige um nível de qualificação maior para as contratações no mercado formal. Diante de um exército de reserva abundante, essas exigências tornam-se acentuadas, posto que o empregador pode alocar um trabalhador até mesmo com qualificações que excedam as atribuições necessárias para execução das atividades.

Embora a informalidade não seja receptáculo exclusivo de indivíduos com baixa escolaridade, algumas de suas atividades se tornam convidativas por não exigirem qualificações mais esmeradas, tornando-se uma opção para aqueles que se encontram à margem do mercado formal de trabalho.

O exposto através dos dados acima advertem também para o baixo índice de escolaridade da PEA em sua totalidade; ou seja, aludindo-se inclusive aos trabalhadores do mercado formal. Em Natal/RN, segundo estudos do DIEESE, sustenta-se que:

O nível de instrução da PEA é bastante baixo na região metropolitana de Natal, uma vez que 38,9 de seus componentes não chegaram a completar o 1º grau e 9,8% são alfabetizados. Apenas 21,3% dos trabalhadores possuem o 2º completo (DEPARTAMENTO..., 2002, p. 08).

Assim, percebemos que a baixa escolaridade tem sido uma característica substancial a todo mercado de trabalho, sobretudo, no Nordeste.

A escolaridade precária como empecilho para possíveis contratações foi confirmada em relatos como o do entrevistado Dionísio (2009) – 25 anos. Indagou-se ao mesmo se tinha como objetivo retomar os estudos. Apesar de ser taxativo em não cogitar seu regresso à escola, observou sua importância no tocante à empregabilidade, e expressou:

*Não! Só às vezes é que eu penso assim, em voltar a estudar, mas não tenho muita vontade não. Um tempo desses já precisei e não tinha [o estudo] (DIONÍSIO, 2009), (Informação verbal).*

E continua:

*[...] Talvez se eu tivesse estudado não estava nessa situação, e agora fica muito difícil porque passo o dia inteirinho aqui, só vou pra casa à noite, aí para estudar fica muito puxado (DIONÍSIO, 2009), (Informação verbal).*

Dionísio (2009) é natural da Paraíba. Atualmente, reside em São Gonçalo do Amarante/RN, - RMN. Há oito anos trabalha como vendedor; ou seja, desde os 17 anos exerce esta atividade. Demarca-se, na trajetória de Dionísio, que o mesmo iniciou suas atividades de vendedor negociando com vales transportes. Mas, com a extinção destes, devido a implantação da bilhetagem eletrônica, teve que mudar seu foco, transferindo-se para a atividade de vendedor de DVD. Nessa função, encontra-se há um ano. Quanto à sua escolaridade, o referido vendedor possui apenas o Ensino Fundamental incompleto.

Observamos que os entrevistados logo associam o regresso aos estudos a maiores oportunidades de melhoria de vida e confirmam já terem se prejudicado por não possuírem maiores qualificações. Semelhante conclusão norteia também o entrevistado Apolo (2009) – 63 anos, ao responder a essa mesma questão quanto ao seu retorno aos estudos, quando diz:

*[...] acho muito importante o estudo. Não tenho inveja de quem tem dinheiro, de quem tem saúde, tenho inveja de quem tem cultura, de quem sabe se expressar, isso sim, me causa inveja. Por conta da falta de estudo perdi muitas coisas, poderia estar numa situação melhor, num emprego melhor (APOLO, 2009), (Informação verbal).*

Personagem do mercado informal de ricas expressões, observamos que este trabalhador como tantos outros é vítima, como ele mesmo enunciou, do preconceito, devido à sua idade, considerada avançada para o mercado de trabalho. O mesmo aprendeu a ler sozinho, pois não frequentou a escola, uma vez que desde muito cedo precisou trabalhar. Apolo trabalha como vendedor de balas na calçada do Via Direta. Entrevistamos o mesmo em um horário pouco propício – mas era o que lhe convinha – às 12 h, horário em que seu ponto de venda estava exposto ao sol do meio-dia.

Essa avaliação quanto à importância da educação para o mercado de trabalho ou mesmo para uma melhor qualidade de vida não é unânime entre os entrevistados, visto que

50% dos mesmos gostariam de voltar a estudar, enquanto 50% afirmaram não terem esse objetivo.

Contrastando-se a pretensão em retornar aos estudos com a faixa etária dos entrevistados, percebemos que essa intenção esteve presente em todas as faixas etárias, sobressaindo-se naquelas subdivididas entre 25 a 34 anos (28,57%) e 35 a 44 anos (28,57%). Notamos ainda que, no cerne dos classificados entre 15 a 24 anos, há uma equivalência entre os que desejam ou não voltar a estudar. A maioria dos que enunciaram não terem esse planejamento estão nas faixas etárias entre os 35 a 44 anos (28,57%); 55 a 64 anos (28,57%), seguida daquela delineada entre as faixas de 45 a 54 anos (21,43%). (Ver Tabela 06).

**Tabela 06** - Relação dos vendedores ambulantes/camelôs quanto a sua faixa etária e a sua intenção em voltar a estudar

Faixa etária	Objetivam estudar				Total	
	Sim		Não		Absoluto	Relativo
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo		
15 a 24	2	14,29	2	14,29	4	14,29
25 a 34	4	28,57	1	7,14	5	17,86
35 a 44	4	28,57	4	28,57	8	28,57
45 a 54	1	7,14	3	21,43	4	14,29
55 a 64	2	14,29	4	28,57	6	21,43
Acima de 65	1	7,14	0	0,00	1	3,57
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100,00</b>	<b>14</b>	<b>100,00</b>	<b>28</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

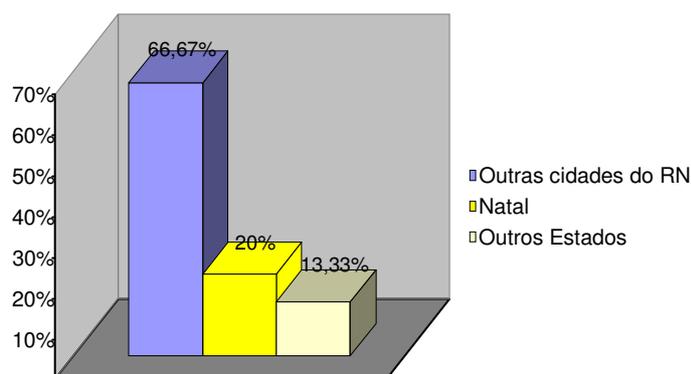
Observando-se a referida tabela, identificamos que 50% dos vendedores que não intencionavam continuar seus estudos – e no caso, de alguns iniciá-los –, possuíam mais de 45 anos. A idade foi um dos determinantes empregados para justificar tal posicionamento, sendo perceptíveis falas como a de Narciso (2009) – 60 anos<sup>82</sup>, quando indagado se gostaria de voltar a estudar: “[...] Não. Não pude estudar quando mais novo, agora também não quero mais, deixo para quem ta mais jovem” (Informação verbal). O mesmo identificou-se junto ao vendedor Ícaro (2009) – 53 anos –, pois esse também não vislumbra o estudo como positivo, diante da idade que possui. E afirma, referindo-se a voltar a estudar: “Não. Antigamente, pensava porque a gente precisa às vezes, mas hoje acho tarde pra retornar, também já estou muito cansado, não tenho mais cabeça pra essas coisas” (Informação verbal).

<sup>82</sup> Narciso (2009) é natural de Monte Alegre/RN, e mora em Natal/RN há 30 anos. Após ter trabalhado muitos anos em várias atividades do mercado formal, resolveu trabalhar por conta própria, e passou a ser vendedor ambulante, atividade que exerce há 13 anos.

Ícaro (2009), nascido em Parelhas/RN, mora atualmente em Natal/RN. Trabalha como vendedor há onze anos. Antes de atuar nessa ocupação, trabalhou como servente no ramo da construção civil. Foi também agricultor, quando ainda morava no interior do Estado.

Em outros casos, o estudo aparecia no discurso de alguns dos vendedores, como incompatível à sua ocupação atual, como ilustrado no relato de Atena (2009) – 45 anos<sup>83</sup>: “*Não. Nunca pensei sobre isso [retomar os estudos], trabalho tanto que me falta tempo para isso. E me acho velha para começar tudo de novo. Agora não dá mais*” (Informação verbal). E em outros casos, os vendedores não apontavam motivações, mas sim, antipatia em relação aos estudos, confirmando sua recusa para tal.

Quanto à naturalidade, a pesquisa constatou que 66,67% dos vendedores entrevistados, migraram do interior do RN; enquanto os demais, 33,33%, integram-se tanto como trabalhadores naturais de Natal quanto como advindos de outros Estados brasileiros, conforme detalhado no Gráfico 03.



**Gráfico 03** – Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs conforme procedência.  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009.

Esse movimento migratório entre as cidades norte-riograndenses se atrela ao fato de Natal/RN ser a capital do Estado, configurando-se como receptáculo da população que busca melhores condições de vida<sup>84</sup>.

Elaborando uma análise comparativa entre as faixas etárias dos migrantes (Ver Tabela 07), obtém-se que os que vieram de outras cidades do RN não apresentam divergências acentuadas quanto à suas representações nas distintas faixas etárias, pois 20% dos

<sup>83</sup> Atena (2009) – 45 anos –, nasceu em Santana dos Matos/RN, e mora atualmente em Natal/RN, onde trabalha como vendedora há 30 anos, sendo essa sua única ocupação desde os 15 anos.

<sup>84</sup> No estado do RN, os dois principais pólos urbanos são Natal, juntamente com os municípios que conformam a Região Metropolitana, e Mossoró (FRANÇA, 2003).

entrevistados estavam com idade de 15 a 24 anos, 15% estavam na faixa de 25 a 34 anos, 25% na faixa de 35 a 44 anos, 15% na faixa de 45 a 54 anos e 25% na faixa de 55 a 64 anos.

Esse equilíbrio entre as faixas etárias reflete que o movimento migratório direcionado à capital do Estado é um processo que, apesar de despertado por volta da década 1970, continua presente nos últimos anos.

Considerando-se aqueles vindos de outros estados brasileiros, identifica-se uma maioria com mais idade, posto que todos os entrevistados nessa condição tinham mais de 35 anos. Destes – 50% - tinham entre 35 a 44 anos, 25% encontravam-se na faixa de 45 a 54 anos, enquanto que os demais 25% tinham de 55 a 64 anos. Os determinantes mais citados por esse contingente para fundamentar sua vinda ao RN pautavam-se em explicações ligadas a laços familiares, bem como, expectativas de mudança de vida em outros locais.

Foi no tocante à população natural de Natal/RN que identificamos a maioria de jovens exercendo a atividade de vendedor ambulante, posto que 33,33% dos nascidos na Capital tinham entre 15 a 24 anos; 33,33% estavam entre a faixa de 25 a 34 anos; enquanto apenas 16,67% tinham de 35 a 44 anos e 16,67% encontravam-se com mais de 65 anos.

Analisando tais dados, podemos inferir a entrada “prematura” dos jovens natalenses nas atividades informais. Alguns dos entrevistados relataram não ter nenhuma experiência no mercado formal de trabalho; enquanto outros apontaram como única ocupação exercida durante suas vidas, a atividade de vendedor ambulante. Foi o caso, por exemplo, de Cronos (2009) – 38 anos. Este, por sua vez, embora possuísse a profissão de mecânico, nunca chegou a exercê-la. É vendedor ambulante desde os 18 anos. Trabalhou em diversos “pontos” de Natal, encontrando-se atualmente na calçada do Natal Shopping, comercializando CD e DVD.

Apesar de não expressar insatisfação quanto à sua atual ocupação, quando sondamos qual profissão gostaria de seguir caso não fosse vendedor, o mesmo enunciou: “[...] *queria ser mecânico que é minha outra profissão, tanto sei mexer em carro como em moto, mas por enquanto, não tô me sujando de graxa [...]*” (CRONOS, 2009), (Informação verbal).

TABELA 07 – Relação dos vendedores ambulantes/camelôs quanto à procedência e faixa etária

Faixa Etária	Naturalidade						Subtotal	
	Natal/RN		Outras cidades do RN		Outros Estados		Abs.	Relativo
	Abs.	Relativo	Abs.	Relativo	Abs.	Relativo		
15 a 24 anos	2	33,33	4	20,00	0	0,00	6	20,00
25 a 34 anos	2	33,33	3	15,00	0	0,00	5	16,67
35 a 44 anos	1	16,67	5	25,00	2	50,00	8	26,67
45 a 54 anos	0	0,00	3	15,00	1	25,00	4	13,33
55 a 64 anos	0	0,00	5	25,00	1	25,00	6	20,00
Acima de 65 anos	1	16,67	0	0,00	0	0,00	1	3,33
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>100,00</b>	<b>20</b>	<b>100,00</b>	<b>4</b>	<b>100,00</b>	<b>30</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Silva (2001) afirma que sendo Natal o centro administrativo do Estado, as migrações para sua subzona visam a melhores condições de vida, face à infra-estrutura, aos equipamentos, à moradia, aos serviços assistenciais, e sobretudo, às chances no mercado de trabalho, posto que o objetivo em melhorar as oportunidades de emprego, bem como elevar o seu padrão de vida é o grande impulsionador dos movimentos migratórios. Tal estímulo ficou patente na fala de Homero (2009) – 59 anos. Nascido em Passa e Fica/RN, residente em Natal/RN há vinte anos, ao justificar sua vinda para Natal esclarece que:

*Lá no interior não tem serviço, então vi para cá para Natal tentar a sorte, como não consegui outra coisa inventei de vender confeito, ai fiquei até hoje. Eu cheguei aqui na construção do shopping, primeiro do que todo mundo. Mais quando eu me aposentar vou me embora e não vou ficar aqui em Natal, vou para o interior (HOMERO, 2009), (Informação verbal).*

Todavia, essa transição que consiste em melhorar as condições de vida por meio de uma ascensão no mercado de trabalho nem sempre é conquistada com as migrações. Isto porque nem sempre as cidades oferecem o suporte necessário para acolher o contingente populacional que lhe busca, bem como segundo (CUNHA, 1989 apud SILVA, 2001), um dos problemas mais críticos posto aos centros de destino dos emigrantes é como garantir oportunidades de empregos para uma massa de trabalhadores não-qualificados e semi-qualificados, que aglomera os bolsões de pobreza já existentes nestes centros.

França (2003), apontando que não é fato que os migrantes que buscam integrar-se à dinâmica desses centros sejam absorvidos, ressalta que habitualmente condensa-se nas cidades um processo de urbanização desordenada, que se dissemina provocando a periferização e o empobrecimento urbano.

Araújo (2005) analisando as características desse movimento migratório para os centros urbanos aponta como principais efeitos difundidos pelo mesmo:

[...] uma população sobrando, habitando em favelas, e bairros extremamente pobres, sem infra-estrutura, e a existência de um mercado informal, por onde transitam catadores de lixo, faxineiros, jardineiros, guardadores e lavadores de carros, empregadas domésticas e faxineiras etc. Situação que tem gerado também os denominados moradores de rua, fenômeno até bem pouco tempo desconhecido na capital potiguar; o aumento da violência, da marginalidade e da prostituição infantil [...] (ARAÚJO, 2005, p. 70).

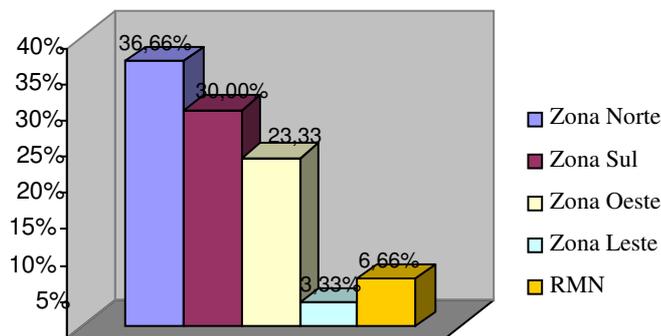
Corroborar-se tal precarização ao vislumbrarmos que no cenário local é constante a presença de atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, usadas como estratégias de sobrevivência, posto que como a cidade escolhida pelos mesmos não lhes oferece postos de trabalho suficientes, estes desenvolvem atividades, que apesar da precariedade, vão lhes assegurar o mínimo à sobrevivência.

Os trabalhadores participam de um processo de exclusão/inclusão, pois ao não serem acolhidos pelo centro dinâmico da cidade, direcionam-se para suas áreas periféricas. Contudo, são absorvidos por esse mesmo centro, quando incluídos na condição de subempregados (OLIVEIRA, et. al, 2006). Há como ilustração os trabalhadores de rua em geral como “[...] vendedores ambulantes, barraqueiros, biscateiros, guardadores e lavadores de carros, catadores de lixo, mendigos etc” (OLIVEIRA, et. al, 2006, p. 70).

Fato semelhante acomete os entrevistados, ao observarmos que 36,66% dos mesmos moram em bairros mais afastados, como os que integram a Zona Norte de Natal. E deslocam-se para áreas mais abastadas, como as localizadas na Zona Sul, para trabalhar. Sublinha-se que a referida região – Zona Norte –, além de concentrar o maior contingente populacional da cidade, corresponde, juntamente com a Zona Oeste, à periferia pobre de Natal (OLIVEIRA et al, 2006). Há ainda alguns entrevistados que residem a Região Metropolitana, buscando Natal em virtude das maiores oportunidades de vendas. O Gráfico 04, a seguir, demonstra como estão distribuídos os entrevistados conforme a Região Administrativa na qual residem<sup>85</sup>.

---

<sup>85</sup> O município de Natal/RN é dividido em quatro Regiões Administrativas: Norte, Sul, Leste e Oeste. Tais regiões são também denominadas por zonas. Ex.: Zona Norte. (OLIVEIRA et alli, 2006).



**Gráfico 04:** Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs quanto à região administrativa em que residem

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009.

A localização quanto à habitação dos vendedores está envolvida também com o tipo de domicílio ocupado pelos mesmos. Em nível nacional, os dados do último Censo Demográfico IBGE esclarecem uma predominância dos domicílios próprios (75%), sendo que a Região Nordeste foi uma das que apresentou maiores índices quanto a essa variável, posto que 78,8% de seus domicílios eram próprios (INSTITUTO..., 2009d)<sup>86</sup>.

Todavia, com esta pesquisa apreendemos que 56,67% do universo entrevistado residem em casas alugadas; enquanto 26,67% possuem casa própria, e 16,67% dos demais vendedores moram na residência de algum familiar ou amigo. Essa disparidade quanto aos números indicados pelo referido Censo pode estar subentendida se considerarmos que a maioria dos entrevistados moram nas zonas periféricas de Natal, nas quais problemas como os habitacionais tornam-se mais constantes. Somente as Zonas Norte e Oeste respondem por 45% dos domicílios alugados (OLIVEIRA et al, 2006).

A Tabela 08 aponta que aqueles que não possuem casa própria, embora estejam distribuídos entre todas as faixas etárias, são mais proporcionais entre os de 35 a 44 anos (29,41%); e os de 55 a 64 anos (23,53%), sendo que tal demanda coincide com as faixas etárias entre os indivíduos que migram de outras cidades do RN, buscando melhores condições de vida (Ver tabela 08).

Quanto aos vendedores que afirmaram possuir casa própria, a maior expressividade esteve entre aqueles de 25 a 34 anos (37,50%); e os de 35 a 44 anos (37,50%), não sendo significativo o percentual entre os que se encontram entre a faixa etária de 15 a 24 anos,

<sup>86</sup> Para a Cidade do Natal, a porcentagem de domicílios próprios atingia os 74,59%; seguida dos alugados, 19,05%; e um pequeno leque de domicílios cedidos, 5,23%. (OLIVEIRA, 2005, p. 37)

identificando um dos grandes obstáculos ao trabalhador brasileiro que é a aquisição de sua casa própria. No tocante aos vendedores que residem com familiares, essa faixa etária (de 15 a 24 anos), foi uma das que mais vigoraram (33,33%) acrescidas das faixas daqueles entre 55 a 64 anos (33,33%) e daqueles acima de 65 anos (33,33%). Por fim, para os que moram com terceiros (amigos) foram unânimes os classificados na faixa etária entre 15 a 24 anos.

**TABELA 08** - Relação entre a situação habitacional e faixa etária dos vendedores ambulantes/camelôs

Faixa etária	Situação habitacional								Subtotal	
	Alugada		Própria		De familiares		Outros		Abs.	Rel.
	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.		
15 a 24	3	17,65	0	0,00	1	33,33	2	100,00	6	20,00
25 a 34	2	11,76	3	37,50	0	0,00	0	0,00	5	16,67
35 a 44	5	29,41	3	37,50	0	0,00	0	0,00	8	26,67
45 a 54	3	17,65	1	12,50	0	0,00	0	0,00	4	13,33
55 a 64	4	23,53	1	12,50	1	33,33	0	0,00	6	20,00
Acima de 65	0	0,00	0	0,00	1	33,33	0	0,00	1	3,33
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100,00</b>	<b>8</b>	<b>100,00</b>	<b>3</b>	<b>100,00</b>	<b>2</b>	<b>0,00</b>	<b>30</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009.

Ao entrecruzar-se a situação habitacional dos vendedores com a renda apresentada pelos mesmos, foi possível traçar algumas correlações, evidenciando-se que 80% daqueles que moram em imóveis alugados não excedem os R\$ 600,00 de renda mensal; 13,33% detêm mensalmente entre R\$ 801,00 a 1.000,00; e apenas 6,67% atingem de R\$ 1.001,00 a 1.200,00 (Ver Tabela 09).

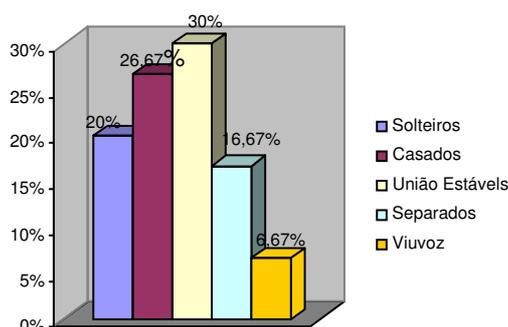
Por outro lado, a renda apresentada pelos proprietários de seus imóveis, em 66,67% dos casos, foi maior que R\$ 601,00. Somente 33,34% dos proprietários recebiam de R\$ 200,00 a 600,00. Para aqueles que moram com familiares e/ou amigos, a renda mensal apresentada não ultrapassou os R\$ 600,00. Assim, percebe-se que a renda é um dos implicadores para definir a situação habitacional dos indivíduos.

**TABELA 09** – Relação dos vendedores ambulantes/camelôs segundo a renda e a situação habitacional

Renda mensal	Situação habitacional								Subtotal	
	Alugada		Própria		De familiares		Outros		Abs.	Rel.
	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.		
200 a 400	4	26,67	1	16,67	0	0,00	2	100,00	7	29,17
401 a 600	8	53,33	1	16,67	1	100,00	0	0,00	10	41,67
601 a 800	0	0,00	3	50,00	0	0,00	0	0,00	3	12,50
801 a 1000	2	13,33	1	16,67	0	0,00	0	0,00	3	12,50
1001 a 1200	1	6,67	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	4,17
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100,00</b>	<b>6</b>	<b>100,00</b>	<b>1</b>	<b>100,00</b>	<b>2</b>	<b>0,00</b>	<b>24</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

A disposição dos vendedores quanto ao estado civil (Ver Gráfico 05) estabeleceu que mais da metade dos entrevistados se encontravam casados (26,67%) ou em união estável (30%). Os demais estavam subdivididos em: 20% que se encontravam solteiros; 16,67% separados; e 6,67% viúvos.

**Gráfico 05** – Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs quanto ao estado civil

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Entre os casados, a maioria (62,5%) dos entrevistados tinham entre os 45 a 54 anos e 55 a 64 anos. Já 25% dos casados tinham entre 35 a 44 anos, conformando assim uma predominância dos casados entre os acima de 35 anos. Para aqueles em concubinato, prevaleciam os que estavam entre 25 a 34 anos (44,44%), seguidos daqueles entre 35 a 44 anos. Foi na faixa etária mais jovem em que estava localizada a maioria dos solteiros (66,67%), enquanto que os viúvos estavam todos na faixa etária acima de 55 anos. Em relação aos que se encontravam separados, houve uma distribuição dos mesmos entre as várias faixas etárias, pois 20% estavam entre os 25 a 34 anos, 40% entre os 35 a 44 anos, 25% entre os 45 a 54 anos e 25% acima de 65 anos (Ver tabela 10)

**TABELA 10:** Relação entre Estado civil e Faixa Etária dos vendedores ambulantes/camelôs

Faixa etária	Estado civil										Subtotal	
	Solteiro		Casado		União Estável		Viúvo		Separado		Abs.	Rel.
	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.		
15 a 24	4	66,67	1	12,50	1	11,11		0,00		0,00	6	20,00
25 a 34	0	0,00		0,00	4	44,44		0,00	1	20,00	5	16,67
35 a 44	1	16,67	2	25,00	3	33,33		0,00	2	40,00	8	26,67
45 a 54	0	0,00	2	25,00	1	11,11		0,00	1	20,00	4	13,33
55 a 64	1	16,67	3	37,50		0,00	2	100,00		0,00	6	20,00
Acima de 65	0	0,00		0,00		0,00		0,00	1	20,00	1	3,33
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>100,00</b>	<b>8</b>	<b>100,00</b>	<b>9</b>	<b>100,00</b>	<b>2</b>	<b>100,00</b>	<b>5</b>	<b>100,00</b>	<b>30</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Ainda no que se reporta à caracterização dos vendedores a respeito de seus aspectos sociais, apresenta-se que 73,33% dos entrevistados possuem filhos. No cerne desse percentual, tem-se uma maior incidência para os vendedores que possuem de 03 a 05 filhos (50%), seguidos daqueles que possuem de 0 a 02 filhos (40,1%). Com a menor representação, tem-se os vendedores que possuem de 06 a 08 filhos (apenas 9,9%), não ocorrendo entre os entrevistados nenhum que excedesse esse número.

**TABELA 11 –** Relação entre faixa etária dos vendedores ambulantes/camelôs e o seu número de filhos

Faixa etária	Número de filhos						Subtotal	
	0 a 2 filhos		3 a 5 filhos		6 a 8 filhos		Abs.	Rel.
	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.		
15 a 24	1	11,11	0	0,00	0	0,00	1	4,55
25 a 34	3	33,33	1	9,09	0	0,00	4	18,18
35 a 44	4	44,44	2	18,18	0	0,00	6	27,27
45 a 54	1	11,11	3	27,27	0	0,00	4	18,18
55 a 64	0	0,00	4	36,36	2	100,00	6	27,27
Acima de 65	0	0,00	1	9,09	0	0,00	1	4,55
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>100,00</b>	<b>11</b>	<b>90,91</b>	<b>2</b>	<b>100,00</b>	<b>22</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Observando a Tabela 11, percebemos que a faixas etárias que apresentam maior número de filhos são as compreendidas entre 45 e 54 anos, pois concentra (27,27%) daqueles entrevistados que possuem de 03 a 05 filhos; e aqueles entre os 55 a 64 anos, com 36,36% que, conjuntamente, somariam mais de 60% dos que se encontram nessa faixa etária. Somente dois dos entrevistados nessa faixa etária de 55 a 64 anos têm um número de filhos entre 06 e 08. Os indivíduos na faixa etária dos 35 a 44 anos apresentaram um número de filhos

reduzido, pois 44,44% desses têm de 01 a 02 filhos; e 18,18% dos entrevistados dessa mesma faixa etária têm de 03 a 05 filhos.

Aqueles entre 15 a 24 anos e os de 25 a 34 anos foram os que indicaram terem menos filhos (01 a 02 filhos). Os primeiros atingiram 11,11%; enquanto o segundo grupo, representou 33,33%.

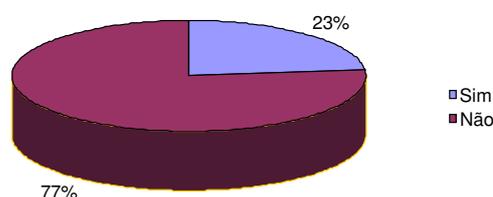
Essa oscilação quanto ao número de filhos é resultado da idade fértil das pessoas em cada faixa etária, bem como refletem as mudanças no perfil da família brasileira. Em virtude das mudanças de papéis atribuídos à mulher, que vem assumindo a posição de “provedora”, compartilhando ou substituindo esse papel com seus companheiros, as famílias reduzem gradativamente seus membros. Essa simultaneidade de “funções” atribuídas à mulher altera a taxa de fecundidade, visto que, por necessitarem “ausentar-se” de seus lares, muitas mulheres “optam” em ter menos filhos.

#### ***4.3.1 Rendimentos, jornada de trabalho e a atividade do vendedor ambulante nas ruas.***

Visando a melhor examinar os níveis de renda obtidos por esses trabalhadores, investigou-se se alguns contavam com rendas advindas de outras atividades, ou se seus proventos eram exclusivos do montante ganho através das vendas. O Gráfico 06, a seguir, elucida que 77% dos trabalhadores ouvidos têm a atividade de vendedor como fonte primordial de seu sustento<sup>87</sup>.

---

<sup>87</sup> Alguns vendedores afirmaram desenvolver outras atividades no intuito de complementar suas rendas mensais. As atividades citadas foram: rendimentos provenientes de imóveis alugados (02 casos), aluguel de vídeo-game (01 representante) e o caso de um trabalhador assalariado informal que por se encontrar trabalhando no local em questão como despachante de alternativos – pessoa que controla os horários em que as vans passam nos pontos de ônibus – aproveitava e também exercia a ocupação de vendedor ambulante, praticando ambas as tarefas ao mesmo tempo.



**Gráfico 06:** Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs quanto a realização de outras atividades rentáveis

**Fonte:** Pesquisa de campo: 2009.

Não obstante, não se deve desprezar a funcionalidade do trabalho familiar, inclusive nos casos em que os companheiros e filhos dos vendedores não se encontram trabalhando nos locais das vendas. Comumente, nos relatos, notamos a participação de integrantes da família no andamento do trabalho dos vendedores, seja ao revezar a estadia no local das vendas, seja no preparo das mercadorias a serem comercializadas<sup>88</sup>.

Esse trabalho realizado nos lares, direcionado para o preparo dos itens a serem vendidos, é “desprezado” por estar intimamente ligado ao trabalho doméstico. Todavia, o mesmo deveria ser considerado pelo fato de representar, na verdade, uma das etapas para que o vendedor possa vir às ruas comercializar seus produtos. Dos entrevistados, apenas 20% legitimaram contar com o trabalho complementar de familiares.

Este aspecto que tende a falsear a contribuição dada pelos familiares detém a problemática do trabalho infantil, porque, precocemente, crianças iniciam a acompanhar seus pais em seu trabalho, e sutilmente acabam compartilhando da labuta com os mesmos. Tal problemática fez-se visível junto à realidade pesquisada, pois durante as observações foi notória a presença de crianças na companhia de seus pais e ou familiares.

No caso dos vendedores em questão, no qual o passeio público representa o próprio local de trabalho, as crianças que acompanham seus familiares comungam do mesmo ambiente hostil desenhado pelo trabalho nas ruas. Essa atividade, além de não ser contabilizada no trabalho familiar, não é apreendida como trabalho, encortinando a precarização inerente a tais práticas.

<sup>88</sup> Grande parte dos vendedores abordados negociam com alimentos. E alguns desses alimentos são preparados por eles próprios, em suas residências, com a ajuda de familiares. Alimentos mais presentes: churrasco, batatinha frita, milho cozido e trufas.

Para um melhor exame sobre a renda dos sujeitos pesquisados, observa-se a Tabela 12, sobre quais produtos são comercializados pelos vendedores entrevistados. Apreendemos, inicialmente, que os itens de maior foco são os alimentícios em geral – perecíveis e não-perecíveis –, com exceções como: acessórios para celular, bijuterias, CD, DVD, bolsas, relógios, entre outros. Tal variedade de itens é um dos determinantes da oscilação prescrita nas rendas apresentadas pelos vendedores. Implicando também sobre os rendimentos; identificamos a escala de trabalho praticada pelos vendedores, por não haver uma linearidade ao ritmo adotado pelo grupo.

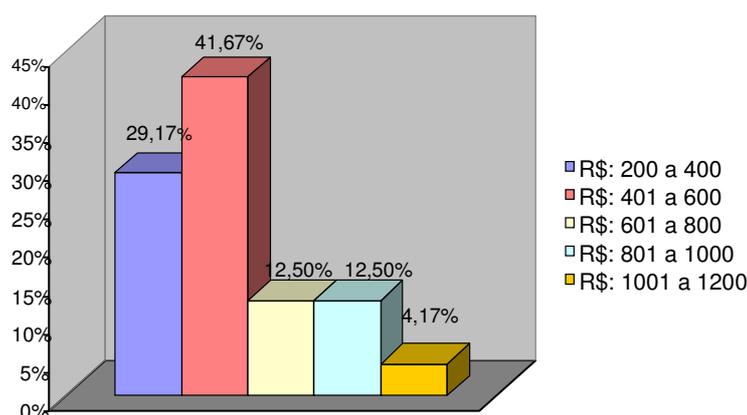
**TABELA 12** – Distribuição dos itens comercializados pelos vendedores ambulantes/camelôs entrevistados

PRODUTOS COMERCIALIZADOS	QUANTIDADE DE VENDEDORES
Acessórios em geral para celular e itens como chaveiros, guarda-chuvas, óculos, bolsas, bijuterias, relógios, etc.	6
Refrigerante em lata e água mineral	1
Balas e doces em geral	10
Picolé e sorvete	1
Água mineral e água de coco	1
Salada de fruta	1
CD e DVD	5
Churrasquinhos	1
Milho-verde	
Salgados	1
Batatinha-frita	3
Total de vendedores	30

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009

Na análise dos dados, no que se reporta à renda (Gráfico 07) do universo pesquisado, prevalecem os rendimentos até R\$ 600,00, pois 29,17% dos vendedores concentram mensalmente de R\$ 200,00 a 400,00; 41,67% auferem de R\$ 401,00 a 600,00. Nas demais faixas de renda, 12,5% detém de R\$ 601,00 a 800,00; outros 12,5%, R\$ 801,00 a 1000,00; enquanto apenas 4,17% apresentaram uma renda acima de R\$ 1001,00. Do exposto, apreende-se que apesar da disparidade entre as remunerações, essas podem ser avaliadas como “baixas”, por não excederem os três salários mínimos<sup>89</sup>.

<sup>89</sup> Contabilizaram-se para formatar essa renda, apenas os rendimentos advindos através da atividade de vendedor ambulante. Esse posicionamento, teve como objetivo, apreender somente a renda proporcionada por essa atividade, para examinar seu conteúdo a nível de rendimento.



**Gráfico 07:** Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs de acordo com a renda mensal  
**Fonte:** Pesquisa de campo: PPGSS/CCSA/UFRN, 2009

Durães (2006) avalia, que em geral, a “renda apresentada” é um indicador que explícita fragilidade em sua apreensão, pois os depoimentos dos entrevistados nessa questão podem não ser totalmente consistentes. Algumas motivações movem os vendedores informais a sombrearem seus rendimentos. Tal receio se alimenta, dentre outras implicações, da estreita relação com a ilegalidade, haja vista não pagarem determinados impostos aos quais os comerciantes formalizados são submetidos. Os mesmos temem possíveis cobranças de taxas por parte do poder municipal para poderem trabalhar nas ruas da cidade. Essa “insegurança” quanto à credibilidade das rendas apresentadas explica a contrariedade revestida nos dados obtidos, pois alguns vendedores usaram a renda para justificar sua estadia na informalidade, mas por outro lado, quando iam quantificá-la, estimavam-na de forma irrisória.

Por outro lado, deve-se considerar que os baixos rendimentos apresentados não se restringem às atividades por conta própria, dissipando-se:

“[...] entre as diversas categorias analíticas que representam as formas de participação dos trabalhadores na produção [trabalhadores assalariados regulamentados ou não, trabalhadores por conta própria com ponto e sem ponto fixo]” (CACCIAMALI, 1983, p. 84).

Tal realidade é transcrita por meio de dados expressos pelo DIEESE (2008), ao comprovar-se que os trabalhadores assalariados estão condensados entre os níveis de rendimento que atingem até dois salários mínimos (Ver Tabela 13). A Região Nordeste lidera a incidência de trabalhadores assalariados com os menores rendimentos, posto que 58,8% dos mesmos recebem pelo seu trabalho um montante que não excede um Salário Mínimo.

**Tabela 13:** Distribuição dos assalariados por níveis de rendimento Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)

Nível de rendimento	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Até 1 Salário mínimo	33,1%	41,1%	58,8%	24,5%	22,0%	30,6%
Mais de 1 a 2 salários mínimos	37,5%	34,5%	25,9%	40,3%	45,1%	39,4%
Mais de 2 a 3 salários mínimos	11,8%	10,1%	5,9%	13,8%	14,5%	11,2%
Mais de 3 a 5 salários mínimos	8,2%	7,2%	4,3%	9,7%	9,5%	8,1%
Mais de 5 a 10 salários mínimos	5,8%	5,0%	3,1%	6,9%	6,2%	6,3%
Mais de 10 a 20 salários mínimos	1,8%	1,1%	1,0%	2,1%	1,6%	2,5%
Mais de 20 salários mínimos	0,5%	0,2%	0,2%	0,6%	0,4%	1,0%
Sem rendimento	0,2%	0,1%	0,3%	0,1%	0,2%	0,1%
Sem declaração	1,2%	0,3%	0,5%	1,9%	0,5%	0,7%
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Empregados	50.055.523	3.233.917	10.760.469	24.359.986	7.923.648	3.777.503
Trabalhadores domésticos	6.782.111	453.690	1.561.024	3.268.408	913.224	584.765
Total	56.837.634	3.687.607	12.321.493	27.628.394	8.836.872	4.363.268

**Fonte:** IBGE, Pnad

**Elaboração:** DEPARTAMENTO..., 2008.

Tais indicativos estão em consonância com relatos expressos por alguns dos vendedores da passarela do Natal Shopping e do Via Direta. Embora a maioria dos rendimentos anunciados não terem excedido o valor de R\$ 800,00 (83% dos entrevistados), a renda conquistada através de seus trabalhos atuais foi apontada como um dos motivadores que os levaram a tal ocupação. No ideário desses trabalhadores, ao julgarem as dificuldades em se reinserirem no mercado formal de trabalho, vislumbram sua atual ocupação como uma das únicas alternativas para atingir os rendimentos necessários para a manutenção de suas famílias. Ao se indagar a um dos entrevistados, Tritão (2009) – 38 anos –, sobre quais os motivos que o direcionou para à atividade de vendedor, o mesmo expressou:

*[Foi] o salário. Para trabalhar pros outros e ganhar um Salário Mínimo eu trabalho por aqui mesmo, pra mim. Se eu for me empregar com o estudo que tenho, hoje em dia, não vou conseguir muita coisa, então prefiro trabalhar pra mim. (Informação verbal)*

E prossegue:

*Gosto de ser vendedor [...], gosto do que faço. Trabalhar para ganhar um salário mínimo, pros outros, eu não vou, só se for para passar fome, pois não dá pra tirar as despesas. (Informação verbal).*

São perceptíveis, na fala do entrevistado, determinantes que instigam a “opção” pela ocupação por conta própria. O mesmo tem consciência da exigência do mercado formal por maiores qualificações, e não se percebe como participante do mesmo. Acredita que, no mercado formal, terá seus rendimentos minimizados, pois no caso da ocupação que exerce, a qualificação não atua como critério decisório para o sucesso nos rendimentos, posto que exigem-se para sua realização outras habilidades, como “talento” para o comércio.

Tristão (2009), natural do interior do Estado, reside em Natal há doze anos. Desenvolve a atividade de vendedor há 25 anos, ou seja, é vendedor desde os treze anos de idade.

Apesar de a qualificação ser decisória na disputa por postos de trabalho, a escassez dos mesmos é também um obstáculo que dificulta o reingresso dos indivíduos no mercado de trabalho formal. Dados da última Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE, de Janeiro de 2009, demonstraram que tem-se acentuado entre os desocupados, a presença daqueles que concluíram o Ensino Médio: “Em janeiro de 2007, 51,4% dos desocupados tinham pelo menos o ensino médio concluído, em janeiro de 2008, 53,9% e, na última pesquisa, atingiu 56,7%” (INSTITUTO..., 2009c, p. 20)

O posicionamento tal qual, de Tristão (2009) emerge nas falas dos entrevistados inúmeras vezes, para justificar porque a permanência na ocupação de vendedor ambulante.

As condições de trabalho explícitas durante as observações realizadas no ambiente pesquisado figuraram tal ocupação como uma atividade precarizada, haja vista sua extensa jornada diária, na qual os trabalhadores, em geral, concretizam-na ininterruptamente. Aferiu-se que os vendedores realizam suas refeições no próprio local de trabalho, pois como os produtos ficam expostos sem ter onde serem armazenados durante o horário das refeições, os vendedores optam por permanecerem nesses mesmos locais enquanto se alimentam<sup>90</sup>.

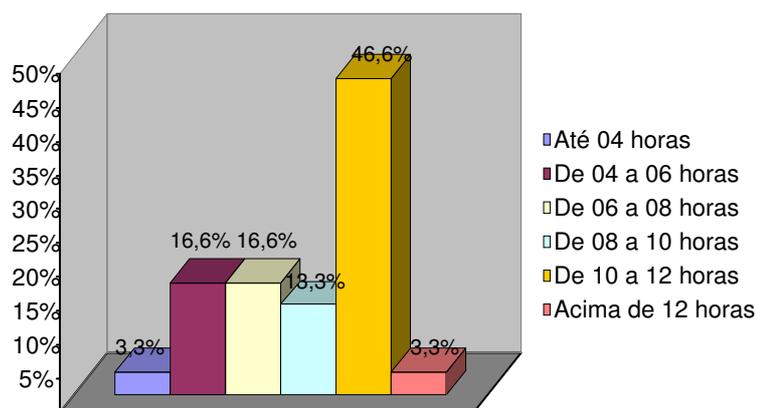
A ausência de intervalos voltados para o descanso torna-se degradante, quando elucidada a incidência das altas jornadas de trabalho. De acordo com a distribuição do Gráfico 08, 46,6% desses vendedores trabalham entre 10 a 12 horas por dia, forjando uma carga horária semanal entre 50 a 60 horas – isso considerando apenas os 05 dias úteis, de segunda-

---

<sup>90</sup> Alguns vendedores compram refeições (marmitas) em restaurantes nas proximidades dos *shoppings*, enquanto outros trazem sua própria alimentação de suas casas, e outros se alimentam apenas de “lanches” durante todo o dia, fazendo uma refeição mais apropriada (nutritiva) apenas quando retornam aos seus lares.

feira a sexta-feira. Como será visto adiante, a maioria dos vendedores adotam uma jornada que se estende aos fins de semana, adensando assim o número de horas trabalhadas.

O percentual dos vendedores que trabalham de 08 a 10 horas é de 13,3%; 16,6% de 06 a 08 horas; outros 16,6% de 04 a 06 horas; e gozando de uma carga diária de até 04 horas, tem-se apenas 3,3% dos entrevistados.



**Gráfico 08:** Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs conforme à jornada diária de trabalho  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009.

Comparando a renda dos camelôs de acordo com carga horária desenvolvida pelos mesmos, chegou-se à estimativa de que os menores rendimentos foram expressos por aqueles vendedores que trabalham menos dias por semana, posto que 100% dos que trabalham 05 dias por semana não ultrapassam a faixa dos R\$ 600,00 por mês. Para aqueles que trabalham 06 dias, houve uma distribuição entre as diferentes faixas de renda. Embora a presença nos rendimentos acima de R\$ 600,00 não serem tão expressivos, atingem os 38,9%.

Conforme elencado anteriormente, a renda desse tipo de trabalhador é irregular, por oscilar diante de inúmeros determinantes. Ao analisar os rendimentos dos trabalhadores que relataram trabalhar 07 dias por semana, percebe-se como essa variável é relativa, posto que 100% desses indivíduos não apresentaram renda maior do que R\$ 600,00. Até mesmo o produto comercializado pode determinar os rendimentos, posto que cada qual tem uma margem de lucro diferente (Ver Tabela 14).

**TABELA 14** – Relação entre renda mensal e o número de dias que os vendedores ambulantes/camelôs trabalham por semana

Renda mensal	Quantos dias trabalham por semana						Subtotal	
	5 dias		6 dias		7 dias		Abs.	Rel.
	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.		
200 a 400	2	50,00	5	27,78	0	0,00	7	29,17
401 a 600	2	50,00	6	33,33	2	100,00	10	41,67
601 a 800	0	0,00	3	16,67	0	0,00	3	12,50
801 a 1000	0	0,00	3	16,67	0	0,00	3	12,50
1001 a 1200	0	0,00	1	5,56	0	0,00	1	4,17
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100,00</b>	<b>18</b>	<b>100,00</b>	<b>2</b>	<b>100,00</b>	<b>24</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Deve-se ressaltar que a extensa jornada de trabalho não é uma particularidade do trabalho por conta própria, pois os trabalhadores assalariados, embora acobertados legalmente pela jornada de trabalho prevista na Constituição Federal de 1988, são vitimados da mesma forma, por terem sua escala de trabalho ampliada, a fim de acentuar a produção.

A jornada de trabalho prevista em lei corresponde, de acordo com a Constituição Cidadã, a no máximo 44 horas semanais<sup>91</sup>. Entretanto, estudos apontam distorções entre a jornada legal e a jornada efetiva. Tal disparidade se torna mais freqüente, pois no intuito de incrementar seus rendimentos, os trabalhadores adotam a “hora extra” como recurso para tal<sup>92</sup>.

A assiduidade dos camelôs quanto à jornada de trabalho viceja, sobretudo, o objetivo em adensar as vendas, pois seu incremento se projeta nos rendimentos mensais dos trabalhadores, embora esse adensamento se faça por meio de um aviltamento das condições de trabalho. Marx (2006, p. 67) observava que

[...] a elevação de salários leva ao excedente de trabalho entre os trabalhadores. Quanto mais desejam ganhar mais têm de abrir mão do tempo e realizar um trabalho de escravo, em que a sua liberdade se encontra totalmente alienada e a serviço da mesquinhez [...].

O ritmo de trabalho desenvolvido pelos vendedores ambulantes pesquisados associa-se à citação anterior, posto que dedicam ao trabalho, considerável parte de seu tempo, inclusive

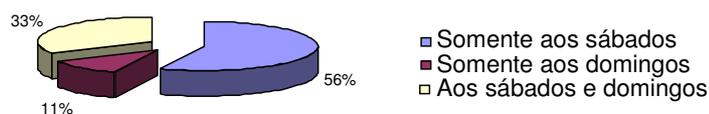
<sup>91</sup> De acordo com o Capítulo II, Dos direitos sociais, Artigo 7<sup>a</sup>. da Constituição Cidadã de 1988: a duração do trabalho normal não deve superar as oito horas diárias e as quarenta e quatro semanais. (BRASIL..., 2004, p. 21).

<sup>92</sup> Estudo realizado pelo Dieese (2006) retrata como problemáticas inerentes às altas jornadas de trabalho, a diminuição de postos de trabalho, que poderiam ser disseminados entre um número maior de empregados, bem como, a constatação de horas extras não remuneradas. Segundo esse estudo, a hora extra não remunerada: “[...] é o quinto atributo mais atuado pelos fiscais do trabalho, ficando atrás apenas do não-depósito do FGTS, atraso ou não-pagamento de salários, não-registro em carteira e não-pagamento de descanso remunerado” (DEPARTAMENTO..., 2006, p. 30).

daquele que deveria ser destinado ao lazer. Falta tempo para o lazer, para a família, para qualificar-se e para si próprio. Trata-se da forma como analisa Marx (2006) de um sacrifício não só para o corpo, mas também para o espírito.

Ao ordenar os vendedores segundo a quantidade de dias de trabalho por semana, ficou preeminente o número dos que trabalham 06 dias (66,67%). Apenas 13,33% dos entrevistados atuavam 05 dias; havendo ainda os que trabalham de domingo a domingo (20%), conforme disposição do Gráfico (09) a seguir.

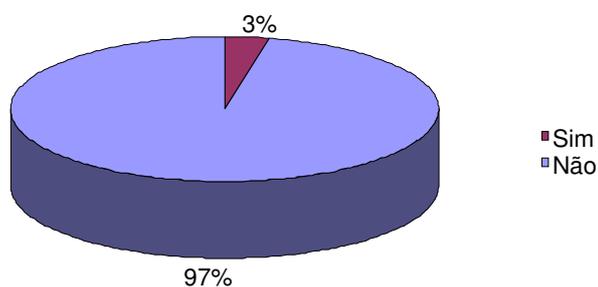
A análise sobre a jornada de trabalho dos vendedores se comprova por que 56% dos vendedores trabalham aos sábados, 11% aos domingos e 33% aos sábados e domingos (Gráfico 09)



**Gráfico 09:** Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs que trabalham aos finais de semana  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009.

A localização na qual os vendedores se encontram instalados incentiva o trabalho aos sábados e domingos, pois nos fins de semana aumenta o fluxo de pessoas que buscam os *shoppings*, movimentando conseqüentemente as vendas dos ambulantes.

Um outro dado preocupante desvendado por meio dessa abordagem foi a contribuição dos entrevistados à Previdência Social, visto que diante do universo pesquisado, apenas 01 vendedor afirmou contribuir para a mesma, configurando a disparidade descrita pelo Gráfico 10, a seguir.



**Gráfico 10** - Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs quanto à contribuição para a Previdência Social

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009

A realidade apreendida pode ser analisada à luz de duas vertentes, pois através dos relatos, percebeu-se que há entre os vendedores os que não contribuem, por estarem desatentos para a importância do tempo de contribuição, inclusive para o processo de aposentadoria, e por aqueles que expressam não poderem custear tal contribuição. Avalia-se que essa postura se relaciona a uma visão imediatista adotada por esses vendedores, não questionando a longo prazo as consequências de não estarem contribuindo para a Previdência. Ao se interpelar um dos vendedores, Menelau (2009) – 15 anos –, sobre a perspectiva de mudar de ocupação, ingressando no mercado formal, este expõe que não sabe explicar o porquê, mas acredita que seria uma boa oportunidade, percebendo-se assim o desconhecimento por parte do vendedor dos direitos ligados ao trabalho.

E assim, esse vendedor expressa:

*[...] prefiro o emprego de carteira assinada, não sei bem explicar porquê, não sei o motivo, só sei que eu queria, sei lá, acho que é porque tem mais melhorias, quando se tem carteira, eu acho que deve ser bom, o trabalhador é visto diferente. (Informação verbal).*

A falta de clareza expressa pelo entrevistado, quanto à importância da assinatura na Carteira de Trabalho, pode ser justificada considerando que esse vendedor ambulante era o mais jovem dentre os entrevistados.

A segunda vertente revela que há vendedores que, embora se mostrassem cientes da essencialidade de tais contribuições, demonstram que permanecem sem realizá-las devido a reduções no orçamento mensal. Durães (2006) assinala em sua pesquisa que uma das grandes complicações que atormentam os trabalhadores de rua é a dúvida quanto às consequências

advindas com o envelhecimento, pois, como em geral esses trabalhadores não contribuem para o INSS, a incerteza é uma constante em suas expectativas futuras.

A justificativa empregada pela entrevistada Aretuza (2009) – 41 anos –, ao responder negativamente sobre a contribuição para a Previdência, traduz os obstáculos apontados pelo segundo grupo. Ao lançar a seguinte questão: “O senhor (a) contribui para a Previdência Social?”, a entrevistada expressa:

*Não, eu bem que gostaria, mas não tenho os R\$ 49,00. Eu gostaria, preciso, mais não dá pra tirar mais esse gasto, ainda mais com as vendas fracas como estão. Por isso, estou pensando até em arrumar um emprego, porque senão, não vou me aposentar.*(ARETUZA, 2009), (Informação verbal).

A referida vendedora é natural de Angicos/RN, e reside atualmente em Natal/RN, trabalhando como vendedora há dois anos.

A mesma preocupação foi expressa pelo entrevistado Ícaro (2009) –53 anos – quando o indagamos sobre como avaliava a atividade de vendedor ambulante em relação ao futuro. Esse afirmou:

*Acho complicada por conta da idade, porque vai ser difícil para eu me aposentar, mas também é difícil para eu arranjar alguma coisa agora também, aí não tem muito pra onde correr, é ficar por aqui e vê o que é que vai dar.* (ARETUZA, 2009), (Informação verbal).

No caso dos vendedores conscientes sobre a contribuição, a preocupação para com a dificuldade em se aposentar era determinante, principalmente para os que nunca tiveram sua carteira de trabalho assinada<sup>93</sup>, ou que a tiveram por um curto lapso de tempo.

A inexpressiva porcentagem de trabalhadores que contribuem para o INSS é uma característica do trabalho informal, como revela estudos do IBGE, uma vez que

Verificou-se, para o conjunto das seis regiões metropolitanas, que em março de 2008, 20,7% dos trabalhadores por conta própria contribuíram para a previdência, enquanto na População Ocupada este percentual foi de 65,9% (INSTITUTO..., 2009b, p. 26).

---

<sup>93</sup> “Instituída pelo Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932 e posteriormente regulamentada pelo Decreto nº. 22.035, de 29 de outubro de 1932, a Carteira de Trabalho e Previdência Social se tornou documento obrigatório para toda pessoa que venha a prestar algum tipo de serviço a outra pessoa, seja na indústria, no comércio, na agricultura, na pecuária ou mesmo de natureza doméstica”. A Carteira de Trabalho e Previdência Social é hoje, por suas anotações, um dos únicos documentos a reproduzir com tempestividade a vida funcional do trabalhador. Assim, garante o acesso a alguns dos principais direitos trabalhistas, como seguro-desemprego, benefícios previdenciários e FGTS. (MINISTÉRIO..., 2009b).

No Nordeste, essa variação se acentua, pois dentre as regiões brasileiras essa é a que possui o maior número de não-contribuintes. Tal colocação consolidou-se devido a alta incidência de trabalhadores informais, assalariados e por conta própria. Em 2005, diante do total de trabalhadores empregados, o Nordeste liderava o *ranking* dos trabalhadores sem Carteira assinada, posto que 52,4% de seus assalariados se encontrava na informalidade (DEPARTAMENTO..., 2007, p. 117).

Expressiva maioria dos entrevistados possui Carteira de Trabalho (90%). Desse total, a pesquisa demonstrou que 68,97% dos vendedores tiveram sua Carteira de Trabalho assinada, porquanto 31,03% nunca estiveram formalmente contratados. O período em que esses trabalhadores se integraram a atividades formais oscila desde 03 meses a 14 anos. A fim de ampliar a análise sobre o tempo de trabalho regulamentado, observa-se na Tabela 15 que as faixas etárias dos vendedores que tiveram em alguma oportunidade sua carteira de trabalho assinada.

**TABELA 15** – Relação entre os vendedores ambulantes/camelôs que já tiveram sua carteira de trabalho assinada e sua faixa etária

Faixa etária	Carteira de Trabalho assinada				Subtotal	
	Sim		Não		Abs.	Rel.
	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.		
15 a 24	3	15,00	2	22,22	5	17,24
25 a 34	3	15,00	2	22,22	5	17,24
35 a 44	5	25,00	3	33,33	8	27,59
45 a 54	2	10,00	2	22,22	4	13,79
55 a 64	6	30,00	0	0,00	6	20,69
Acima de 65	1	5,00	0	0,00	1	3,45
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100,00</b>	<b>9</b>	<b>100,00</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>

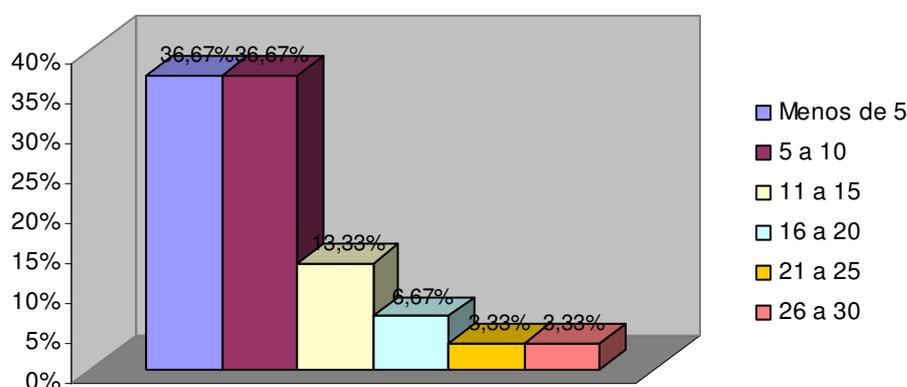
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009.

Examinando a Tabela 15 apreende-se que a permanência nas ocupações formais vem diminuindo, pois aqueles que adentraram no mercado de trabalho mais recentemente, como os jovens e adultos até 35 anos, foram minoria entre os que já tiveram em ocupações regulamentadas (30%). Observando as faixas etárias dos indivíduos que nunca tiveram sua Carteira de Trabalho assinada, percebeu-se que ambas as faixas referentes aos mais jovens absorveram 44,44% desses indivíduos, enquanto que 33,33% dos demais estavam entre as faixas dos 35 a 44 anos e 22,22% entre 45 a 54 anos.

Diante dessas tendências, o mais degradante é que o desemprego instaurado com a reestruturação produtiva e a escassa geração de novos postos de trabalho contribui para a

minimização dos empregos regulamentados. Nesse sentido, Pochmann (2002) observa que: “[...] Quanto maior a desregulamentação do mercado de trabalho, maiores são as chances de crescimento da precarização dos empregos existentes, sem a garantia, contudo, da ampliação na quantidade de vagas [...]” (2002, p. 158).

Ao refletirmos sobre estes dados retornamos ao observado anteriormente face ao tempo de trabalho, pois com o exposto constata-se a baixa permanência nas ocupações formais. Demonstramos no Gráfico 11 há quanto tempo os trabalhadores, sujeitos da pesquisa, encontram-se como vendedores ambulantes.



**Gráfico 11:** Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs em relação ao tempo que trabalham nessa atividade

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009

A análise dos dados acima nos remete a questões ligadas ao mercado de trabalho, devendo-se considerar que há vendedores que se encontram nessa atividade há 20 anos (3,33%); ou seja, ingressaram na informalidade ainda nos anos 1980, quando eclodia o período recessivo no Brasil. Da mesma forma, reiterando a progressão dos efeitos para o desemprego nas décadas seguintes – anos de 1990 e primeiros anos do século XXI –, encontrou-se, em número substancial, trabalhadores que estão nesse ramo de atividade, entre 05 a 10 anos (36,67%). Com a mesma dimensão (36,67%) tem-se aqueles trabalhadores que iniciaram esse tipo de ocupação por conta própria recentemente, de 0 a 05 anos. Esses, por sua vez, expressam a atual crise do desemprego.

Tais efeitos se manifestaram nos relatos dos entrevistados ao justificarem o porquê de serem vendedores, posto que a falta de ocupações no mercado formal foi um dos determinantes mais citados pelos entrevistados.

Ao interrogarmos Atlas (2009) – 45 anos –, sobre quais os motivos que o levaram a trabalhar por conta própria, o mesmo enunciou que:

*essa foi a única forma que encontrei de sustentar a minha família, foi buscando o comércio. Depois de ter andando muito, e trabalhado por aí afora, chegou um ponto que eu não arranjava mais trabalho, só biscaites, então achei que dava certo ser vendedor, vim e fiquei. (ATLAS, 2009), (Informação verbal).*

Atlas (2009) é natural de Nísia Floresta e mora em Natal há 10 anos. Residiu em outras localidades migrando em busca de trabalho. Nessa última ocasião – servente de pedreiro –, teve sua Carteira de Trabalho assinada por 13 anos (1989 a 2002). Antes de ser vendedor ambulante – já o é há 06 anos –, além de ter sido servente de pedreiro, foi também metalúrgico

Constatamos ainda, nas falas dos entrevistados, justificativas que se reportavam à afinidade pela ocupação de vendedor e também aquelas pautadas na “opção” pelo trabalho “autônomo”.

Observa-se que tal “opção” deve perpassar pelo crivo da conjuntura econômica, porque, muitas vezes, não se está optando entre uma atividade por conta própria e uma outra no mercado formal. Mas, entre aquela e a total falta de inserção, o que não é outra ocupação que condiz com as necessidades objetivas de sobrevivência do ser social, pois como enuncia Marx (2006), o trabalhador não pode nem poupar e nem acumular sua única mercadoria, a força de trabalho, isso porque: “[...] O trabalho é vida, e se a vida não for todos os dias permutada por alimento, depressa sofre danos e morre [...]” (2006, p. 78). O trabalhador precisa, por vezes, através de formas precarizadas de ocupações, transformar sua força de trabalho em meios para a manutenção de sua existência.

Em suma, por aproximações sucessivas, convergimos para a caracterização da vida dos vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta. Em relação à procedência dos entrevistados, apreendemos que 66,67% são imigrantes do meio rural, ou seja, do interior do RN, comungando o “sonho” de encontrar na capital do Estado, maiores oportunidades de trabalho.

Esses sujeitos que no dia-a-dia estão presente nas passarelas ou nas calçadas de acesso são, em sua maioria, do sexo masculino, 83,33%, prevalecendo entre os entrevistados os que se encontram na faixa etária entre 35 a 44 anos (26,67%).

Observamos o predomínio entre os entrevistados de baixa escolaridade, pois mais de 60% dos mesmos detém apenas o Ensino Fundamental incompleto.

Quanto ao estado civil, casados ou em união estável alcançaram 56,67%; e dentre os que possuíam filhos, preponderaram os que têm 03 a 04 filhos (33,33%).

No que se refere à renda auferida por esses trabalhadores, apreendeu-se que expressiva maioria pode ser considerada com baixo rendimento, posto que 80% dos entrevistados possuem renda até dois Salários Mínimos, não havendo casos em que os rendimentos ultrapassassem a faixa de três Salários Mínimos.

Observamos no decurso dessa caracterização, a precariedade existente em tal forma de ocupação, propagada tanto pela inexistência de vínculos trabalhistas, ou qualquer tipo de contribuição ao INSS, ou outro tipo de previdência e/ou sindicato quanto pela prática de altas jornadas de trabalho, combinadas a baixos rendimentos, expressando, dessa forma, a sujeição dos trabalhadores por conta própria ao ritmo imposto pela produção capitalista.

#### **4.4 A aviltante e/ou ilusória autonomia do trabalho por conta própria**

Com base na análise dos dados obtidos na pesquisa, foi possível apreender e desvelar o cotidiano dos camelos/vendedores ambulantes, e de como eles concebem a atividade que desenvolvem, suas expectativas, quais as problemáticas vivenciadas face ao trabalho desenvolvido nas ruas, observando-se a satisfação quanto a esse tipo de trabalho, se a renda era suficiente para sua manutenção e de sua família e/ou se predominava o objetivo de “mudar” de ocupação.

Da realidade expressa pelos vendedores, foi possível desvendar distintos posicionamentos dentre as determinações de caráter pessoais e conjunturais. Identificou-se os ambulantes que nunca tiveram outra ocupação e os que desejavam permanecer como camelôs, até aqueles trabalhadores que após se aposentarem, migraram para a informalidade por exigências das necessidades prementes de subsistência.

Dentre as determinações à condição de vendedores para os entrevistados, sujeitos da pesquisa, estes destacaram desde o desemprego, a herança familiar, a continuidade da primeira ocupação e a afinidade com as atividades comerciais. No limiar das motivações, observou-se que para alguns dos entrevistados, a atividade de vendedor foi uma “escolha” e para outros tratou-se, na verdade, do único “meio” encontrado para adquirir seu sustento.

Para os vendedores ambulantes avaliar sua ocupação não é simples, posto que, apesar de tratar-se de um trabalho precarizado, de restritas perspectivas, como expressaram suas falas

a seguir, o mesmo trabalho é responsável pelo sustento diário de suas vidas. A renda imediata proporcionada pelas vendas é determinante para direcionar as respostas apresentadas à indagação: “Se você tivesse oportunidade, trocaria sua atividade de vendedor ambulante por uma outra no mercado formal?”. Configurando-se dessa forma, percebeu-se contradições no ideário dos entrevistados. Em mais de uma ocasião registramos vendedores que avaliavam sua atual ocupação como pejorativa no tocante a seu futuro, entretanto, que ao mesmo tempo, não a trocariam por um trabalho no mercado formal, por considerar sua atual ocupação como compatível com suas necessidades.

Esta situação foi expressa pelo entrevistado Sísifo (2009) – 51 anos –, pois ao indagarmos sobre suas expectativas, o mesmo enuncia: “[...] *Futuro? [risos]! Só esperar a velhice e pronto [...]*”<sup>94</sup>. Por outro lado, no tocante a possibilidade de migrar para uma ocupação formal, o mesmo questiona: “*Dependeria do emprego. Eu não aceitaria qualquer coisa. Nem em toda situação eu aceitaria, ia depender do valor, tinha que ser bom [alto]*” (SÍSIFO, 2009) (Informação verbal).

Sísifo (2009), natural do Rio de Janeiro, veio para Natal há 11 anos, acompanhando sua esposa, cuja família é natural dessa Cidade. O mesmo trabalha como ambulante há 10 anos, vendendo uma infinidade de produtos, sempre no mesmo local – calçada do Shopping Via Direta.

Semelhante postura é percebida na fala de Tritão (2009) – 38 anos –, quanto à sua estabilidade futura. O mesmo afirma: “*Pretendo trocar de ramo, a qualquer hora posso ser preso. A Federal pode passar a qualquer momento. Nós estamos trabalhando ameaçados*”. Essa afirmativa tem relação com o produto comercializado pelo vendedor: CD e DVD pirateados. Nesse caso, a fiscalização tem sido mais ostensiva, inclusive porque é liderada pela Polícia Federal, não se restringindo à atuação da Semsur, o que torna a situação de Tritão (2009) mais problemática, arriscando ser autuado e ter mandato de prisão.

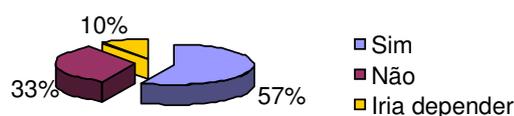
Apesar dos conflitos inerentes à sua prática, o ambulante é imparcial quanto à sua avaliação. No tocante à sua intenção em “trocar” sua atividade de vendedor por uma outra no mercado formal, o mesmo esclarece: “*Depende de qual valor estamos falando. Se for para ganhar um Salário Mínimo não trocaria, pois então vou passar fome!*”. (TRITÃO, 2009) (Informação verbal).

---

<sup>94</sup> Essa afirmação veio logo depois de comentarmos sobre a importância da contribuição previdenciária, pois Sísifo, afirmou entender a função da previdência para sua posterior aposentadoria. Contudo, afirma também que nunca atentou para se cadastrar no órgão responsável, alegando falta de interesse. Ainda indaguei se não seria uma questão orçamentária, porém o mesmo afirmou que não, estava mais no âmbito da falta de tempo e de interes.

É importante observar que alguns vendedores ambulantes têm consciência de sua condição de subempregados, entretanto, como o imediato sobrepõe essa consciência diante das rendas arrecadadas através de suas atividades, a precariedade das mesmas são sombreadas por tais rendimentos.

Junto aos camelôs entrevistados, obteve-se as expectativas quanto à intenção de mudar de ocupação, caso tivessem a oportunidade de reingressar ou mesmo se inserir no mercado formal de trabalho. Dos entrevistados, 57% confirmaram que gostariam de estar formalmente contratados; 33% dos mesmos não expressaram esse desejo, apontando satisfação quanto à atividade atual, enquanto que 10% dos camelôs atrelaram sua resposta às condicionalidades da renda (Ver Gráfico 12 a seguir).



**Gráfico 12** – Distribuição dos vendedores ambulantes/camelôs quanto à intenção em mudarem de ocupação

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009.

Dentre as justificativas dos que revelaram ter a intenção de mudar de ocupação, temos depoimentos relacionados a busca por maior estabilidade, segurança no trabalho, inclusão aos direitos trabalhistas, e ainda, obter maiores rendimentos. Entretanto, observamos que há vendedores que não desejam migrar para ocupações formais, justamente por considerar que estas não oferecem um rendimento que justifique essa transição. Outros, como Hélio (2009) – 31 anos –, natural de Japi/RN, que reside em Natal há apenas 01 ano, tempo que corresponde ao seu trabalho como vendedor ambulante, expressaram a intenção em mudar de trabalho. Observe-se as falas a seguir:

*Trocaria por conta da estabilidade, mesmo não achando muito bom, porque gosto do meu serviço aqui, eu ganho o que dá pra mim viver, mas.... [tempo], trocaria sim (HÉLIO, 2009), (Informação verbal)*

Com este mesmo entendimento, Atlas diz que:

*Trocaria sem pensar, principalmente para ter Carteira assinada, não teria dúvida que trocaria por um emprego (ATLAS, 2009), (Informação verbal)*

A entrevistada Aretuza (2009) – 41 anos –, acrescenta que tem intenção de ir à luta na busca de um trabalho que lhe proporcione uma renda fixa:

*Eu trocaria sim, inclusive eu estou resolvida a voltar a procurar, preciso pagar umas contas, porque eu preciso pagar uma casa própria, e com essas vendas aqui eu não vou conseguir (ARETUZA, 2009), (Informal verbal).*

Para Prometeu (2009), a garantia no trabalho é necessária e assim se expressa:

*Gostaria [se referindo à intenção de mudar de ocupação], porque aqui é bom, mas é hoje e não é amanhã. Aqui posso tirar ou não tirar [referindo-se a renda], e o salário é garantido, tem essa parte. Estar seguro, por exemplo você trabalha de carteira assinada está seguro, se você faltar, passar dois, três dias doente, você ainda recebe o salário, e se eu for passar dois, três dias sem vir aqui? Como é que vai ser. Já passo esses dias sem ganhar dinheiro, né. (PROMETEU, 2009), (Informação verbal).*

Ao analisarmos as referidas falas, é perceptível que alguns vendedores embora tenham afinidade com sua ocupação, “temem” a instabilidade que a mesma reflete. Outros são conscientes que estão à margem dos direitos trabalhistas, e de acordo com suas reflexões, ocupam essa atividade informal por não terem “oportunidade” de assegurar uma ocupação formal, devido à escassez de postos de trabalho. Revela-se, nas falas dos entrevistados, a insegurança por não serem assegurados junto ao INSS, e quando se encontram sem condições para trabalhar, não podem recorrer ao auxílio-doença. No período que estão com algum problema de saúde, perdem totalmente sua fonte de renda por não estarem trabalhando.

Há também trabalhadores que são denominados por Alves; Tavares (2006) por *informais* ocasionais ou *temporários*, pois se encaixam em atividades atípicas por se encontrarem desempregados “[...] mas seu objetivo é retornar ao trabalho assalariado [...]” (2006, p. 431). Para as autoras, esses indivíduos convivem com a incerteza de contratações temporárias, pois a cada término de contrato não sabem se o mercado vai reabsorvê-los ou se terão que “recorrer” as atividades informais. Nesse sentido, as autoras observam que

São trabalhadores que ora estão desempregados, ora são absorvidos pelas formas de trabalho precário, vivendo uma situação que, inicialmente, era provisória e se transformou em permanente (ALVES; TAVARES, 2006, p. 431).

Por outro lado, no tocante aos ambulantes que não explicitaram desejo em mudar de ocupação, registrou-se como predominantes os motivos ligados à autonomia do trabalhador, seguidos de problemas de invalidez dos que tiveram ocupações formais que a deixaram em decorrência de doenças ou mesmo pela idade avançada, e ainda em relação à fuga as baixas remunerações, que segundo esses vendedores são praticadas pelos empregos de carteira assinada.

Em relação ao fato de se dizerem autônomos, sem patrão, sem chefe, faz-se necessário analisar de que forma essa “suposta” autonomia se materializa junto a tais trabalhadores, pois como já explicitado nesse trabalho, suas atividades são marcadas pela precarização e auto-exploração, uma vez que esses trabalhadores se submetem a longas jornadas de trabalho, expostos a um ambiente hostil, na qual lutam inclusive pela sua permanência, visto que se trata de uma área imprópria, diante da avaliação do poder municipal.

Merece relevo o fato de Narciso (2009) – 60 anos –, não contribuir para a Previdência Social, apesar de já estar com 60 anos, e mesmo assim usa a “aposentadoria” para justificar que não almeja ingressar em uma ocupação de Carteira assinada

Na sua fala, ficou patente a rejeição em trabalhar para terceiros, pois mesmo apresentando dúvidas quanto ao seu futuro, afirma que não trocaria a vida de camelô por um trabalho no mercado formal:

*Trocaria não, porque já estou perto de me aposentar, não quero mais trabalhar para os outros nessa idade que já estou, prefiro ficar por aqui mesmo* (NARCISO, 2009), (Informação verbal).

O mesmo revela-se na fala de Morfeu (2009) – 38 anos –, nascido em Angicos/RN, que mora atualmente em Natal/RN e trabalha como vendedor há 15 anos. No momento da entrevista, comercializava acessórios para celular. Para o mesmo, é descartado o interesse em migrar para outra ocupação. Quando indagado sobre essa possibilidade, o vendedor exclamou:

*Não, de forma alguma, não quero trabalhar para ninguém, aqui eu faço meu horário, vou e venho quando dá certo, não me acostumo mais num emprego. Porque toda vida gostei de vender as coisas, ganhar meu dinheiro, e não gosto de ser mandado. Nunca pensei em fazer outra coisa, logo eu não tenho profissão, então eu vou ser é vendedor mesmo, apesar de ser uma atividade incerta não gosto de ser mandado, então acho boa* [referindo a atividade de vendedor]. (MORFEU, 2009), (Informação verbal).

A postura do referido vendedor é enfatizada, sobretudo, pelo fato de trabalhar para si próprio e poupar-se da presença de um empregador, pois ser empregado se expressa para alguns dos entrevistados, a idéia de submissão e exploração, tornando o trabalho assalariado sinônimo de inferiorização. Para esses camelôs entrevistados, a idéia de voltar ou inserir-se como assalariado é inconcebível, talvez devido às experiências negativas vivenciadas por esses, anteriormente; ou mesmo pelo fato de alguns nunca terem tido outra experiência desde que iniciaram sua vida laboral.

Nesse sentido, a experiência de vida de Teseu (2009) – 41 anos – é relevante. O mesmo vende salada de frutas na calçada do Natal Shopping. É natural de Santa Rita, interior da Paraíba. Migrou para Natal há 06 anos, buscando fugir da seca, que assolava seu município. Quando interrogado sobre quais os motivos que o levaram a ser vendedor ambulante, a sua fala revelou o porquê da preferência pela ocupação por conta própria que executa:

*De tanto sofrer na agricultura, procurei outro meio de vida para sobreviver, então quando cheguei aqui [Natal], fui logo ser vendedor, foi o que me agradei de fazer. [...] Acho que é uma atividade boa. Pretendo melhorar mais, quero ganhar mais dinheiro. Acho que vou continuar por muito tempo nesse ramo, até por que não tenho outro meio de vida, tem que ser esse mesmo (TESEU, 2009), (Informação verbal).*

E em relação à buscar um trabalho assalariado, Teseu (2009) enfatiza

*Não, não, não trocaria, porque já estou velho, estou aqui no meu canto e ninguém me manda. Trabalhar para os outros numa idade dessa, não, eu não quero mais (TESEU, 2009), (Informação verbal).*

As narrativas acima, fruto das vivências dos vendedores ambulantes, contemplam a valorização atribuída pelos mesmos à liberdade que suas ocupações lhes parece proporcionar. Ao longo da pesquisa observou-se que a renda auferida a partir das vendas realizadas pelos camelôs é decisória quanto à “escolha” em permanecer na ocupação de vendedores. Nas falas dos entrevistados que condicionaram sua transição para um trabalho de Carteira assinada, como será visto, diante da “liberdade” usufruída, esses trabalhadores, foram unânimes em revelar que só seria viável se submeter a um empregador mediante uma remuneração acima do montante já auferido pelos mesmos.

No que se reporta a essa realidade o entrevistado Dionísio (2009) – 25 anos –, foi enfático em observar que somente com, uma remuneração excedente à sua –R\$ 800,00 por

mês – o mesmo cogitaria trabalhar de Carteira assinada. Sobre a alternativa de trocar sua ocupação por outra formalizada, o mesmo expõe:

*Ia depender da remuneração, teria que ser acima de R\$ 800,00, por que se não, não dá para as despesas. Aqui graças a Deus eu já comprei minha moto, pago minhas contas, se for para ganhar menos que isso, eu não trocaria. Trabalhar para ninguém é ruim demais, não gosto de trabalhar para os outros, eu gosto de trabalhar para mim (DIONÍSIO, 2009), (Informação verbal).*

O mesmo é reiterado pelo camelô Aquiles (2009) – 33 anos –, que é natural de Natal e mora em São Gonçalo do Amarante/RN. Trabalha como vendedor há 08 anos, estando na passarela do Shopping Via Direta durante esse período. Este, por sua vez, relata haver trabalhado em inúmeras ocupações, inclusive como assalariado. Após ser motivado por questões econômicas, resolveu trabalhar por conta própria. E depois dessa experiência, não deseja regressar à condição de empregado:

*Não quero trabalhar mais para ninguém, então resolvi trabalhar para mim mesmo, e estou aqui até quando der. Eu já passei por muitos cantos, trabalhei de tudo quanto foi jeito, mas trabalhar para os outros é muito ruim (AQUILES, 2009), (Informação verbal).*

E acrescenta quanto as suas perspectivas em retornar às atividades formais:

*Só se fosse para ganhar mais do que R\$ 800,00, pois só se fosse por que não dá para tirar os gastos menos do que isso. Eu não me acostumo mais a ser mandado, eu estou aqui faço meus horários, venho no dia que quero, não quero mais trabalhar pra ninguém (AQUILES, 2009), (Informação verbal).*

Analisando as falas ou depoimentos citados, é importante perceber que os mesmos iniciam transmitindo a idéia de que nos trabalhos de Carteira assinada são oferecidas remunerações inferiores àquelas que os vendedores já atingem, fato esse, que incentivaria sua permanências na informalidade. Todavia, os entrevistados finalizam suas reflexões tomando o mesmo norte, ou seja, destacando a recusa em trabalhar para terceiros. No depoimento, abaixo, essa rejeição é explícita, pois ao avaliar a atividade de vendedor, Cronos (2009) – 38 anos –, enaltece:

*Maravilhosa, melhor não podia ser. Porque não tenho patrão, o patrão aqui sou eu, eu chego na hora que eu quero, fecho a hora que quero, se eu quiser passar um dia, dois dias quatro, cinco dias no meio do mundo eu passo*

*depende do meu bolso, por isso que eu trabalho muito, porque quando eu quero fazer uma farra de quatro, cinco dias no interior eu vou. Não dependo de ninguém, e dependo sim, das minhas vendas* (CRONOS, 2009) (Informação verbal).

E acrescenta:

*Eu só trocaria, se fosse por uma profissão boa, você veja que eu sou um cara de mente boa, não sou cara pra ganhar R\$ 500,00 nem R\$ 600,00. O salário para mim tinha que ser de R\$ 5.000,00 contos, se fosse para ganhar menos eu não ia nem lá, deixava para os outros que estão precisando, tem uns aí que estudaram mais do que eu e só pega se for um trabalho desses [referindo-se àqueles que pagam entre R\$ 500,00 e R\$ 600,00].* (CRONOS, 2009), (Informação verbal).

A não inserção no mercado de trabalho formal pode levar parte desses trabalhadores a pensar que são trabalhadores autônomos, sem terem de passar pela condição de subordinados, materializada nas relações contratuais. E quando expressam que “trabalhar para os outros é muito ruim”, englobam o fato de prescreverem seus próprios horários, de não possuírem obrigações fixadas por seus empregadores. Estes apreendem que, uma vez inseridos na condição de empregado, só serão “proprietários” de ínfima parte do que produzirem, pois como enfatiza Marx (1996, p. 661):

O que vai para o trabalhador sob a forma de salário é uma parte do produto por ele constantemente reproduzido. Na verdade, o capitalista paga-lhe em dinheiro, mas esse dinheiro não é mais do que a forma a que se converte o produto do trabalho, ou mais precisamente, uma parte dele.

Na verdade, percebe-se que os vendedores que apresentaram essa postura tentam “desamarrar-se” da exploração imposta pela produção capitalista, fundamentada no trabalho assalariado – produtivo –, do qual é extraída a mais-valia produzida pelos trabalhadores. Isso porque, segundo Marx (2004), no trabalho assalariado, a força de trabalho é consumida pelo capitalista, que a compra como adquire uma outra modalidade de mercadoria qualquer. O resultado do trabalho se torna alheio ao trabalhador por não lhes pertencer, e sim, ser de posse do capitalista, que o remunera pela produção desses resultados.

Todavia, nas ocupações por conta própria, o trabalhador consome sua força de trabalho e emprega seus meios de produção, objetivando retirar desse processo capital. Contudo, o que se pode observar é que esse tipo de trabalhador está “livre” da subordinação à figura de um patrão, que em geral, no trabalho assalariado, é responsável pela compra de sua força de trabalho. Mas, por outro lado, esse mesmo trabalhador não está liberto da “opressão”

das relações mercantis, posto que para participar da sociedade capitalista como consumidor, deve constantemente realizar trabalho para gerar rendimentos. Como mostra Marx (1996, p. 673),

[...] o trabalhador pertence ao capital antes de vender-se ao capitalista. Sua servidão econômica se concretiza e se dissimula, ao mesmo tempo, pela venda periódica de si mesmo.

Seja essa venda direta ao capitalista ou transformada no consumo de sua própria força de trabalho, isto explica porque até as formas de trabalho por conta própria exigem de seus representantes uma “obediência” a atividade que se dedicou a realizar, tenham eles ou não o compromisso com um empregador. O próprio trabalhador passa a se “auto-regular” para poder atingir os níveis esperados de rendimento. Suas necessidades de consumo e o seu desejo de “ter” atuam como instigadores para que o trabalhador se auto-explore.

Marx (2004) se refere a essa necessidade, destacando que: “[...] O motivo que incita um homem livre a trabalhar é muito mais violento que o que incita o escravo: um homem livre tem que escolher entre trabalhar no duro e morrer de fome [...]” (2004, p. 96). Ou seja, para conservar-se, para manter seus meios de subsistência, necessita constantemente trocar (ou consumir) sua única mercadoria, a força de trabalho da qual dispõe.

Neste sentido, é preciso lembrar, sob o ponto de vista analítico, o que afirma Marx ao expor que:

Do ponto de vista social, portanto, a classe trabalhadora, mesmo quando não está diretamente empenhada no processo de trabalho, é um acessório do capital do mesmo modo que o instrumental inanimado de trabalho. Dentro de certos limites, mesmo seu consumo individual não passa de um elemento do processo de reprodução do capital [...]. O escravo romano era preso por grilhões; o trabalhador assalariado está preso a seu proprietário por fios invisíveis (1996, p. 667).

Diante do exposto, questiona-se a veracidade, natureza dessa autonomia enaltecida por alguns dos vendedores entrevistados, levando-os inclusive a priorizar, o trabalho de ambulante em detrimento de um emprego de Carteira assinada, no qual seria possível assegurar vários dos seus direitos trabalhistas, que ficam à margem, das ocupações por conta própria.

Na fala do entrevistado Cronos (2009), podemos analisar como essa auto-exploração se apresenta no cotidiano do entrevistado, que em nome da “independência” usufruída por sua ocupação, descarta as ocupações formais (Ver relato de Cronos, na página 148). O mesmo se

intitula como seu próprio patrão, fato que lhe permite decisão quanto aos seus horários. Contudo, no mesmo trecho, o vendedor revela trabalhar muito<sup>95</sup>, ou seja, compensando assim os dias que determina como folga. E ainda acrescenta que não depende de ninguém, e sim de suas vendas. Assim, não se pode desconsiderar que para ter uma renda, o mesmo necessita consumir sua força de trabalho, sob uma certa jornada impressa por si mesmo.

As intensas jornadas de trabalho, a frequência dos vendedores nos fins de semana à passarela do Natal Shopping e do Via Direta<sup>96</sup>, as motivações que os levaram a ser vendedores – haja visto que alguns foram levados pelo desemprego –, dentre outras dificuldades inerentes a esse trabalho, levam a se questionar, que autonomia é essa que aprisiona tais indivíduos em sua labuta, apesar de estarem na ausência de um empregador?

O cotidiano desses trabalhadores, no tocante às suas condições de trabalho, também revela a fragilidade de sua independência como “donos de seus próprios negócios”, uma vez que utilizam o espaço público como *locus* de sua atividade. Convivem, diariamente, com a incerteza da permanência nesses locais, ou seja, configurando a falta de controle sobre essa ocupação. Tal problemática foi a mais denunciada pelos entrevistados, quando abordados sobre as dificuldades em trabalhar nas ruas, pois em sua maioria, os entrevistados citaram alguma ocorrência envolvendo os fiscais da Semsur, que atuam inibindo as vendas nesse local.

A entrevistada Selene (2009) – 57 anos –, ao relatar suas contradições com a fiscalização da Semsur ilustra bem essa problemática vivenciada pelos vendedores<sup>97</sup>:

*Já, tive sim [referindo-se a problemas com a Semsur]. Já saí de carreira umas 03 vezes aqui. Olhe o tipo de problema é que eles não querem conversa, eles chegam e carregam o carrinho da gente, já carregaram meu carrinho aqui. A primeira vez, eu tinha um carrinho de cachorro quente, quando saí deixei amarrado, assim como todo mundo deixa, com o cadeado aqui no poste, aí quando eu cheguei, cadê o carrinho? Tinham quebrado o cadeado, a corrente, e tinham levado o carro (SELENE, 2009), (Informação verbal)*

<sup>95</sup> O referido entrevistado trabalha diariamente 06 horas, em geral 07 dias por semana, de domingo a domingo, a fim de compensar esses dias que ele próprio determina como descanso.

<sup>96</sup> Ao ordenar-se os vendedores segundo a quantidade de dias de trabalho por semana, ficou preeminente o número dos que trabalham 06 dias (66,67%). Apenas 13,33% dos entrevistados atuavam 05 dias, havendo ainda os que trabalham de domingo a domingo (20%). A análise sobre a jornada de trabalho dos vendedores comprova que 56% dos vendedores trabalham aos sábados, 11% aos domingos e 33% aos sábados e domingos

<sup>97</sup> Selene (2009) é natural de São Jose de Campestre/RN, e reside em Natal há 06 anos. Trabalha como vendedora ambulante a esse período, e sempre atuou na calçada do Shopping Via Direta, sendo que atualmente comercializa churrascos e bebidas. Como material de trabalho a referida vendedora possui desde a churrasqueira, usada para assar os churrascos, até pequenos bancos destinados ao uso de seus clientes

E continua expressando sua indignação ao comentar sobre a atuação dos fiscais, quando a indagamos, se havia uma orientação prévia, de que tal local é inadequado para as vendas:

*Não, não conversou, agora assim: eles viviam dizendo que ia chegar um dia que não ia poder mais colocar os carros aqui, mais aí eles eram pra ter avisado. Quando eu cheguei no outro dia, cadê o carro? O canto mais limpo. Mais aí eles eram para passar avisando. É muito ruim trabalhar assim.* (SELENE, 2009), (Informação verbal)

Dentre as demais dificuldades apontadas pelos vendedores, foram identificadas a falta de estruturas apropriadas para exporem suas mercadorias, ausência de energia elétrica direcionada para os mesmos, violência, poluição sonora e a necessidade de alimentarem-se em seu local de trabalho, por não terem onde guardar suas mercadorias, posto se deslocarem com as mesmas diariamente de suas residências e/ou armazém nas proximidades da passarela do Natal Shopping e do Via Direta.

O desabafo de Adônis (2009) – 69 anos –, resume os obstáculos enumerados pelos vendedores em geral:

*As maiores dificuldades? Nossa, tem uma série de coisas: é trazer esses negócios para cá [referindo-se as suas mercadorias] é levar tudo isso de volta para casa, é uma tomada que aqui não tem, é a refeição, e ainda tem os bandidos que incomodam a gente* (ADÔNIS, 2009), (Informação verbal)

O depoimento de Cronos (2009), um dos entrevistados que mais exaltou os benefícios do trabalho por conta própria, refere-se ao cotidiano nas ruas, destacando quais suas maiores dificuldades:

*[...] a prefeitura, as contas que chegam: a prestação de meu carro, o dinheiro da alimentação, e meu problema mesmo é com a Semsur. Essa galera que entrou agora, não está sabendo trabalhar direito, a prefeita está querendo retirar a gente de locais que ela acha que é proibido, e aqui a gente acha que não deve ser. Ela acha que tem que tirar e blá blá, aí ela quer tirar a gente do local onde ganhamos uns trocadinhos, e eu preciso, tenho duas criancinhas que estudam particular, então tenho que pagar, tem prestação de carro, tem alimentação, roupas, várias coisas. Aí vem uma pessoa que chegou agora no poder e manda fazer uma limpeza, aí chegam aqui torrando, quebrando tudo. Agora se quebrarem minha mercadoria, a mão fica. Não sabem [os fiscais] chegar antes conversando, tendo um bom*

*diálogo, eu mesmo já sai aqui no tapa com um fiscal, e isso aí ainda esta rolando*<sup>98</sup>. (CRONOS, 2009), (Informação verbal).

Yasbek (2006, p. 98) ressalta que para os sujeitos, neste caso os camelôs, esse tipo de trabalho não é:

Resultado de uma escolha, é apenas uma face do direito à sobrevivência, uma forma de ter o que comer, de abrigar-se, de levar a vida enfim, buscando uma dignidade sempre posta à prova por constrangimentos de diferentes ordens [...].”

Diante do exposto, nota-se que a atividade de vendedor ambulante, classificada como por conta própria, sofre uma série de “restrições”, que a aproxima mais da falta de trabalho, do que de uma independência para o trabalhador: “[...] O trabalho árduo é eufemisticamente confundido com ‘empreendimento’, as virtudes da independência com ‘liberdade’ e o trabalho por conta própria com ‘realização pessoal’ [...]” (MALAGUTTI, 2000, p. 89). A própria escolha, quanto à condição de trabalhador por conta-própria, nem sempre viceja exclusivamente dos anseios particulares dos indivíduos. Essa escolha – ou não escolha –, em muitos casos é induzida em virtude da conjuntura do desemprego nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, que aponta a informalidade como uma das alternativas. Isto explica, inclusive, por que essa, vem também se esgotando, visto que até suas modalidades de ocupações têm ficado sobrecarregadas.

Para alguns autores, como Malagutti (2000), Alves; Tavares (2006), a mesma “ilusão” pode acometer os trabalhos por conta própria de outras naturezas, como os representados pelos donos de pequenos negócios, configurando o que Malagutti (2000) intitula como o “mito da pequena empresa”.

O discurso usado pelos vendedores é semelhante ao adotado pelos microempresários, que ao optarem por formatar seus próprios negócios, são instigados com o discurso dominante de que esses candidatos a empregadores possuem as condições necessárias para adentrarem nessa categoria junto ao mercado

Diante do quadro de desemprego instaurado, as pequenas e microempresas surgem como alternativas ao desemprego, funcionando, inclusive, como válvula de escape, pelo fato de ser uma forma artificial de representar a absorção da mão-de-obra desprezada pelo capital.

---

<sup>98</sup> O comentário final do entrevistado Cronos expõe que o mesmo foi autuado, por ser acusado por desacatar a autoridade.

São vários os posicionamentos que avaliam a importância das pequenas empresas, diferenciando se conforme a sua localização no jogo econômico. Para uma considerável parcela de brasileiros que a enxergam como alternativa ao desemprego, a mesma tem sua precarização sublimada, pelo fato de representar, embora que de forma abstrata, a inserção sócio-econômica desses indivíduos no mercado de trabalho.

O grande empresariado adota o discurso que incentiva tais empreendimentos, por ser um dos grandes beneficiados de seu desenvolvimento. Quanto maior o número de microempresas, maiores serão as chances dessa classe poder baratear seus custos de produção com base na exploração dos negócios emergentes.

A classe dominante, bem como a mídia acrítica, incentivam o crescimento deste setor, por vislumbrá-lo não só como novos espaços a serem ocupados pelos desempregados, mas, sobretudo, por considerá-lo como um disseminador de falsas idéias e valores que interiorizam nas pessoas a concepção de que são empreendedores, e não mais explorados do sistema capitalista. (Malagutti, 2000).

Para o grande capital, a existência das pequenas empresas é mais uma possibilidade de explorar o trabalhador, mas agora de forma indireta, pois ele recebeu a nova nomenclatura de trabalhador, “por conta própria” ou “pequeno-empresário”.

Na verdade, trata-se de uma extensão das relações flexíveis de produção, pois se assemelha aos contratos temporários, pelos quais o empregado não constrói vínculo empregatício junto ao seu empregador. Porém, trabalha conforme suas solicitações, explorando sua própria força de trabalho e a de seus familiares, e ainda pode chegar a assalariar um número reduzido de trabalhadores. O objetivo, como destacado por Alves; Tavares (2006), é atingir

uma racionalização de seus processos produtivos para atender às exigências da economia de mercado, de modo a tornarem-se mais competitivas, diminuindo custos e fragmentando a classe trabalhadora (p. 434).

As autoras observam também que, diante da baixa tecnologia pertencente à pequena empresa, essas tentam produzir mais lucros, através da exploração da classe trabalhadora. E para isso, incentivam as práticas flexíveis de contratação; ou seja, assim o fazem explorando seus funcionários (ALVES; TAVARES, 2006).

Malagutti (2000), observando a definição problemática entre formal-informal, comenta que não é apenas o uso de um único critério que atribui a um trabalhador a posição de assalariado, ou por conta própria. O mesmo indivíduo que trabalha formalmente, com sua

Carteira de Trabalho devidamente assinada, pode também trabalhar informalmente, desempenhando em suas horas livres uma outra atividade, objetivando complementar sua renda. Em face às duplicidades como essas, Malagutti (2000, p. 102) questiona: “que tipo de trabalhador é esse?”. Ao fazer esse questionamento o autor estabelece o confronto em defender suas idéias de que a formalidade e a informalidade coexistem, subsidiam-se e interpenetram-se, sendo, desse modo, indissociáveis.

Após as observações anteriores, podemos acompanhar essa mesma lógica e destacar que somente a ausência do empregador não é suficiente para definir se uma atividade é autônoma ou não, pois apesar de não se verificar a extração da mais-valia produzida através do trabalho assalariado, o trabalhador continua contribuindo para a sua produção, “[...] sem no entanto ser diretamente expropriado de uma parcela do trabalho excedente que realiza” (MALAGUTTI, 2000, p. 117).

As formas de trabalho na informalidade se aproximam mais de uma “alternativa ao desemprego” do que de uma “auto-governança”. O mais agravante é perceber que, nas formas atípicas de ocupação, o controle do capital prescinde da figura do patrão. Antes, este se recicla e se reproduz mesmo na ausência do trabalho assalariado (Alves; Tavares, 2006).

## 5 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O trabalho por conta própria, tomado como referencial analítico em nosso estudo por meio da atividade dos vendedores ambulantes, sujeitos dessa pesquisa possibilita uma série de discussões sobre sua natureza. A atualidade do debate, nas últimas décadas do século XX tem se mostrado presente no contexto de vida dos trabalhadores, principalmente com o agravamento do desemprego instaurado após a década de 1980, estendendo-se até os anos de 2000 do século XXI.

O objetivo central de nossa pesquisa, estudar as condições de trabalho dos vendedores ambulantes do Natal Shopping e Via Direta, como de apreender o “alcance” da suposta autonomia proporcionada por esse tipo de ocupação, teve como eixo de análise o desvelamento das contradições que se fazem presentes no dia a dia de trabalho dos vendedores ambulantes/camelôs.

A percepção dos nuances que perpassaram os posicionamentos dos sujeitos de nossa pesquisa quanto ao seu próprio trabalho, trazendo a tona detalhes dessa realidade, que somente à aproximação com tal objeto foi capaz de descortinar, sem que com isso possa-se dizer que o tema foi esgotado, muito ao contrário: da nossa análise, podem emergir novas temáticas, novos enfoques a serem aprofundados.

Ao embasar teoricamente os caminhos de nosso estudo, observamos que o trabalho por conta própria, faz parte de um leque de ocupações que vêm se multiplicando no contexto da informalidade do trabalho. Essa por sua vez, apesar de não ser uma inovação no mundo do trabalho, amplia-se a partir dos anos de 1970 com a reestruturação produtiva, que vislumbra na flexibilidade do trabalho um arsenal de possibilidades para o capital se renovar e amenizar os efeitos da crise econômica vivenciada a partir desse decênio.

A informalidade mostrou-se como uma alternativa para àqueles que diante do déficit de postos de trabalho, encontram-se desempregados, englobando desde os trabalhadores informais tradicionais - os assalariados sem carteira assinada, e os informais denominados como trabalhadores por conta própria.

Estudar a informalidade e sua heterogeneidade foi fundamental para apreender como a mesma se apresenta na sociedade, englobando desde os pequenos e grandes produtores, até mesmo os assalariados que trabalham totalmente desprotegidos de qualquer direito trabalhista. Tal realidade indica assim, que o aumento do desemprego acentua a precarização das atividades que surgem, pois quem se mantém trabalhando, é instigado a se adaptar às

novas formas de produção, embasadas nas contratações flexíveis, e nas “ilusórias” formas de trabalho independentes, que encortinam, sobretudo a exploração inerente a produção capitalista.

Em considerando o trabalho como categoria fundante do ser social, sua falta acarreta problemáticas de ordem econômica e social, evidenciando-se que os altos índices de desemprego tem acentuado as condições de pobreza e a miserabilidade de segmentos que se utilizam de estratégias de sobrevivência, tais como biscaites e/ou outras atividades precarizadas no mundo da informalidade.

A postura do Estado diante do desemprego atende aos preceitos do Neoliberalismo, por meio da implantação de políticas públicas que minimizadas, na sua atuação, atingem diretamente os segmentos da população que se encontram fora do mercado e/ou inseridas precariamente, tendo agravadas as questões econômicas e sociais, e assim sendo duplamente penalizados. De um lado, não conseguem auferir seu próprio sustento, pois os postos de trabalho são cada vez mais escassos, e por outro lado, não encontram no Estado Políticas Públicas que amenizem tal carência.

Neste estudo aprofundando-se o debate sobre o mercado de trabalho informal, evidenciou-se a problemática sobre a inclusão precarizada que determinadas ocupações atípicas disseminam, acarretando uma série de “processos excludentes”, posto que, diante da natureza de algumas atividades, os sujeitos que a executam são discriminados socialmente, os camelôs, vendedores ambulantes, são vistos como pessoas “incômodas”, que exercem atividade de forma irregular.

A inclusão precarizada, estabelecida nesse tipo de ocupação, nos revela que esses indivíduos estão incluídos na sociedade economicamente, uma vez que, também participam como consumidores, entretanto, sua condição de camelôs, os coloca diante de “processos excludentes”, verificados em estigmas associados aos mesmos, como por exemplo, quando são relacionados com a “ilegalidade”, ou a “desordem”.

Neste sentido, em acordo com os autores que embasaram nossa linha de análise, Tavares (2004), Pochmann (2002), Malagutti (2000), Cacciamali (1983), a informalidade não deve ser considerada como uma parte isolada do mercado de trabalho. Antes, como parte integrante, intersticial da produção capitalista. E partindo dessa consideração, temos que a informalidade se apresenta não só como alternativa ao desemprego, mas tem sua funcionalidade, inclusive para a reprodução do capital. É a coexistência entre atividades formais e informais, que vêm dando suporte à reprodução do capital, diante das alterações impostas pela reestruturação capitalista.

Tal ligação entre os setores tem permitido a reprodução do capital, por conseguir englobar, no circuito do consumo, os trabalhadores que não se encontram assalariados, mas que informalmente conseguem gerar suas rendas. Por outro lado, a existência da informalidade tem contribuído também para o capital à medida que possibilita ao mesmo usufruir da força de trabalho de terceiros, sem nenhum vínculo empregatício, descartando qualquer tipo de compromisso na relação do empregador com seu empregado.

Analisando essas novas possibilidades inerentes à informalidade do trabalho, é crucial apreender-se que o trabalho não se tem eximido do domínio do capital, mas sim, que este tem se disfarçado sob as formas flexíveis de contratação. Em alguns casos, o trabalhador se avalia como “livre”, quando na verdade, está “preso” aos fios invisíveis da produção (TAVARES, 2004).

Durante esse estudo, apreendemos que a informalidade é de tal forma notória no mundo do trabalho, que coexiste até mesmo onde predomina o trabalho formal. É o que acontece, por exemplo, com trabalhadores que são concomitantemente formais e informais. Outro detalhe observado na pesquisa foi o fato de que a informalidade não é restrita a uma determinada classe social, profissão, faixa etária, escolaridade, mas sim, é um “fenômeno” que se espalha por toda a sociedade, atingindo os diferentes indivíduos, seja junto a um pequeno empresário ou mesmo no contexto dos vendedores ambulantes.

Em um outro recorte no percurso de nossa pesquisa, observamos a contribuição do trabalho improdutivo para a acumulação do capital. Em considerando a produtividade do trabalho para a reprodução capitalista, temos que uma atividade é denominada como trabalho produtivo, se apresentar em seu fim, a produção de mais-valia. Após estudar as novas formas pelas quais o capital vem se recriando, percebemos que o trabalho considerado “improdutivo”, apesar de receber essa nomenclatura, contribuiu também para a reprodução do capital.

Difunde-se a noção de que apenas os trabalhadores inseridos nas relações assalariadas apresentam um sobre-valor no término de seu trabalho, estando assim, submetidos ao capital. Contudo, apreendemos, que todos, independentemente da existência ou não de vínculos empregatícios, contribuem para sua reprodução. O próprio consumidor final participa de forma indireta da reprodução do capital, uma vez que o consumo é uma de suas etapas. Ao ativá-la, estamos também contribuindo para sua manutenção.

Um dos exemplos mais exaltados pelos autores estudados foi o trabalho em domicílio. Nesse caso, o produtor que trabalha para si mesmo, percebe-se como “autônomo”. Porém, ignora que continua a trabalhar segundo os preceitos dos capitalistas, haja vista que suas

demandas de trabalho, em geral, advém do grande capital. Nesse tipo de ocupação, ocorre a transfiguração do que aparenta ser uma produção familiar, na qual os membros trabalham de forma autônoma para aquilo que Tavares (2004) denomina como “departamentos externos das fábricas”. A exploração do empregado pelo empregador permanece, alterando-se apenas seu carizes, devido, terem se alterado o espaço de produção dos trabalhadores.

Para melhor apreendermos a atividade dos vendedores ambulantes, destacamos no cerne do trabalho informal, os trabalhadores denominados por conta própria. Fez-se notório que os sujeitos contemplados nessa modalidade não possuem características uniformes.

Apreendemos também que os motivos que direcionam os sujeitos dessa pesquisa, para a atividade de camelô são inúmeros, distinguindo-se quanto às suas motivações, posto que algumas pessoas fazem esse percurso guiadas pela esperança de obterem alguma renda. Nesse caso, a idade, a escolaridade e a baixa qualificação, funcionam como determinantes para essa escolha.

Esses são trabalhadores procedentes do campo, inseridos no processo migratório para a capital, ocasionado pela falta de trabalho nos seus municípios, seja pela falta de condições de trabalho na agricultura, seja pela exploração no trabalho exaustivo, por vezes, desumanas vivenciadas na lavoura. Há ainda aqueles trabalhadores por conta própria que optaram em não se submeterem à figura de um empregador, passando assim a serem seus próprios patrões.

Observamos, em decorrência de nossa pesquisa que o trabalho por conta própria, é uma realidade expressiva junto aos trabalhadores brasileiros, em virtude de determinantes tais como: a flexibilidade da produção e a busca por melhores condições de trabalho, visto que, algumas pessoas, avaliam que, esse tipo de ocupação, proporcione melhores rendas, sem falar na tão almejada perspectiva, em se alcançar a “autonomia” esperada com o trabalho independente. O trabalho por conta própria não deve ser considerado como residual, pois vem compondo ao lado do trabalho assalariado, a totalidade da reprodução social e do capital.

Contudo, é substancial atentarmos para a denominação “conta própria” que não traduz a ausência das determinações capitalistas, mas sim exprime a condição do trabalhador que se auto-emprega, ou por que não dizer se auto-explora.

No tocante ao mercado de trabalho, em Natal/RN, embora essa cidade se encontre em crescimento econômico, não vem apresentando os postos de trabalho necessários para acolher sua população demandante. Esta “carência” é registrada, entre outros determinantes, por Natal ser a capital do RN, alvo de grande parte dos migrantes que buscam os centros administrativos, objetivando melhores condições sócio-econômicas. Outro determinante é o

aumento do desemprego, difundido com a reestruturação produtiva, que tende a otimizar a produção, descartando gradativamente a necessidade por novos trabalhadores.

Essa tendência explica o aumento do número de trabalhadores por conta própria na Cidade. Para cada dois trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho, um consegue empregar-se, e outro permanece na condição de desempregado.

É relevante a quantidade das ocupações emergentes em Natal, posto que é o setor de serviços, dominante na Cidade, que concentra também trabalhos considerados precários, devido ao tipo de contratos praticados no referido setor. Ressalta-se que os serviços englobam, além dos contratos flexíveis, as ocupações por conta própria, sendo que entre essas, segundo Silva (2008a), o ramo do comércio ambulante e em feira livre foi um dos que apresentaram maior crescimento.

Dessa forma, percebe-se que a forte presença dos vendedores ambulantes, foi guiada pela falta de maiores opções de trabalho e pelo desenvolvimento do comércio local. À medida que os estabelecimentos comerciais vão se instalando, os camelôs acompanham essa chegada, e se fixam em suas imediações, tornando-se perceptíveis em toda a Cidade, seja nas calçadas de grandes lojas ou mesmo oferecendo seus produtos em canteiros e semáforos de toda a Natal.

A observação realizada junto ao trabalho dos vendedores da passarela do Natal Shopping e do Via Direta indicou que essa atividade é marcada pela precarização, uma vez que se trata de um trabalho insalubre, por ser desenvolvido nas ruas, submetido às condições naturais (sol intenso, chuvas, poluição sonora, etc), bem como, trata-se de uma prática considerada “ilegal” pelo poder público municipal, que avalia o local da passarela do Natal Shopping e Via Direta como impróprio a comercialização de qualquer tipo de produto.

Avaliando os resultados sócio-econômicos da atividade dos camelôs, registramos as baixas remunerações – 70,84% dos entrevistados, ganham até R\$ 600,00 por mês –, e as altas jornadas de trabalho – 46,6% trabalham de 10 a 12 horas por dia –, sendo que apenas 13,33% dos vendedores trabalham 05 dias por semana, enquanto 66,67% trabalham 06 dias, sublinhando o esforço desmedido desses trabalhadores para atingirem um montante tido como considerável ao término de suas labutas.

Os relatos explicitaram também que a parcela dos vendedores que contribui para a Previdência Social é irrisória, atingindo apenas os 3%, traduzindo a precariedade desse trabalho em relação a direitos trabalhistas essenciais, como auxílio-doença, indicando um problema real, que provavelmente será vivenciado pela maioria desses sujeitos, quando

adentrarem na terceira idade e não contarem com o mínimo de tempo de contribuição exigido para o processo de aposentadoria.

Em relação às maiores dificuldades enfrentadas por esse tipo de trabalho, foram elencadas pelos vendedores ambulantes o problema de atuar de forma “irregular”, haja vista ainda não terem outra localização para que passem a se instalar. Muitos expressaram o “incômodo”, ou na verdade o “temor”, de permanecer nas margens da passarela do Natal Shopping e do Via Direta, devido à atuação da fiscalização da Semsur, por essa representar muitas vezes, não só a proibição das vendas devido à ilegalidade do local, mas por simbolizar a “perda”, tanto dos produtos comercializados, quanto dos poucos recursos utilizados pelos vendedores, como por exemplo, seus suportes e carros usados como demonstradores, fato este apresentado pelos entrevistados, em relação a este problema.

Os camelôs apontaram também dificuldades em relação à falta de estrutura para trabalhar, pois não há energia elétrica adequada para que os mesmos, possam utilizar. As refeições, em geral, são realizadas no próprio local de trabalho, pois como não há um local apropriado para “guardar” os produtos, os vendedores acabam não se ausentando de seus pontos de venda. E citaram também a questão da violência, materializada nos freqüentes roubos, praticados contra os vendedores.

As entrevistas com os vendedores ambulantes nos permitiram observar junto aos mesmos, como se evidencia a suposta “autonomia” vivenciada por meio do trabalho por conta própria, e como esses trabalhadores a avaliam, uma vez que, alguns dos entrevistados a mencionam como um dos motivos que os levaram a essa ocupação.

Considerando a intenção ou não, dos vendedores em mudar de atividade, caso tivessem a “chance” de se inserir no mercado formal, pôde-se apreender que no universo daqueles que não tem esse objetivo (33% dos entrevistados), o fator primordial é a “autonomia” inerente ao trabalhador por conta-própria. Todavia, seria superficial cogitar a consistência dessa “autonomia”, diante da precariedade das condições de trabalho presentes nessa forma de ocupação.

A autonomia mencionada pelos vendedores, concentra-se no fato de se considerarem, seus próprios patrões, possibilitando o auto-controle de suas atividades. Mas, por outro lado, vimos que o contexto conjuntural assume o papel desenvolvido pelo “patrão”, pois se por necessidades socioeconômicas, o trabalhador opta em estender sua carga horária, o mesmo, não é independente para determinar sua redução. Ou seja, o mesmo não tem liberdade para determinar sua redução.

Assim, consideramos que essa “autonomia” é restrita, e pode atingir negativamente o trabalhador, pois, “encortina” a exploração que esse, pratica contra si mesmo. Tal independência é notória, apenas no tocante a relação empregado x empregador, sendo irrelevante diante das artimanhas do capital.

Avaliando a importância de divulgar os dados obtidos com tal estudo, pretendemos socializá-los junto às organizações / associações representantes dos vendedores ambulantes, bem como, junto a órgãos do poder público local, haja vista, que a atividade de camelô tem tornado-se cada vez mais notória no contexto da cidade de Natal/RN.

Esperamos que as reflexões feitas neste trabalho, aliadas aos resultados de nossa pesquisa, possam contribuir para novos estudos na área, e ampliação do debate sobre o trabalho informal/informalidade, entre profissionais do Serviço Social, e demais estudiosos desta temática.

## 6. REFERÊNCIAS

## 6. REFERÊNCIAS

ADÔNIS. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta: quem são, como trabalham?** Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 25 min).

ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A Dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ALVES, Maria Aparecida. **“Setor informal” ou trabalho informal?** uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade. (Dissertação de mestrado). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UEC), Campinas, 2001. 157 f.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 50, ano XVII, abril de 1999.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses do mundo do trabalho e a centralidade do mundo do trabalho**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Os Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006b.

\_\_\_\_\_. Construção e desconstrução da legislação social no Brasil. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006c.

\_\_\_\_\_. **A Desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula**. Campinas, SP: Autores associados, 2004.

APOLO. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta:** quem são, como trabalham? Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 35 min).

ARAÚJO, Cláudio R. de. **O Trabalho informal dos “camelôs” no bairro de Cidade Alta em Natal.** (Monografia de Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Natal, 2001. 74 f.

ARAÚJO. Severina Garcia. Conflitos de terra no Rio Grande do Norte: emergência dos assentamentos rurais. In.: **Assentamentos rurais:** trajetórias dos trabalhadores assentados e cultura política. Natal, RN: EDUFRN, UFRN, 2005.

ARETUZA. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta:** quem são, como trabalham? Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 25 min).

ATENAS. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta:** quem são, como trabalham? Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 25 min).

ATLAS. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta:** quem são, como trabalham? Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 25 min).

AQUILES. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta:** quem são, como trabalham? Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 25 min).

BARBOSA, Raniere. A SEMSUR precisa de ideais. Natal, RN, 2007. **Tribuna do Norte**, Natal, mar de 2007, (entrevista concedida a Marcelo Barroso).

BEHRING, Elaine Rossetti. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. In: CFESS; ABEPSS-CEAD/NED-UNB. Capacitação em Serviço Social e Política Social. **Política Social**. Módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância. 2000.

\_\_\_\_\_. **Brasil em Contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 2).

BELLUZZO, Luiz G. de Mello; COUTINHO, Renata (Org.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil: 30 anos de economia**. 4. ed. v. 1, Campinas: UNICAMP, 1998.

BETAT, Inara dos Santos. **Regulamentação dos direitos trabalhistas no Brasil: uma tentativa de conciliação entre o capital e o trabalho (1937-1945)**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós Graduação em Economia, Local, 2005. 138 f.

BEZERRA, Osicleide de Lima. **“Vai trabalhar vagabundo”**: valores e representações sobre o trabalho. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2006. 161f.

BRASIL. Constituição de 1988. EC nº. 20/98. Dispõe sobre a seguridade social. **Constituição da república federativa do Brasil**. Distrito Federal. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **Consolidação das Leis de Trabalho (CLT)**. Dec.-lei nº. 5.452, de 01 de maio de 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em: set. 2009.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In: **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. São Paulo: UNIJUÍ, 1991.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 22. ed. São Paulo: UNIJUÍ, 1997.

CACCIAMALI, M. Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e sociedade**. n. 14, jun. 2000.

\_\_\_\_\_. Desgaste na legislação laboral e ajustamento do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. In.: Posthuma, A. C. (Org.). **Abertura comercial e ajuste no mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: 34, 1999.

\_\_\_\_\_. Setor informal: um conceito controvertido: In.: **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Editora. IPE, Série Ensaios Econômicos, 1983.

CACCIAMALI, M. Cristina; SILVA, M. de Fátima. Mais informalidade, menos cidadania: os efeitos criados por esse círculo vicioso sobre a formulação da política social na América Latina. **Cadernso Prolam**. São Paulo, ano 2, vol. 2, 2003.

CARVALHO, Alba M. Pinto de. A Questão social e as transformações nas políticas sociais: as respostas do Estado e da sociedade civil. In: OFICINA REGIONAL DA ABESS, 1998. **Anais...** Fortaleza: ABESS. 1998.

CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO OU TRANSMISSÃO DE VALORES E DE CRÉDITOS E DIREITOS DE NATUREZA FINANCEIRA (CPMF). Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/CPMF>>, acesso em 17 de jan de 2009.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

COTRIM, Gilberto. **História e consciência do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS. Disponível em: <[www.nesp.unb.br/polrhs/Normas/Lei\\_9601\\_1998.htm](http://www.nesp.unb.br/polrhs/Normas/Lei_9601_1998.htm)>, acesso em 30 de fev de 2009.

CRONOS. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta**: quem são, como trabalham? Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 25 min).

DALBOSCO, Eduardo; KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins. Os desafios de compreender o trabalho informal. **Ser Social**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB, Brasília, n. 5, 1999.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Região Metropolitana de Natal**: radiografia do Mercado de Trabalho de Natal. Natal: DIEESE, 2002.

\_\_\_\_\_. **Anuário dos trabalhadores 2007**. 8 ed. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Jornada de trabalho no Brasil**. Sistema de informações para acompanhamentos das negociações coletivas no Brasil. Meta II – Relatórios. São Paulo, 2006. Disponível em: <[www.mte.gov.br/observatorio/Prod02\\_2006.pdf](http://www.mte.gov.br/observatorio/Prod02_2006.pdf)> Acesso em: 4 abr. 2009.

DIONÍSIO. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta: quem são, como trabalham?** Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 25 min).

DURÃES, Bruno José Rodrigues. **Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI**. (Dissertação Mestrado). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2006. 230 f.

FALEIROS, Vicente de Paula. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: CFESS; ABEPSS-CEAD/NED-UNB. Capacitação em Serviço Social e Política Social. **Política Social**. Módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância. 2000.

FELIPE, José Lacerda; CARVALHO, Edilson Alves de. **Economia: Rio Grande do Norte: Estudo Geo-Histórico e Econômico**. João Pessoa: Grafset, 2002.

FRANÇA, Mardone Cavalcante. **Um Olhar sobre Natal: tão bela e desigual**. Natal: 2003. Disponível em: <<http://www.natal.rn.gov.br/sempla/index.php>> Acesso em: mar. 2009.

FREIRE, José Aldemir. **Dinâmica e características do mercado de trabalho de natal/RN: uma contribuição à política municipal de emprego e renda**. Prefeitura Municipal do Natal, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GAMBOA, Silvio Sánchez. Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: **Pesquisa Educacional: quantidade – qualidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GLAUCO, **Os Ambulantes do camelódromo do bairro de Cidade Alta, Natal/RN.** Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009. (MP3, 30 min.)

GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In.: Pandolfi, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em mar. 2008.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

HÉLIO. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta.** Quem são, como trabalham? Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 25 min).

HOMERO. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta:** quem são, como trabalham? Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 25 min).

HOUAISS Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Houaiss:** dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

HIDRATA, Daniel V; TELLES, Vera da Silva. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos avançados**, n. 21, v. 61, 2007.

IAMAMOTO, M. Villela. A Questão social no capitalismo. **Temporalis 03**, ano 2, jan./jun.2001.

\_\_\_\_\_. O Capital fetiche, questão social e serviço social. In: **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 2004

\_\_\_\_\_. A Questão social. **A idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ÍCARO. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta: quem são, como trabalham?** Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 25 min).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa do mercado de trabalho no Brasil: 1992-1997**. Departamento de Emprego e Rendimento IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Pesquisa. Pesquisa Mensal de Emprego. **Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2003-2008**. Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_mulher/Suplemento\\_Mulher\\_2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_mulher/Suplemento_Mulher_2008.pdf)>. Acesso em: fev. 2009a.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Pesquisas. Pesquisa Mensal de Emprego. **Trabalhadores por Conta Própria Perfil e Destaques**. Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Março 2008. Rio de Janeiro. 2008 b. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/parte1.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/parte1.pdf)>. Acesso em: mar. 2009b.

\_\_\_\_\_. **Indicadores do IBGE: pesquisa mensal de emprego janeiro de 2009**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php)>. Acesso: abr. 2009c.

KAIROS. **Conhecendo o trabalho da Fiscalização da Semsur**. Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal/RN. 2009. (MP3, 35 min).

LESBAUPIN, Ivo; MINEIRO, Adhemar. **O Desmonte da nação em dados**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

LIRA, Izabel C. Dias. Informalidade: reflexões sobre o tema. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 69, ano XXIII, 2002.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT: comentas para trabalhos científicos**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

MALAGUTTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informacional: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo, 2000.

MARTINS, J. de Souza. **Exclusão e a nova desigualdade social**. São Paulo: Paulus, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2. ed. RJ: Vozes, 2002.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril, 1978.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro: processo de trabalho e processo de produzir mais-valia. 7. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1982. Vol. I.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro: o processo de produção do capital. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Vol. II.

\_\_\_\_\_. **Capítulo VI inédito de O capital: resultados do processo de produção imediata**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos: filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MENELAU. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta: quem são, como trabalham?** Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 30 min).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>., acesso em: 29 de jun de 2009a.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS: Histórico**. Disponível: <http://www.mte.gov.br/ctps/historico.asp>, acesso em 06 de abr de 2009b.

MORFEU. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta: quem são, como trabalham?** Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 25 min).

MOTA, A. Elizabete; AMARAL, A. Santana do. **A Reestruturação produtiva e as novas modalidades de subordinação do trabalho:** reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTA, A. Elizabete. Seguridade social brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes. In: **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NARCISO. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta: quem são, como trabalham?** Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 25 min).

NASCIMENTO, Gerson Gomes do. **Shopping-centers:** elementos de (re)produção urbana na zona sul de Natal-RN. 2003. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2003.

NATAL. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEMPPLA). **Densenvolvimento humano em Natal:** estudo compartivo 1991-2000. Natal: SEMPLA. Departamento de Estudos e Pesquisas. Setor de Estatística e Informações. Natal, 2003.

NATAL. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO (SEMURB). **Conhecendo melhor seu bairro:** Alecrim. Natal: SEMURB. Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística. Setor de Pesquisa e Estatística. Natal, 2007.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da “questão social”. **TEMPORALIS**. Ano 2, n. 3, jan-jun, 2001.

OBSERVATÓRIO DAS METROPÓLIS. Projeto: **Análise das regiões metropolitanas do Brasil:** como andam as metrópoles brasileiras. 2005.

OLIVEIRA, Marco Antônio. **Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil, da Era Vargas ao Governo de FHC**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 2002. 355 f.

OLIVEIRA, Ivanilton Passos de. A Globalização e as transformações do mercado de trabalho da grande Natal: indústria informal de confecções: conseqüências. In: SEMINÁRIO DE GEOGRAFIA INTERNACIONAL GLOBALIZAÇÃO E MARGINALIDADE, I. **Anais...** local: instituição, ano. p. x-x.

OLIVEIRA, Flávio Aurélio de. **O Comércio informal exercido no espaço da associação shopping de pequenos negócios do Alecrim. Natal/RN**. (Monografia de Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Ciências Sociais. Natal, 2000. 68 f.

OLIVEIRA, Iris Maria de (Coord.) et al. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **A Condição de pobreza e exclusão social da população de Natal**. Relatório de pesquisa. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Base de Pesquisa Trabalho, Ética e Direitos. Natal, RN, 2005.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ocde>>, acesso em: 15 de jul de 2009.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: mar. 2008.

PALANGA, Isilda Campaner. Do Projeto que absolutiza à prática que relativiza a individualidade. In: **Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista**. São Paulo: Plexus, 1998.

PAMPLONA . João Batista. A Atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo. In: COMIN, A. (Org.). **Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo**. São Paulo: CEM/CEBRAP/EMURB, p. 308-338, 2004.

PÁRIS. **O Bairro do Alecrim como espaço notório da presença dos vendedores ambulantes**. Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal/RN. 2008. (MP3, 30 min).

PEREIRA, Potyara A. P. A Política social no contexto da seguridade social e do Welfare State: a particularidade da assistência social. **Revista Serviço Social e sociedade**, São Paulo, n. 56, ano 19, mar. 1998.

PIMENTA, Solange, Maria (Coord.). **Uma dimensão estratégica**. BH: UFMG/FACE/CEPEAD, 1999.

POCHMANN, Márcio. **O Trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRANDI, J. Reginaldo. **O Trabalho por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.

PROMETEU. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta: quem são, como trabalham?** Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 25 min).

ROSENFELD, Cínara L. Autonomia no trabalho informacional: liberdade ou controle? In: PICCINNINI, Valmiria Carolina; HOLZMANN, Lorena; KVÁCS, Ilona; (Org.) et al. **O Mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, empresa e sociedade: a teoria do reconhecimento de A. Honneth e o teletrabalho**. In: WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE - O mundo empresarial e a questão social, 5 Porto Alegre: PUCRS, 2006. Disponível em: <[www.fee.tche.br/5workshop/pd/mesa01\\_cinara.pdf](http://www.fee.tche.br/5workshop/pd/mesa01_cinara.pdf)>. Acesso em: 21 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Autonomia outorgada e apropriação do trabalho. **Revista Eletrônica SciELO Brazil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n12/22261.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

SALAMA, Pierre. A Trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

SELENE. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta: quem são, como trabalham?** Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 25 min).

SERRA, Rose. Enfrentamento do desemprego/subemprego-alternativas de trabalho/renda na atual conjuntura brasileira. In: FREIRE, Lúcia M. B.; FREIRE, Silene de M.; CASTRO, Alba T. B. de (Org.). **Serviço Social política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI**. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

SILVA, Marluce Aparecida Souza e. A Complexa e perversa relação trabalho e salário no Brasil. **Ser Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB, Brasília, n. 5, jul/dez 1999**. Brasília: UnB, 1999.

SILVA, Anelino Francisco. Migrações e crescimento urbano: uma reflexão sobre a cidade de Natal, Brasil. **Scripta Nova**, n. 94, v. 74, Barcelona, ago./2001.

SILVA, Marconi Gomes. **Mercado de trabalho, ocupações e rendimentos: a Região Metropolitana de Natal na década de 1990**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2008. 293 pf.

SILVA, Adelino Francisco da. Migração e crescimento urbano: uma reflexão sobre a cidade de Natal, Brasil. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona. Nº. 94 (74), Agosto de 2001. Disponível em: <[WWW.ub.es/geocrit/sn-94-74.htm](http://WWW.ub.es/geocrit/sn-94-74.htm)>. Acesso em: 29 de outubro de 2008 b.

SÍSIFO. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta: quem são, como trabalham?** Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 25 min).

SOARES, Laura Tavares. **Os Custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Itamar de. **Nova História de Natal**. 2. Ed. Natal/RN: Departamento Estadual de Imprensa, 2008.

TAVARES, M. Augusta. **Os Fios invisíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TEDESCO, João C.; DALSO, Adelar. Desvendando o Invisível: considerações introdutórias acerca da informalidade. **Teoria e evidência econômica**. Passo Fundo/RS: FEA/UPE, 1995.

TESEU. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta: quem são, como trabalham?** Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 25 min).

TEXEIRA, Francisco José Soares. Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? In: TEXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produção: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TEXEIRA, Francisco José Soares. O Neoliberalismo em debate. In: TEXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produção: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Global, 2000.

TOMAZINI, Sonia Terezinha. **Emprego informal e trabalho por conta própria: um estudo da diversidade de manifestação do problema da falta de emprego no Brasil**. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1995. 91 f.

TRITÃO. **Vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e Via Direta: quem são, como trabalham?** Entrevistadora: Joilma de Deus Oliveira. Natal, 2009 (MP3, 40 min).

YAZBEK, M. Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ZEBRAL FILHO, Silvério Teles Baeta. **Globalização, desemprego e desigualdade: evidências mitos e desafios do mercado de trabalho brasileiro**. Brasília: CRUB, 1997.

WEFFORT, Francisco Correia. **O Populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

## **7. APÊNDICES**

**PÊNDE I - Roteiro de entrevista aplicado aos vendedores ambulantes dos shopping Via Direta e Natal Shopping**

**ROTERIO PARA ENTREVISTA COM OS VENDEDORES AMBULANTES:**

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Hora: \_\_\_\_

1. Nome : \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_
2. Naturalidade: \_\_\_\_\_
3. Em qual cidade/bairro o senhor (a) mora: \_\_\_\_\_
4. Há quanto tempo o senhor (a) mora nesse município? \_\_\_\_\_
5. O senhor (a) morou em algum outro município antes dessa cidade atual?  
Sim ( ) Não ( ) Qual(s)? \_\_\_\_\_
6. Quais os motivos o (a) levaram para essas outras cidades?  
\_\_\_\_\_
7. Escolaridade: série \_\_\_\_\_  

Analfabeto ( )	II grau ( )
I grau incompleto ( )	III grau incompleto ( )
I grau ( )	III grau ( )
II grau incompleto ( )	
8. Gostaria de voltar a estudar? Sim ( ) Não ( )
9. Por que? \_\_\_\_\_
10. Estado civil: Solteiro(a) ( ) casado(a) ( ) viúvo(a) ( ) Outros: \_\_\_\_\_
11. O seu (sua) companheiro (a) trabalha? Sim ( ) Não ( )
12. O senhor (a) tem religião? Sim ( ) não ( ) Qual? \_\_\_\_\_  
 12.1 Com qual frequência o senhor (a) vai à igreja/templo/ou afins?  
 01 ou mais vezes por semana ( )  
 01 vez por mês ( )  
 Raramente ( )  
 Nunca visita à igreja/templo/ou afins ( )
13. O senhor (a) reside em casa:  
 Própria ( ) Alugada ( ) De familiares ( ) Outros: \_\_\_\_\_
14. Quantas pessoas residem com o senhor (a)? \_\_\_\_\_  
 14.1 Quem são? \_\_\_\_\_
15. Tem filhos? Sim ( ) não ( ) Quantos? \_\_\_\_\_

16. Escolaridade dos filhos:

- |                                   |                                   |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| a) Idade _____ Escolaridade _____ | f) Idade _____ Escolaridade _____ |
| b) Idade _____ Escolaridade _____ | g) Idade _____ Escolaridade _____ |
| c) Idade _____ Escolaridade _____ | h) Idade _____ Escolaridade _____ |
| d) Idade _____ Escolaridade _____ | i) Idade _____ Escolaridade _____ |
| e) Idade _____ Escolaridade _____ | j) Idade _____ Escolaridade _____ |

17. Antes de ser vendedor (a) o senhor (a) trabalhou em outra atividade?

Sim ( ) Não ( ) Qual? \_\_\_\_\_

18. O senhor (a) tem alguma profissão? Sim ( ) Não ( ) Qual? \_\_\_\_\_

18.1 Chegou a exercê-la? Sim ( ) Não ( )? Por quanto tempo? \_\_\_\_\_

19. O senhor tem carteira de trabalho? Sim ( ) Não ( ).

20. A sua carteira de trabalho já foi assinada? Sim ( ) Não ( )

20.1 Em qual ocasião sua carteira foi assinada? \_\_\_\_\_

20.2 Por quanto tempo?

\_\_\_\_\_

21. Quais foram os motivos que o levaram a ser vendedor ambulante?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

22. Se não fosse vendedor ambulante em que gostaria de trabalhar?

\_\_\_\_\_

23. Há quanto tempo é vendedor ambulante? \_\_\_\_\_

De 0 a 2 anos ( )

De 10 a 20 anos ( )

De 2 a 5 anos ( )

Há mais de 20 anos ( )

De 5 a 10 anos ( )

- 24 Mais alguém da família trabalha com você? Sim ( ) não ( )  
24.1 Quantos? \_\_\_\_\_ Quem são? \_\_\_\_\_
- 25 Por que escolheu a passarela para vender seus produtos?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 26 Já haviam estado em outro local? Sim ( ) não ( )  
26.1 Onde? \_\_\_\_\_. Por que o substituiu?  
\_\_\_\_\_
- 27 O senhor (a) tem/ou teve problemas com algum tipo de fiscalização?  
Sim ( ) não ( ) Qual? \_\_\_\_\_  
27.1 Ficou resolvido Sim ( ) Não ( )  
Quais foram as medidas tomadas? \_\_\_\_\_
- 28 Quanto o senhor (a) recebe/tem por renda por meio de seu trabalho? \_\_\_\_\_  
Por semana: \_\_\_\_\_ Por quinzena: \_\_\_\_\_ Por mês: \_\_\_\_\_
- 29 Possuem alguma atividade extra que complemente a renda familiar?  
Sim ( ) não ( ) Qual? \_\_\_\_\_
- 30 O senhor(a) trabalha quantos dias por semana? \_\_\_\_\_ Quais? \_\_\_\_\_  
30.1 Quantas horas por dia? \_\_\_\_\_  
30.2 Hora de chegada: \_\_\_\_\_ Hora de saída: \_\_\_\_\_
- 31 O senhor(a) trabalha aos fins de semana? Sim ( ) Não ( )
- 32 Com qual frequência?  
Regularmente ( )  
Só as vezes quando necessário ( )  
Nunca trabalha aos fins de semana( )
- 33 Recebe algum tipo benefício social? Sim ( ) Não ( )  
Qual? \_\_\_\_\_ Qual o valor? \_\_\_\_\_
34. O senhor (a) contribui, para a previdência social? Sim ( ) Não ( )  
34.1 Quanto tempo? \_\_\_\_\_  
34.2 Já havia contribuído anteriormente quando estava em outra atividade?  
Sim ( ) Não ( ) Por quanto tempo? \_\_\_\_\_
- 35 Quais os produtos que são comercializados? \_\_\_\_\_
- 36 Qual a origem de suas mercadorias (onde o vendedor se abastece)?  
\_\_\_\_\_

37 O que você acha dessa atividade, em relação à estabilidade/ao futuro?

---

---

38 Em relação aos seus filhos, o que gostaria que ele(s) fossem ao entrar no mercado de trabalho? Deseja o mesmo tipo de trabalho para seus filhos?

---

---

39 Se você tivesse a oportunidade, trocaria sua atividade de vendedor por uma outra no mercado formal? Sim ( ) Não ( ) Por que?

---

---

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)